

ADRIANO DA SILVA

HOMOFOBIA E INTERNET:

Identificação de expressões de violência homofóbica em comunidades virtuais

Rio de Janeiro

2016

ADRIANO DA SILVA

HOMOFOBIA E INTERNET:

Identificação de expressões de violência homofóbica em comunidades virtuais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informação e comunicação em saúde (ICICT), para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Andre de Faria Pereira Neto.

Rio de Janeiro

2016

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

S586 h Silva, Adriano da.

Homofobia e Internet: Identificação de expressões de violência homofóbica em comunidades virtuais. / Adriano da Silva. -- Rio de Janeiro, 2016.
101 f.

Orientador: Dr. Andre de Faria Pereira Neto

Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

1. Internet. 2. Violência. 3. Violência simbólica. 4. Homofobia I. Título II. Pereira Neto, Andre de Faria

CDD 306.766

ADRIANO DA SILVA

HOMOFOBIA E INTERNET: IDENTIFICAÇÃO DE EXPRESSÕES DE VIOLÊNCIA
HOMOFÓBICA EM COMUNIDADES VIRTUAIS

Aprovado em ____ de ____ de _____

Banca Examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. André de Faria Pereira Neto
Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação

Prof.^a Dr. Nilson Moraes
Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação em Saúde

Prof. Dr. Dilton Candido Santos Maynard
Universidade Federal de Sergipe

Rio de Janeiro, _____, de _____ 2016.

Dedicatória

Dedico este trabalho a meu pai, Alcides, que com toda paciência e calma, me apoiou em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A meu querido Pai, que com seu carinho e amor, e paciência, sempre depositou confiança em meus projetos, desde a primeira infância, até os dias de hoje.

Ao meu orientador André Pereira Neto, que confiou no potencial do meu trabalho, e de maneira sábia, me norteou pelos melhores caminhos em todo o processo desta pesquisa.

A todos os amigos que estiveram presentes nestes dois anos de dedicação ao mestrado, e compreenderam minhas ausências, em especial Sandro Miranda e Paula Fernanda.

Aos colegas do Claves/ENSP que me apoiaram e incentivaram durante todo o mestrado. Agradeço todos os conselhos dados, palavras de apoio e confiança.

Aos companheiros do PPGICS, mestrandos e doutorandos. Essa vitória, dedico a eles também.

RESUMO

Discutimos sobre a violência, desde aspectos conceituais, até as suas interfaces com a saúde, sobretudo em sua dimensão simbólica, em uma rede social na internet. Analisamos a página "Homossexualismo" disponível no site rede social Facebook. Entendemos que o desenvolvimento da tecnologia, na figura da internet, trouxe consigo mudanças que influenciaram o comportamento dos usuários. Com o advento da web 2.0, as formas de publicar, compartilhar, e organizar informações foram potencializadas. A expressão máxima desta evolução são os sites de redes sociais, que definiram novas maneiras de comunicação e socialização. Se por um lado este desenvolvimento da tecnologia trouxe aspectos positivos, por outro lado possibilitou que a violência, sobretudo em sua dimensão simbólica, encontrasse um meio para ser praticada online. Esta violência assume formas mais cruéis em grupos marginalizados, como é o caso dos homossexuais, que por desviarem de uma norma cultural "heteronormativa" tida como "dominante", são deslegitimados e cerceados em seus direitos. Para o desenvolvimento desta pesquisa realizamos um estudo exploratório, apoiado na técnica etnografia virtual. Desta maneira mapeamos os principais discursos encontrados na página do facebook, correspondente ao período de 11 de dezembro de 2015 à 11 de fevereiro de 2016. Os achados versaram sobre cinco categorias: conduta homossexual, origem, família, definição de homofobia e cura-gay. Constatamos violência simbólica em todos os discursos.

Palavras-Chave: Violência; Violência simbólica; Internet; Facebook

ABSTRACT

We discussed violence, from conceptual aspects, to their interfaces with health, especially in its symbolic dimension in a social network on the Internet. We have analyzed the page "Homosexuality" available on the Facebook social networking site. We understand that the development of technology, the figure of the internet, has brought changes that influenced the behavior of users. With the advent of web 2.0 ways to publish, share, and organize information was potentiated. The ultimate expression of this development are the social networking sites, which defined new ways of communication and socializing. On the one hand this development of technology has brought positive aspects, on the other hand enabled the violence, especially in its symbolic dimension, find a way to be practiced online. This violence takes cruelest forms in marginalized groups, such as homosexuals, which in turn from a cultural norm "heteronormative" regarded as "dominant" are delegitimized and constrained in their rights. For the development of this research we conducted an exploratory study, supported in virtual ethnography technique. This way we mapped the main speeches found on the facebook page, corresponding to the period from 11 December 2015 to 11 February 2016. The findings were about five categories: homosexual behavior, origin, family, definition of homophobia and gay-cure. We find symbolic violence in all speeches.

Key-words: Violence; Symbolic Violence; Internet; Facebook

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	8
1	VIOLÊNCIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS.....	12
2	VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS	18
2.1	Interfaces entre violência e saúde	23
3	HOMOSSEXUALIDADE E HOMOFOBIA.....	26
3.3	Homofobia.....	31
3.4	Homofobia no Brasil	35
4	INTERNET	37
4.1	Redes sociais na internet.....	39
4.1.1	Conversação e sociabilidade em redes sociais na internet....	42
4.2	Violência no contexto da internet.....	43
5	METODOLOGIA.....	49
5.1	Pesquisa qualitativa e etnografia	50
5.2	Etnografia virtual	53
5.3	Definição da amostra.....	57
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	60
6.1	Conduta homossexual	63
6.2	Origem	70
6.3	Família.....	75
6.4	Definição de homofobia	79
6.5	Cura da homossexualidade.....	82
7	Considerações finais	84
	Referências	87
	Apêndice	97

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho versa sobre a violência homofóbica, em sua dimensão simbólica, presente na internet, especificamente em uma página no Facebook, chamada “Homossexualismo”. Para tal, trazemos aspectos teóricos relativos à violência e violência simbólica, homossexualidade e homofobia, assim como a internet, redes sociais, e as interfaces que fazem com a violência, além dos aspectos relacionados à violência na saúde, e na internet.

De acordo com Minayo (2006) a violência assume diferentes feições com base no período histórico e características culturais. Em décadas anteriores, era legitimada enquanto instrumento político, passando a representar um “mal absoluto”, na contemporaneidade (WIEVIORKA, 1997). Atualmente, segundo a OMS (2002) a violência passa a se apresentar como um grave problema de saúde pública adquirindo características endêmicas. De acordo com Minayo (2006) a violência afeta a saúde provocando mortes, lesões, traumas físicos e emocionais, diminuição da qualidade de vida da população, e exigindo readequação dos serviços de saúde.

Entretanto, a percepção da violência nem sempre é evidente. A Violência simbólica, termo trabalhado pelo sociólogo Francês Pierre Bourdieu, se apresenta como uma violência silenciosa, suave, insensível e invisível a suas vítimas (BOURDIEU, 2002). É praticada por meio da linguagem, da comunicação. Muitas vezes é estrutural, e é reproduzida por meio de aparelhos como escola, igreja, e o próprio estado. De acordo com o autor, esse tipo de violência tende a estabelecer uma relação de “dominante” e “dominado” por meio do poder simbólico, que segundo o autor, é o poder de fazer ver e de fazer crer, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (BOURDIEU, 1989).

Esta relação assume formas mais cruéis com segmentos mais marginalizados, como é o caso dos homossexuais, que por desviarem de uma norma cultural dominante, denominada de “heteronormatividade” (SAYÃO, 2003), são vítimas da violência simbólica, das seguintes formas: cerceamento de direitos legais, como casamento, adoção e reconhecimento de família; tem sua imagem atribuída de maneira generalizada à valores negativos, como doenças e comportamento promíscuo; deslegitimação de sua orientação sexual, entre outras.

A violência contra homossexuais denominada Homofobia, é uma realidade no Brasil e no mundo, e apesar da subnotificação das denúncias, assume taxas elevadas de violações, que

variam desde agressões físicas, verbal, psicológicas, até homicídios (CARRARA, VIANA, 2004; BRASIL, 2013).

Com o desenvolvimento acelerado das Tecnologias de Informação e Comunicação, outros canais para perpetração da violência, e, sobretudo violência simbólica tem sido criados, como é o caso das redes sociais na internet (RECUERO, 2013). Tendo em vista que a internet possui características peculiares, tal como possibilidade de anônimato, tem sido comum a criação de grupos e comunidades virtuais de natureza nazista, racista e também homofóbicas.

A questão da tecnologia, e neste caso a internet, divide opiniões entre autores que defendem características positivas, e outros que defendem características negativas (RECUERO, 2011). Neste sentido, Levy (1999) afirma que existe uma tradição de pensamento que limita a técnica, ou seja, as máquinas e artefatos tecnológicos, como se originada de outro planeta, frio, sem emoção. Entretanto lembra que o mudo humano é ao mesmo tempo técnico, e que muito além de se pensar em seus impactos, as tecnologias são frutos de uma sociedade, de uma cultura. Desta forma, percebemos que a violência, enquanto característica humana (MINAYO, 2006) existente na realidade offline, também encontrou um meio para existir no meio Online.

Desta forma, este estudo tem por objetivo mapear as principais expressões de violência homofóbica, em sua dimensão simbólica, perpetradas por meio de uma página virtual no *Facebook*, analisando o caso da página “Homossexualismo”. Especificamente, propomos:

- Mapear o conteúdo dos discursos homofóbicos postados.
- Descrever o fenômeno da violência, sobretudo em suas dimensões simbólicas nos discursos homofóbicos, presentes nas postagens
- Analisar as estratégias discursivas que os sujeitos utilizam para praticar a violência homofóbica na página.

Para cumprimentos dos objetivos propostos optamos por realizar um estudo exploratório. De acordo com (THEODORSON, 1970; PIOVESAN, TEMPORINI, 1995) um estudo exploratório visa estabelecer um primeiro contato com um determinado comportamento humano no contexto social no qual ele ocorre, e também proporcionar maior familiaridade com o problema (GIL, 2012). Além disso, possibilita obtenção de uma visão geral e aproximativa, acerca de uma determinada questão. No nosso caso, visamos conhecer melhor uma página pública disponível no Facebook, chamada “Homossexualismo”, que nos chamou atenção em função do número de membros, e pela circulação de postagens que versavam sobre: comportamento dos homossexuais, argumentos sobre sua origem,

reconhecimento de uniões afetivas entre homossexuais como família, relatos de ex-homossexuais, e até mesmo sobre a percepção dos membros acerca da homofobia.

Metodologicamente, utilizamos a etnografia virtual, adaptação da etnografia tradicional (HINE, 2000, 2005; FORERO, 2007) uma vez que esta metodologia entende a internet como um cenário cultural, que permite desvendar fenômenos em seus contextos naturais.

Estruturamos o trabalho em sete capítulos:

No capítulo 1, discutimos a violência em seus aspectos históricos e conceituais, a partir das formas como se estrutura e é praticada. Além disso, apresentamos uma tipologia da violência.

No capítulo 2, tratamos da violência simbólica, seu conceito, características e formas de perpetração. Ao final do capítulo discutimos as interfaces entre violência física e simbólica com a saúde.

No capítulo 3, conceituamos a homossexualidade e a homofobia, e debatemos o conceito de “heteronormatividade”, que se caracteriza como um padrão hegemônico de sexualidade na sociedade contemporânea, atribuindo também à masculinidade um padrão hegemônico, que potencializa a marginalização da homossexualidade. Apresentamos algumas estatísticas de crimes homofóbicos no Brasil.

No capítulo 4 abordamos a internet, apresentando alguns dados históricos de sua evolução, suas características e possibilidades, sobretudo após o advento da Web 2.0 que deu à sociedade possibilidades, positivas e negativas, de criação de informações, além de seu consumo. Discutimos também as Redes sociais na internet, que trouxeram mudanças na forma de comunicação e socialização. Ao final do capítulo discutimos as interfaces entre violência e internet, apresentando algumas formas com as quais ações violentas são praticadas em ambiente online.

No capítulo 5, apontamos a metodologia utilizada neste estudo, assim como os critérios utilizados para escolha da página “Homossexualismo” no Facebook. Realizamos também uma breve apresentação das formas com as quais o desenvolvimento tecnológico, no caso a internet, tem influenciado a forma de se fazer pesquisa, atualmente.

No capítulo 6 apresentamos os resultados e discussões da pesquisa, apresentando o mapeamento e categorização dos discursos apresentados pelos membros da página, por meio das postagens, além de uma breve discussão, com base na literatura sobre as categorias apontadas.

No capítulo 7 realizamos um debate, sobre as percepções obtidas durante o período de observação, suas relações com a violência simbólica. Além disso, apontamos algumas hipóteses e possibilidades para futuras pesquisas sobre os temas discutidos.

1. VIOLÊNCIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

Etimologicamente, a palavra violência tem origem latina. Ela é resultado do prefixo *Vis*, que significa “Força” ou “Vigor” referindo-se a um ser humano bruto e irritadiço. Está relacionada à noção de uso da superioridade e/ou da força física para constranger o outro (MINAYO, 2006; MUCHEMBLED, 2014). Enquanto tema complexo, plural, plurideterminado e multicausal, a definição de violência não é simples (PRADO, 2004; MINAYO, 2006). Minayo (2006, p. 13), alerta que “encerrar a violência numa definição fixa e simples é expor-se a reduzi-la, a compreender mal sua evolução e sua especificidade histórica”. Nesta linha, Ferraz (2000) afirma que, enquanto fenômeno onipresente, a violência escapa à esfera de um único campo. Envolve assim a economia, as ciências sociais em geral, a política e a psicologia. No curso da história, a violência ecoa na experiência humana, evidenciada por disputas de poder, ódios e desejo de aniquilamento do próximo. Tais características têm dado forma a várias manifestações violentas, como desprezo e menosprezo pelo outro, discriminações, crueldades, autoritarismos, guerras, terrorismos e processos de autodestruição (MINAYO, 2006). A violência possui feições distintas, de acordo com determinados contextos e períodos históricos. Como afirma Minayo (2006, p. 13): “Mutante, a violência designa – de acordo com épocas, locais e circunstâncias – realidades muito diferentes. Há violências toleradas e há violências condenadas”. Corroborando com este argumento, Magalhães (2012) questiona:

Quem diz o que é direito, o que é justo, o que é legal, o que é normal, o que é crime? O que é crime em uma sociedade pode não ser crime em outra sociedade, o que é crime em um momento histórico pode não ser crime em outro momento. Crime é um conceito histórico, como são conceitos históricos, “justiça”; “direito”; “normalidade” e “anormalidade” (MAGALHÃES, 2012, p. 100).

De acordo com Wieviorka (1997), em décadas anteriores, a violência era sustentada e respeitada na esfera política, e por sua vez, possuidora de legibilidade e inteligibilidade decorrida diretamente do estado das relações sociais de dominação:

Nos anos 60 e 70, a violência podia ainda ser justificada ou compreendida por intelectuais que eventualmente se inscreviam eles próprios em uma tradição revolucionária [...]. Ela podia ser teorizada ou sustentada com uma certa adesão, e ser tolerada na esfera política. (WIEVIORKA, 1997, p. 8)

A violência traduzia disfunções, carências, e consequências sobre atores frustrados com o sistema, e desta forma: “estava ligada à noção de conflito [...] associada à imagem de crise e analisada como consequência ou manifestação de um estado mais ou menos patológico do sistema considerado, o sistema social” (WIEVIORKA, 1997, p. 11). Segundo Martuccelli

(1999) é no seio da modernidade, que a expressão *violência* se desfaz de toda esta significação:

Essa violência, cuja inteligibilidade social era inteiramente política, conheceu muitas variantes, na medida em que era dotada de dimensões “existenciais”, “psíquicas”, e até mesmo “estéticas”. [...] ela não é nada mais a não ser um meio coletivo de ação, ou um recurso indispensável ao ator dominado. No limite, ela é um recurso quase como qualquer outro [...]. Por não dispor de outros meios, o ator recorre á violência para se fazer ouvir. Nessa representação, até mesmo a delinquência foi inteiramente percebida como um exemplo de “justiça social autogerida” pelos setores populares. (MARTUCCELLI, 1999, p. 158).

De acordo com Wiervioka (1997) a partir dos anos 60 e 70 ocorrem as transformações que permitiram supor a construção de um novo paradigma que passou caracterizar o sentido de violência na contemporaneidade. Para o autor, o significado da violência, sobretudo em países ocidentais mudou na contemporaneidade, momento em que passa a estar associada a algo sem qualquer legitimidade no espaço político, passando a significar um mal absoluto:

A violência, em lugar de expressar em vão aquilo que a pessoa ou o grupo aspiram afirmar, torna-se pura e simples negação da alteridade, ao mesmo tempo que da subjetividade daquele que a exerce. Ela é a expressão desumanizada do ódio, destruição do outro, tende à barbárie dos purificadores étnicos ou dos erradicadores. (WIERVIOKA, 1997, p.37).

Wiervioka (1997) denomina esta mudança como “o novo paradigma da violência”, caracterizado pela inexistência de debate entre agentes políticos capazes de chegar a um consenso relativo acerca de sua natureza. A partir deste novo paradigma, Wiervioka (1997) aponta uma limitação do espaço intelectual e político, no qual a violência poderia ser objeto de tomadas de decisão. Esta passa então, a ser objeto que deve, em ultima instância, ser recusado, uma vez que inexistente qualquer debate filosófico, moral, ou ético a seu respeito. Nesta linha, Minayo (2006) observa positivamente a percepção da violência como um fenômeno negativo, uma vez que dá maior consciência à liberdade e aos direitos humanos. Para Zizek (2009):

Uma vez que o homem é um animal que fala, isso significa que a renúncia à violência define o núcleo da existência humana: são realmente os métodos e os princípios da não violência [...] que constituem a humanidade dos seres humanos, a coerência e importância dos princípios morais baseados nas convicções e num sentido da responsabilidade, pelo que a violência é realmente uma perversão radical da humanidade. (ZIZEK, 2009, p. 59).

A violência também pode ser percebida no processo de constituição da sociedade brasileira. Segundo Matos (2002) a violência no Brasil remonta à época do descobrimento. Enquanto colônia recém-descoberta, o Brasil recebeu como habitantes, segmentos sociais

marginalizados na sociedade portuguesa. Minayo (2006) corrobora com esta ideia ao considerar que a violência está contida no Brasil desde sua colonização. Ela apresenta a dimensão da violência entre colonizador e colonizado – nativo americano. Segundo a autora:

A ausência de sintonia cultural, moral e espiritual entre um povo que chega como dominador e inicia um processo de miscigenação com povo que aqui se encontra constitui o sentimento mais profundo que alimenta vários tipos de segregação e crueldade. (MINAYO, 2006, p. 26)

Para Minayo (2006) a violência esteve e está presente, em qualquer época histórica do Brasil. Isso se reflete desde a aculturação indígena, escravização dos negros, ditaduras políticas, comportamento patriarcal e machismo, aos processos de discriminação, racismo e opressão. Para a autora a violência no Brasil está enraizada, em níveis excessivos de desigualdade social, que persistem historicamente:

Uma das formas mais contundentes de violência no Brasil, que se poderia chamar de estrutural e ‘estruturante’ pelo seu grau de enraizamento, são os níveis elevadíssimos de desigualdade que persistem historicamente e são o chão que assentam muitas outras expressões. (MINAYO, 2006, p. 27)

Prado (2004, p. 24) afirma que “a exclusão social encontra-se arraigada à própria formação colonizada da sociedade, e envolve a discriminação e estigmatização existentes no bojo das categorias culturais e éticas.”

Alguns autores explicam o fenômeno da violência, a partir de seus desdobramentos. Prado (2004) a descreve como um constrangimento físico, ou moral, com uso da força ou coação. A violência implicaria assim em um excesso, onde alguém atua sobre alguém, ou contra a sua vontade, usando a força ou a intimidação. Para Carlino (2000) a violência se revela através da intenção de dominação ou dano à capacidade de pensar, anulando o funcionamento psíquico de uma outra pessoa ao impor-lhe significados. Para Minayo (2006, p. 13), os eventos violentos estão relacionados aos conflitos de autoridade, luta por poder e desejo de domínio. De acordo com Wiervioka (1997, p. 12) “em casos extremos, [a violência] parece autonomizar-se, torna-se um fim em si, lúdica, puramente destruidora ou autodestruidora, transformando-a em um fenômeno de afirmação do sujeito”.

Minayo (2003, 2006) caracteriza a violência a partir de três pontos de vista: “Interdisciplinar”, “popular”, e “erudito”.

Na perspectiva interdisciplinar (MINAYO, 2003), três correntes procuram explicar a causalidade da violência. A primeira delas sustenta que a violência seja enquanto fruto de necessidades biológicas, resultante de condicionamentos biogenéticos, que se processam no indivíduo. A violência neste caso seria um fenômeno inerente à natureza humana. A segunda relaciona a violência aos arbítrios dos sujeitos, sendo esta a soma de comportamentos sociais,

resultante de doença mental, ou mesmo vinculada a concepções religiosas. Na terceira a violência é inscrita no âmbito social. Neste caso ela seria fruto de um espaço dominante da violência, que se apropria do corpo e transforma os fatores biológicos e emocionais.

Na visão “popular”, de acordo com a autora, a criminalidade e a delinquência são as formas graves e dominantes de manifestações da violência. Nesta linha, Soares e Carneiro (1996) também identificam outras quatro manifestações: O “pecado” - violência interpretada pelo código religioso; a “corrupção”, que deteriora a moral gerando a traição de valores; a “miséria”, que na visão política, a enxerga embutida nas causas e consequências da ordem social, marcada pela exclusão e desigualdade; e por fim o “crime”, que reduz a violência a delinquência.

A visão “erudita” é apresentada sob três perspectivas (MINAYO, 2006, p. 17). Na primeira, sob um ponto de vista filosófico e sociológico, a violência é tida como expressão de crises sociais, uma vez que “leva a população mais atingida negativamente à revolta frente à sociedade ou ao Estado que não conseguem lhe dar respostas adequadas”. Na segunda, a violência é vista em seu caráter racional e instrumental, de forma a atingir fins específicos. A autora explica que a violência neste caso, é um meio para que atores excluídos do campo político se mantenham no “palco do poder” (MINAYO, 2006, p. 18). Na terceira, a violência está fortemente articulada com a cultura, onde “os conflitos de interesse nas sociedades modernas passaram a ser mediados pelo direito e pela lei; e a comunidade de interesses, pela identidade e pela busca do bem coletivo”.

Marcondes Filho (2001) atenta para a formação de uma “cultura da violência”, na medida em que a cultura incorpora as práticas violentas. Para Ferraz (2000) e Muchembled (2014), desde tempos remotos, nobres, plebeus, poderosos ou fracos, são educados no quadro dessa cultura, apoiada na necessidade de defesa da honra. Neste contexto, a vida alheia passa a ser banalizada, esmorecendo o valor do outro.

Prado (2004) cita ainda outros três aspectos da violência: “a violência da autocensura”, “violência relacionada a dominação”, e a “violência social” propriamente dita.

A “violência da autocensura” está imbricada na identificação com um determinado discurso, que reprime o pensar. Berenstein (2000) explica que este tipo de violência se vale da não aceitação de que o mal esteja dentro de si próprio. Discursos como “não podemos fazer nada”, “é melhor não se envolver com isso”, “é melhor estar dentro do sistema do que fora”, passam a constituir a visão do sujeito, fazendo parte de suas convicções. Neste contexto, são sustentados pensamentos intolerantes ao que o outro é e pensa, no plano social, ideológico,

religioso, nacional, partidário, além do plano das diferenças sexuais e geracionais (PRADO, 2004).

A “violência relacionada à dominação” se perpetua quando existe o excesso de poder. Prado (2004) explica que as relações de poder apóiam as relações entre os sujeitos, apesar de cada uma delas ter origens e estatutos distintos. Segundo a autora:

As relações de poder operam sobre as ações dos outros ou destes sobre o eu, mas seu objetivo não é o corpo ou o psiquismo diretamente; seu objetivo é organizador, porém seu excesso transforma seu exercício em violência, bem como sua falta. As relações de poder não são recebidas passivamente e interferem no conjunto do eu e dos outros com os quais se relaciona. (PRADO, 2004, p. 26).

A “violência social” corresponde à destruição da subjetividade e do sentimento de pertencimento do sujeito ou parte de uma comunidade, por outro conjunto ou parte da mesma comunidade. De acordo com a autora, esta violência é inerente ao sujeito, podendo ser ou não, consequência de violências sofridas na infância. A “violência social” também é discutida por Ferraz (2000), contudo, diferentemente de Prado (2004), Ferraz (2000) afirma que a “violência social” deve ser também debatida para além do mundo interno de cada sujeito, conhecendo a realidade social que o envolve. Segundo eles:

[...] a presença constante da violência e da insegurança constituem-se fatores sociais que não podem ser deixados de lado quando pensamos na produção das subjetividades e no sofrimento psíquico atual. (FERRAZ, 2000, p. 14).

Todavia, para Ferraz (2000), relacionar a realidade brutal da violência, exclusivamente ao mundo interno, como se sua referência a ela fosse a expressão metafórica de sua própria violência, pode se constituir em uma reiteração da violência.

Numa perspectiva sociológica, Zizek (2009), aponta três interfaces para a violência: subjetiva, objetiva e simbólica. Para o autor, a “violência subjetiva” é a violência visível, que se torna evidente em atos criminosos, terrorismo, e em confrontos civis e internacionais. É experimentada no momento em que se exclui o estado normal e pacífico de coisas e situações. Magalhães (2012) define a “violência subjetiva” como representação da decisão, vontade e desejo de prática do ato violento. Para Wieviorka (1997, p. 8) a “violência subjetiva” “é o que a sociedade unânime, deve proscrever e combater completamente, tanto em seu interior, como em seu exterior”.

A “violência objetiva”, por sua vez, é “invisível”, permanente e inerente a uma falsa normalidade que dá suporte à violência subjetiva (ZIZEK, 2009, p. 18). Magalhães (2012, p. 94) corroborando com as ideias de Zizek (2009) explica: “A violência objetiva são as

estruturas sociais e econômicas, as permanentes relações que se reproduzem em uma sociedade hierarquizada, excludente, desigual, opressiva e repressiva”.

Para Žižek (2009), a “violência simbólica” é atributo da linguagem. Todavia, não se trata unicamente de provocações e formas de dominação social que as formas de discurso geralmente produzem, mas sim, “uma forma ainda mais fundamental de violência que pertence à linguagem enquanto tal, à imposição de um certo universo de sentido” (ŽIŽEK, 2009, p. 17). Complementando esta ideia, Magalhães (2012, p. 94), admite que a “violência simbólica” seja ainda permanente: "Esta violência se reproduz na linguagem, na gramática, na arquitetura, no urbanismo, na moda, na arte e outras formas de representação".

Nesta dissertação nos interessamos particularmente pela “violência simbólica”.

2. VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

O conceito de “violência simbólica” foi trabalhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2002), que a define como uma forma de coação, apoiada em crenças e preconceitos apresentados como legítimos por um grupo, “dominante”, e assim também percebido por um grupo “dominado”. De acordo com o autor, a violência simbólica, “se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento”(BOURDIEU, 2002, p. 7)

De acordo com Montero (2009), este conceito ganha força nas análises que este autor fez da sociedade atual, caracterizada pela falta de uniformidade, estabilidade, quietude ou perfeição. Atualmente, concepções que se tem como dadas, são na verdade resultantes de um longo processo histórico e político que uma parte hegemônica, impõe a outra, formando assim uma relação de Exploração/ domínio e dominado. (MONTERO, 2009). A “violência simbólica” ignora e marginaliza condições físicas e sociais que não se assemelhem à ordem social imposta, desrespeitando assim minorias em seu direito de existir (CAPRONI NETO; SARAIVA; BICALHO, 2013). Rosa (2007) sintetiza o conceito de violência simbólica:

[...] uma forma de violência invisível que se impõe numa relação do tipo subjugação-submissão, cujo reconhecimento e a cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa que se manifesta sutilmente nas relações sociais e resulta de uma dominação cuja inscrição é produzida num estado dóxico das coisas, em que a realidade e algumas de suas nuances são vividas como naturais e evidentes. (ROSA, 2007, p. 40).

De acordo com Siqueira (2009), a "violência simbólica" está tão presente no cotidiano que dificilmente se percebe o quanto se é violentado. Determinadas situações podem não ser consideradas violentas para quem as vê, mas para quem as experimenta podem ser bastante extremas. Rosa e Brito (2009) alertam que é necessário assumir a violência como um conceito amplo, que ultrapasse a agressão física de um indivíduo para o outro, mas que também é realizada em uma dimensão simbólica. Neste sentido, Michaud (1989), afirma que:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p.11).

Para Prado e Machado (2008) a "violência simbólica" é fruto de um processo sócio histórico que discrimina os sujeitos. Entretanto, estes não interpretam a violência que

vivenciam como parte deste processo. Sendo assim a legitimam e a reproduzem, tal como uma organização imprescindível para reprodução da sociedade, como afirma Bourdieu (2002):

A violência simbólica é, com efeito, essa forma de dominação que, ultrapassando a oposição que geralmente se faz entre as relações de força, entre a comunicação e a dominação, cumpre-se através da própria comunicação que a dissimula. (BOURDIEU, 2002, p.10)

Em sua relação com a exploração e dominação, Faria e Meneghetti (2007) consideram que a violência simbólica se constitui pela::

[...] prática de ações voltadas para preservar interesses específicos através de instrumentos coercitivos explícitos ou sutis de qualquer natureza, em contraposição aos mais legítimos interesses e direitos coletivos, desqualificando a práxis democrática, crítica e reflexiva e instituindo, com a finalidade de perpetuar, fatos e situações intensas de força e desproporcionais à utilidade tolerável da aceitação da dominação como fruto das relações de poder, impondo, assim, um ambiente de não questionamento da realidade com o intuito de reproduzi-la. (FARIA, MENEGHETTI, 2007, p.4)

Para compreensão da violência simbólica, enquanto característica de um processo de dominação e exploração, é importante relacioná-la ao conceito de Poder Simbólico, definido por Bourdieu (2002) como:

O poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (BOURDIEU, 2002, p. 14)

Tal poder é invisível, e só se legitima a partir da cumplicidade daqueles que lhe são sujeitos. Para Bourdieu (2004, p. 63): “o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder.” Este poder apresenta-se por meio de sistemas simbólicos, que lhe servem de instrumento de conhecimento e construção. Nele as produções simbólicas atuam como instrumentos de imposição da realidade ou de dominação. Rosa e Brito (2009, p. 636) afirmam que “ao atingir esta eficácia simbólica, o poder consegue impor significações de mundo como legítimas, e ao fazer isso, dissimula as relações de força que estão no fundamento da sua força”.

Segundo Bourdieu (2004, p. 10) “os símbolos são o instrumentos por excelência da ‘integração social’ [...] eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social”. Neste sentido, Rosa e Brito (2009) afirmam que o simbólico está presente no conjunto de ideologias, valores e imagens que são imperceptíveis. Além disso, estabelece em sua dinâmica perímetro e limites, que ajudam a registrá-lo na experiência dos agentes envolvidos. Por meio

de rituais que são repetidos e re-significados, provocam a identificação com a comunidade de significados existentes dentro deste perímetro. Neste processo são produzidas classificações e identidades, que simbolizam o passado, e formam a base para compreensão do presente. A dominação neste processo ocorre quando os aspectos simbólicos são manipulados por atores dominantes, o que contribui para a formação de uma comunidade de significados, e lhes atribui um papel de controle.

Bourdieu (2002), afirma que o processo o qual se baliza a violência simbólica, é fruto de um trabalho incessante de produção e reprodução, no qual contribuem agentes específicos além de instituições, como família, igreja, escola e estado. Respeita a uma lógica de dominação precedida por um princípio simbólico, uma ordem social, que é reconhecida tanto pelo dominante como pelo dominado. Para Bourdieu (2002, p. 22) “A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação”.

A violência simbólica atinge qualquer propriedade distintiva, emblema ou estigma, arbitrários e não predicativos, como a raça/ etnia, gênero, sexo. Instaure-se pela forma de falar, pensar e agir. É naturalizada, do ponto de vista do “dominante” ao “dominado”, uma vez que estes não detém outra forma de pensar (BOURDIEU, 2002) .

A fim de caracterizar este processo de dominação e violência simbólica, Bourdieu (1989, 2004) lança mão de conceitos como *Habitus*, *Campo*, e *Doxa*.

O autor define *habitus* como um sistema de disposições duráveis, que funcionam como geradores e organizadores de práticas e representações. É por meio do *Habitus* que reproduzimos nossas condições sociais. Ele se inscreve na forma como percebemos o mundo. Ele delinea as formas de agir, corporal e materialmente. O *Habitus* é composto pelo *Ethos* (disposições morais e éticas reguladoras da conduta cotidiana) e pelo *Héxis* (princípios interiorizados pelo corpo, como posturas, expressões corporais adquiridas). De acordo com Sayão (2003, p. 143), Bourdieu (2004) afirma o conceito de *Habitus* como “esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliativas adquiridas através da experiência durável de uma posição do mundo social.” Para Rosa e Brito (2009):

o *habitus* fornece, ao mesmo tempo, um princípio de sociologização e de individualização: sociologização porque nossas categorias de julgamento e de ação, advindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares, por isso podemos falar, por exemplo, de um *habitus* masculino, de um *habitus* religioso, de um *habitus* acadêmico, etc.; e individualização porque cada pessoa, ao ter uma trajetória e uma localização única no mundo, internaliza uma combinação particular e incomparável de esquemas. (ROSA; BRITO, 2009, p. 634)

Sena (2011) explica o *Habitus* é resultado de uma ação organizadora, que se aproxima no sentido de estrutura, que designa uma maneira de ser, um estado habitual, uma tendência, uma propensão ou uma inclinação.

O *Campo*, para Bourdieu (1983), é espaço estruturado, autônomo com regras próprias de funcionamento, e com próprias relações de força. Possui um corpo de agentes consagrados, procedimentos proibidos ou estimulados, a indivíduos vinculados a um tipo específico de atividade. Sua estrutura é dinâmica e se atualiza de acordo com as relações e posições que os agentes ocupam. Carrieri, Aguiar e Diniz (2013) explicam que para Bourdieu (1983):

[...] as relações sociais se dão em campos, formados por estruturas objetivas e subjetivas, nos quais os agentes buscam adquirir capitais simbólicos (capital econômico, cultural e social). O campo ou espaço social opera valores e regras próprias, agregando indivíduos e grupos que possuem o mesmo *habitus*. (CARRIERI; AGUIAR; DINIZ, 2013, p. 173)

Em relação aos dois conceitos vistos acima, Thiry-Cherques (2006, p. 35) afirma que “o *habitus* é a internalização ou incorporação da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização ou objetivação do *habitus*”. Para Carrieri, Aguiar e Diniz (2013):

Existem propriedades que são comuns a todos os campos. Além de seu *habitus* específico e estrutura, o campo é dotado de *doxa*, ou opinião consensual; de *nomos*, leis formais ou não, que normatizam a disputa pela dominação, e dos *capitais* caracterizados pelos interesses em determinado campo. (CARRIERI, AGUIAR; DINIZ, 2013, p. 173)

Quanto a *Doxa*, trata-se de “um ponto de vista particular, o ponto de vista dos “dominantes”, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal” (BOURDIEU, 1996, p. 120). Para Wacquant (2002) a *Doxa*:

Significa uma atitude natural da vida diária, uma coincidência das estruturas sociais e mentais por meio das quais o mundo magicamente aparece como auto-evidente e sua composição é posta além do alcance do debate e da elaboração. (Wacquant, 2002, p. 553)

A partir dessa ideia, Carrieri, Aguiar e Viana (2009) explicam que:

[...] o discurso que circula tende a reforçar e defender a *doxa* [discurso dominante], assumindo a aparência de um discurso ortodoxo. Ao fazer isso, a *doxa* naturaliza as posições e as torna senso comum, produzindo uma distribuição desigual de capital simbólico e uma legitimação cada produção, cujo resultado principal se traduz na violência simbólica. Esta por sua vez, caracteriza-se por um processo de construção histórica que a torna legítima e dispensa qualquer tipo de contestação. (CARRIERI; AGUIAR; VIANA, 2009, p. 637).

Bourdieu e Passeron (1982, p. 20) afirmam que a relação entre *doxa* e violência simbólica deve ser abordadas enquanto um produto social de uma ação pedagógica, exercida por uma autoridade pedagógica, a partir de um trabalho pedagógico, vinculado ou não a um

sistema de ensino. De acordo com os autores “toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário” (BOURDIEU, PASSERON, 1982, p. 20). De acordo com Bourdieu e Passeron (1982), o trabalho pedagógico é o responsável pela inculcação, que deve durar o suficiente para produzir uma formação durável, ou o *habitus* – que por sua vez é capaz de se perpetuar após a ação pedagógica. Por sua vez, o *habitus* inculcado passa a operar como o reprodutor da ordem dominante, exercendo também a função de manutenção da ordem. Carrieri, Aguiar e Viana (2009) explicam que:

O grau de violência simbólica vivido por aquele que sofre a ação pedagógica será tanto mais doloroso quanto for sua proximidade cultural com a doxa [ponto de vista dominante]. Ou seja, para os que já sofreram uma socialização primária dentro da ordem dominante [...] o trabalho pedagógico terá o objetivo principal de confirmar e fortalecer tais padrões. Porém, para os que foram socializados fora dessa ordem [...] o trabalho pedagógico terá o objetivo de violar o *habitus* inicial. (CARRIERI; AGUIAR; VIANA, 2009, p. 637)

Citeli e Nunes (2010) apresentam dez princípios de dominação que asseguram a perpetração de violência simbólica:

1. Impor o ponto de vista do dominante como se fosse universal, natural, e irrevogável;
2. Estender a validade dos princípios estabelecidos pelo grupo dominante para todos os integrantes da sociedade, ou para toda a humanidade;
3. Atribuir caráter específico (particular reduzido e negativo) aos valores, sentimentos, necessidades dos demais grupos sociais;
4. Enfatizar as (supostas ou reais) fragilidades e falta de competência dos demais grupos para agir de acordo com as regras do grupo dominante;
5. Inculcar o ponto de vista específico dos dominantes na mentalidade dos dominados;
6. Demarcar fronteiras indiscutíveis que separam o grupo dominante mostrado como portador de legitimidade, e os demais grupos apontados como ilegítimos;
7. Tornar-se o púnico porta-voz legítimo para falar de assuntos que o grupo dominante se (auto) atribui como da órbita da sua competência;
8. atribuir responsabilidade, estimular ou pressionar instituições — Estado, Escola, Igrejas, partidos políticos, meios de comunicação — para que estas promovam, façam respeitar, contribuam para imposição e ajudem a estender os valores do grupo dominante para toda a sociedade, ou toda a humanidade;
9. Desvalorizar publicamente os integrantes dos demais grupos que não se submetem às suas regras específicas dos grupos dominantes, transformadas em universais.
10. Conter o funcionamento de políticas públicas de interesse geral que não se enquadram. (CITELI, NUNES, 2010, p. 25)

De acordo com Sodré (2005) seriam mulheres, negros, homossexuais, portadores de necessidades especiais, pobres etc. as principais vítimas de esterótipos, múltiplas formas de privação material e simbólica.

2.1 Interfaces entre violência e saúde

Que relação existe entre violência (simbólica) e saúde? A princípio violência não foi um tema diretamente relacionado ao campo da saúde (MINAYO, 2006). Entretanto, está cada vez mais claro que a violência física ou simbólica, afeta a saúde, uma vez que acarreta lesões e traumas físicos e emocionais.

De acordo com Minayo e Souza (1998) a partir da década de 60, a violência passou a ser um problema relevante no momento em que ela se tornou uma causa de mortalidade mais expressiva do que as doenças infecto-parasitárias. Na década de 80, o crescimento das taxas de morte violenta passou a situar a violência como segunda maior causa de mortalidade, abaixo apenas das doenças cardiovasculares. Minayo (2006) explica que a violência afeta a saúde das seguintes formas:

- 1) Provoca morte, lesões e traumas físicos e um sem-número de agravos mentais, emocionais e espirituais; 2) diminui a qualidade de vida das pessoas e das coletividades; 3) exige uma readequação da organização tradicional dos serviços de saúde; 4) coloca novos problemas para o atendimento médico preventivo ou curativo e 5) evidencia a necessidade de uma atuação muito mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada do setor, visando às necessidades dos cidadãos. (MINAYO, 2006, p. 45).

Para Agudelo (1991), a violência em todas as suas dimensões, ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidades, provoca a morte, ou facilita que esta ocorra em futuro próximo. De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (1995, 1993), em função do número de vítimas e das sequelas provocadas, a violência adquiriu um caráter endêmico, representando assim um problema de saúde pública internacional.

Conforme Minayo e Souza (1998), a violência pode ser analisada no campo da saúde, a partir das ciências sociais, da saúde coletiva e da psicologia.

No âmbito das ciências sociais, a violência é entendida como um fenômeno histórico, quantitativa ou qualitativamente, pela sua estrutura, forma, ou tipos manifestações. Está inserida nas estruturas de dominação de classes, grupos, indivíduos, etnias, faixas etárias, gênero, e nações, e é manifestada tanto por grupos que desejam manter privilégios, como por grupos que se rebelam contra a opressão.

Na saúde coletiva, uma das formas de compreensão da violência é pela epidemiologia. Esta atua em variáveis como sexo, cor, faixa etária, espaço geográfico, condições sociais e econômicas, a fim de alcançar as causas e a extensão dos casos. Além disso, desmistifica o mito da existência de classes mais perigosas ou criminosos em potencial. Contudo, apesar do papel importante que a epidemiologia desempenha nos estudos sobre violência, Minayo e

Souza (1998) afirmam que outras abordagens teóricas da saúde coletiva, devem ser consideradas também:

Em vários países, inclusive no Brasil, a violência não pode ser considerada uma epidemia passível de ser tratada pelos métodos tradicionais da epidemiologia geral e de serviços. Como já analisamos, a complexidade do fenômeno exige abordagem ao mesmo tempo social, psicológica e epidemiológica, levando em conta, inclusive os aspectos biológicos. E quanto mais o fenômeno se agrava, mais imperiosa é a necessidade de se trabalhar com várias disciplinas científicas e vários campos profissionais relevantes. (MINAYO; SOUZA, p. 524).

Para a psicologia, a violência não está relacionada apenas aos bens dos indivíduos, ou em seus corpos, mas também em seu psiquismo: “Em última instância, é no indivíduo, em sua complexa totalidade que a violência se concretiza enquanto agressão e/ou vitimação” (MINAYO; SOUZA, p. 525). É a partir da psicologia social que partem algumas das mais importantes contribuições para a compreensão do problema. Nesta disciplina são trabalhados conceitos como processo de identificação, grupos de referências, características de personalidade, relação entre frustração-agressão e diferenciação entre agressividade e violência.

Em termos de financeiros, Dahlberg e Krug (2007), afirmam que anualmente, a estimativa de gastos em função da violência, para o mundo, alcança bilhões de dólares. Junto a esta estimativa, acrescentam-se outros bilhões relativos às economias dos países, em função de dias não trabalhados, imposição e cumprimento de leis trabalhistas relacionadas ao problema, e investimentos perdidos. Além dos custos, os autores chamam a atenção ao sofrimento humano e dor, incalculáveis, que assolam um sem número de pessoas, que ocorrem, sem ser vistos, em lares, locais de trabalho, mesmo em instituições sociais e médicas.

A Organização Mundial de Saúde, em seu “Relatório Mundial sobre Violência e Saúde” (2002) define violência como:

Uso da forma física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. (OMS, 2002, p. 5).

Dahlberg e Krug (2007) explicam que, o acréscimo do termo “poder” na definição, amplia a natureza do ato violento, possibilitando incluir atos que resultantes de relações de poder, como ameaças ou intimidações (como é o caso da violência simbólica). Além disso, adiciona outros tipos de abuso, como físicos, sexuais e psicológicos, bem como o suicídio e outros atos auto infligidos.

A OMS (2002) aponta que o ato violento pode ser categorizado como físico, sexual, psicológico, ou relacionado à privação e abandono. Em relação a sua tipologia, a violência pode ser dividida em três categorias: Violência autodirigida, violência interpessoal, e Violência coletiva (OMS, 2002):

A violência autodirigida (ou auto-infligida) é a violência que o indivíduo inflige a si mesmo. Pode se manifestar por meio de pensamentos suicidas, tentativas de suicídio (Parasuicídio ou auto-injúrias deliberadas), e o suicídio propriamente dito. Enquanto auto-agressão, se manifesta em casos de automutilação.

A violência interpessoal se subdivide em outras duas categorias: Violência de família e parceiros íntimos, que costuma acontecer nos lares. Está presente em casos de abuso infantil, violência doméstica, e violência contra idosos; violência na comunidade, que ocorre fora dos lares, por indivíduos que possuem uma relação pessoal, ou não. Se expressa em casos de violência da juventude, agressões variadas, e estupro.

A violência coletiva se manifesta em grandes grupos, ou mesmo países. Pode envolver crimes de ódio e atos terroristas, ou delitos realizados por bandos indisciplinados e vandalismos em geral. Subdivide-se em: violência política, que inclui guerras e conflitos armados; e Violência econômica, motivada para almejar lucro.

De acordo com Toledo e Sabroza (2013), outro tipo de violência que acomete a saúde é a “violência cultural”, a qual identificamos uma proximidade com o conceito de violência simbólica, uma vez que se caracteriza por atos de dominação e opressão. Esta violência “é a que se expressa por meio de discriminações e preconceitos que de tão repetidos e reproduzidos se tornam comuns e naturais na sociedade” (TOLEDO, SABROZA, 2013, p.8).

De acordo com os autores, as principais vítimas deste tipo de violência são crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência física, portadores de transtornos mentais moradores de favelas, seguidores de alguma crença religiosa, migrantes, homossexuais, dentre outros. (TOLEDO, SABROZA, 2013).

Esta dissertação analisará a violência, em sua dimensão simbólica, sofrida por homossexuais.

3. HOMOSSEXUALIDADE E HOMOFOBIA

Dentre os grupos que sofrem com a violência simbólica estão os gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (LGBT's). Alguns autores associam esta evidência ao fato desses indivíduos não satisfazerem um ideal hegemônico de normalidade imposto por uma sociedade heteronormativa (MULLER, KNAUTH, 2008; JUNQUEIRA, 2010; SOUZA, SILVA, 2011; CARRIERI, SOUZA, AGUIAR, 2014; SOUZA et al., 2015).

Na origem desta violências, existe um entendimento construído a partir da heteronormatividade. A sociedade heteronormativa, hegemônica no mundo atual, se impõe sobre o indivíduo desde o seu nascimento (SAYÃO, 2003).

Por heteronormatividade, entende-se o padrão social de sexualidade hegemônico aceito na sociedade atual (JUNQUEIRA, 2010; SOUZA, SILVA, 2011; PRADO, MACHADO, 2012; SOUZA et al., 2015). Para Souza e Silva (2011, p. 107) trata-se de “um postura que coloca o modo de se relacionar como sendo o ‘correto’ em detrimento das relações entre pessoas do mesmo sexo”. Denominando-a como heterossexismo, Rios (2007, p. 33) o define como “um sistema onde a heterossexualidade é institucionalizada como norma social, política, econômica e jurídica”. De acordo com o autor, no ideal heterossexista, o binômio heterossexualidade/homossexualidade é determinante no que diz respeito ao reconhecimento da dignidade dos sujeitos e para a distribuição de benefícios sociais, políticos e econômicos. Neste sentido, o pertencimento a grupos inferiorizados cultural e socialmente implica em restrições, supressão de direitos e oportunidades, assim como impossibilidades jurídicas. Junqueira (2010) aprofunda esta ideia afirmando:

Heteronormatividade ou norma heterossexual refere-se a um arsenal de valores, normas, dispositivos por meio do qual a heterossexualidade é instituída como a única possibilidade legítima e natural de expressão Identitária e sexual, de modo a se fazer perceber a homossexualidade, a transgeneridade e qualquer prática sexual não reprodutiva como desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade, pecado. (JUNQUEIRA, 2010, p. 120)

O entendimento do papel social do corpo é um dos exemplos que materializam a identificação e diferenciação entre os gêneros. O corpo tornou-se o lugar de inscrição de elementos simbólicos, culturais, presentes nas experiências vividas ao longo da vida, e também *locus* do exercício de poder heteronormativo. Posto que os papéis masculino e feminino são forjados a partir de um contexto de dominação masculina, o próprio papel masculino se funda, a partir de um ideal de honra e virilidade, indissociável da virilidade física. (BOURDIEU, 2014). De acordo com Cechetto (2004), algumas formas de

masculinidade tendem a ser mais valorizadas, se legitimando e apropriando-se de outros modelos, tornando-se assim hegemônica. Para Gomes (2008, p. 239), “a masculinidade hegemônica se define a partir de práticas genéricas que expressam padrões aceitos para a posição dominante de homens e de subordinação de mulheres”. Ele complementa sua ideia afirmando:

[...] [a masculinidade hegemônica] relaciona-se a um tipo de masculinidade tida como exemplar, não se referindo necessariamente a pessoas mais poderosas; expressa ideias, fantasias e desejos que servem de referência para as relações de gênero não se configurando como um modelo fixo que ocorre sempre da mesma forma, nem podendo ser visto isoladamente, mas como aspecto de uma estrutura maior. [...] embora seja uma posição de autoridade cultural e liderança, ela não é totalmente dominante porque, junto a ela, persistem outras formas de masculinidade que persistem ao lado dela [...] ela é hegemônica não precisamente no que se refere a outras masculinidades, mas em relação à ordem de gênero como um todo. (GOMES, 2008, p. 239).

Todavia, a formação de uma realidade de hegemonia masculina traz alguns desafios ao próprio homem, uma vez que sua masculinidade é relacional, e deve ser a todo tempo validada por outro homem, e em oposição ao feminino. A comparação com atributos femininos causaria medo ao homem, uma vez que suscitam para este a ideia de fraqueza, de vulnerabilidade de sua honra. Entretanto, isso causa ao homem dificuldades, uma vez que afirmar a masculinidade/ virilidade a todo tempo, passa a ser uma carga. (BOURDIEU, 2002).

De acordo com Souza e Silva (2011, p. 108), para que seja construída uma identidade masculina, segundo os princípios de uma masculinidade hegemônica, seria necessária a recusa dos papéis sociais comumente atrelados ao feminino, como a delicadeza ou a emoção, por exemplo: “Além de negar este estereótipo, é assumido como mecanismo psicológico, o insulto àquele que foge a regra e viola o perfil de ser masculino”. No que concerne à homossexualidade, trata-se de uma desonra para o homem. Bourdieu (2002) explica que:

Poderíamos lembrar aqui os testemunhos de homens a quem torturas foram deliberadamente infringidas no sentido de feminizá-los, sobretudo pela humilhação sexual com deboches a respeito de sua virilidade, acusações de homossexualidade ou, simplesmente, a necessidade de se conduzir com eles como se fossem mulheres, fazendo descobrir “o que significa o fato de estar sem cessar consciente de seu corpo, de estar sempre exposto à humilhação ou ao ridículo” [...] (BOURDIEU, 2014, p. 39)

Cabe salientar que mesmo os homossexuais seguem a lógica da heteronormatividade. De acordo com Bento (2007) e Ferrari (2005), o homossexual afeminado, que não se comporta com base no modelo heteronormativo, costuma ser alvo de aversão por outros homossexuais, recebendo alcunhas como “bicha”, “bicha louca” e “afetado”.

Por meio da heteronormatividade, a sociedade impõe uma forma de socialização, dita normal, que aceita como tal, exclui diversos grupos, alcunhando-os de anormais, desprezíveis. (CARRIERI, SOUZA, AGUIAR, 2014). Para tal, se utiliza de uma “matriz heterossexual” (BUTLER, 2010), que compulsoriamente determina o que é normal, além de definir as identidades e possibilidades de existência que podem ser consideradas anormais.

Para Prado e Machado (2012) o pensamento religioso e médico-científico foram capazes de transformar uma experiência particular em universal, uma vez que impondo a heteronormatividade, tornou invisível qualquer outra possibilidade da experiência social relacionada com a sexualidade. De acordo com os autores:

Em nossa sociedade, a não heterossexualidade foi gravemente condenada pelo discurso hegemônico, que influenciado pelo discurso religioso e médico-científico, legitimou instituições e práticas sociais baseadas em um conjunto de valores heteronormativos, os quais levaram a discriminação negativa e à punição de diversos comportamentos sexuais, sob a acusação de crime, pecado ou doença. (PRADO; MACHADO, 2012, p. 12).

Alguns fatores pactuam para afirmação deste quadro heteronormativo. Carrieri, Souza e Aguiar (2014) afirmam que a atuação da religião é expressiva nesse processo de normalização, de acordo com a matriz heterossexual reprodutiva. De acordo com Rios (2007) o heterossexismo se manifesta a partir de instituições culturais (como a linguagem) e organizações burocráticas (como o sistema jurídico). Desta maneira, são atribuídos superioridade e privilégios aos que se adequam a norma. Todavia, aos que não se adequam, como no caso dos homossexuais, ou mesmo heterossexuais que não satisfaçam os padrões de heterossexualidade impostos, são atribuídos discriminação, opressão e prejuízos. Rohm e Pompeu (2015) corroboram com esta afirmativa. Para os autores instituições, como família, escola, templos dos mais diversos, empresas e Estado, por meio de mecanismos disciplinares homogeneízam padrões de comportamento, valores e atitudes de indivíduos Prado e Machado (2012) alertam que as práticas sociais embasadas na heteronormatividade (ou heterossexismo), colocaram, ao longo da história, outras práticas sociais e sexuais como subordinadas, como é o caso da homossexualidade.

3.1 Homossexualidade: aspectos históricos e violência

Embora seja considerado, atualmente como um “comportamento desviante”, quando adotada como um estilo de vida (BECKER, 2008, p. 17), nem sempre a homossexualidade foi vista desta forma. Diversos estudos apontam como a homossexualidade, em tempos

históricos, sempre esteve presente na diversidade da experiência humana (PRADO; MACHADO, 2012).

Historicamente, na era greco-romana, algumas práticas homoeróticas¹ eram culturalmente vistas como normais e legitimadas pela sociedade. De acordo com Silva e Bornia (2009), apesar de patriarcal e monogâmica, a sociedade grega valorava e naturalizava a homossexualidade. A pederastia, ou seja, a prática sexual entre um homem e um rapaz mais jovem, tinha a função de iniciar o jovem enquanto cidadão.

Todo *efebo* (adolescente) devia ter o seu pedagogo, que era um homem mais velho, alguém respeitado, com experiência suficiente para ser o responsável pela educação do jovem iniciante, a quem deveria ensinar o que era ser homem. Esse ensinamento passava pela experiência de ser penetrado. (LEITE-FERREIRA; PRADO, 2004, p. 247).

Já na Roma antiga, prática homoerótica ser culturalmente reconhecida, havia uma ressalva. Um senhor jamais deveria desempenhar na relação sexual o papel de passivo, uma vez que a virilidade enobrecia o homem Romano, ao passo que a passividade era abominada. O parceiro ativo, em geral era um senhor, e o passivo, um escravo (SILVA, BORNIA, 2009).

É a partir da tradição judaico-cristã, que as práticas homoeróticas passaram a ser vistas culturalmente como indesejáveis sendo inclusive passíveis de julgamento que poderia levar a pena de morte ao indivíduo praticante (LEITE-FERREIRA, 2004; BORILLO, 2010).

De acordo com Leite-Ferreira e Prado (2004), a civilização ocidental, a partir da idade média à moderna, passou a conceber culturalmente a homossexualidade como algo digno de culpa e vergonha. No entender destes autores esta atitude depreciativa esteve associada ao fato da relação não ter fins reprodutivos, e ter passado a ser considerada, por esta razão, abominável, pecaminosa, e perversa, ou seja um crime contra Deus e contra o Estado. Para Silva e Bornia (2009) a idade média foi o período em que a intolerância sexual ganhou força. O prazer sexual passou a estar dividido entre o sexo culturalmente aceito, para fins reprodutivos, e o sexo impuro, relacionado ao pecado. A homossexualidade passa a ser vista como perversão diabólica. Segundo Borillo (2010, p. 47) “o cristianismo, herdeiro da tradição judaica, transformara a heterossexualidade no único comportamento suscetível de ser qualificado como natural e, por conseguinte, como normal”. O autor explica que isso se deu em função do contexto histórico:

¹ De acordo com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis e transexuais (ABGLT), homoerótico diz respeito à “uma noção flexível para descrever a pluralidade das práticas ou desejos sexuais relacionados aos sujeitos do mesmo sexo/ gênero. (ABGLT, 2010, p. 14).

[...] após sua libertação do Egito, o povo de Israel foi obrigado a editar normas estritas, destinadas a garantir sua sobrevivência demográfica e cultural. Os alicerces patriarcais do povo judeu encontrar-se-iam efetivamente, em perigo se viessem a disseminar-se outras práticas, além da relação com mulheres. Essa dupla necessidade – preservação biológica da comunidade dos eleitos e conservação cultural da sociedade patriarcal – explica a hostilidade contra as práticas homossexuais. (BORILLO, 2010, p. 49).

A partir do século XIX, alguns teóricos e passam a buscar explicações biológicas que explicassem a homossexualidade. Com isso pretendiam romper com a concepção predominante associada à ideia de pecado e doença. Entretanto, tal rompimento não trouxe uma concepção menos marginalizante à homossexualidade. Ele passou a ser visto como uma doença, levando a internação compulsória de muitos homossexuais em clínicas psiquiátricas.

Além disso, alguns homossexuais passaram a servir de cobaias em pesquisas biológicas. A internação compulsória vigorou até a década de 1970, quando a Associação Médica Americana deixou de considerar a homossexualidade uma patologia. Vinte anos depois a Organização Mundial de Saúde (OMS) deixou de considerar a homossexualidade uma doença. No Brasil, em 1985 o Conselho Federal de Medicina passou a desconsiderar a homossexualidade uma doença. (LEITE-FERREIRA; PRADO, 2004). De acordo com o programa “Brasil sem Homofobia- Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual” (2004, p. 15), em 1999, o Conselho Federal de Psicologia, determinou, por meio do artigo 3º, da Resolução CFP nº 001/99 de 22 de Março de 1999 que nenhum profissional “deve exercer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas”: “Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.” (CFP, Art.3, 1999). Apesar de o processo ter representado avanço, o homossexual ainda é vítima de forte estigmatização, preconceito e discriminação. De acordo com Rios (2007, p. 32) “ainda persistem posturas que pretendem atribuir à homossexualidade caráter doentio ou, ao menos, condição de desenvolvimento inferior à heterossexualidade”.

Bourdieu (2002) afirma que o homossexual sofre um estigma que pode ser ocultado. Entretanto a uma das formas de opressão ocorre como invisibilização, a partir do momento em que o homossexual reivindica sua visibilidade. Este é obrigado ao agir discreto e dissimulado, sendo prejudicado em seus direitos e liberdades. De acordo com Prado e Machado (2012), à homossexualidade são impostas características inferiores, afirmadas por mecanismos institucionais que operam por meio do silenciamento, inserindo-a em uma cidadania de segunda categoria.

Rios (2007) discute a homossexualidade por meio do preconceito e da discriminação. Apesar de conceitos similares, o autor as diferencia:

Por preconceito, designam-se as percepções mentais negativas em face do indivíduo e de grupos sociais inferiorizados [...] Já a discriminação designa a materialização, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito que produzem violação de direitos dos indivíduos e dos grupos. (RIOS, 2007, p. 27-28).

Para Rios (2007) o preconceito se caracteriza por meio da existência de ideias pré-concebidas, percepções negativas, passíveis de atribuição de juízos desfavoráveis a indivíduos e grupos, em função de sua categoria. Suas manifestações podem ter motivação racial, sexual, religiosa e étnica, com notas de irracionalidade, autoritarismo, ignorância, e pouca disposição para contato e convivência com uma categoria diferente da sua. A discriminação por sua vez atua no plano das ações, originadas pelo preconceito, que por sua vez se situa num plano cultural e ideológico. Perpetua-se por meio de atitudes capazes de produzir violações contra indivíduos e grupos estigmatizados, distinguindo-os, excluindo-os, e restringindo-lhes direitos e liberdades fundamentais. De acordo com Souza e Pereira (2013) o preconceito pode ser expresso por uma atitude de antipatia, com base em um pensamento generalizado e falho em relação a um determinado grupo. A discriminação por sua vez, se refere a uma conduta considerada estritamente negativa, hostil, depreciativa.

De acordo com Rios (2007) desde o final da segunda guerra mundial, preconceitos e discriminações são estudados a partir de suas manifestações mais expressivas nas sociedades ocidentais, como o antissemitismo, o racismo e o sexismo. Entretanto, os estudos sobre preconceito e discriminação focados nas expressões de sexualidade são mais recentes, e se perpetuam produzindo noções doença e perversão. Neste contexto o preconceito tem atuado como regulador deste processo de hierarquização e inferiorização do homossexual, mantendo processos de dominação social. Ademais, produz invisibilidade das identidades sexuadas, ocultando a homofobia.

3.3 Homofobia

Historicamente, o termo homofobia foi criado em 1867, para representar a atitude irracional e negativa em relação a pessoas de orientação homossexual (LEITE-FERREIRA, PRADO, 2004). De acordo com Silva e Bornia (2009, p. 36), a discriminação por orientação sexual “inclui todo e qualquer ato preconceituoso físico ou psicológico que atente contra a dignidade dos indivíduos homossexuais”. Toledo e Sabroza (2013, p. 30) afirmam que “a

violência contra homossexuais, mais comumente chamada de homofobia, é o tratamento discriminatório, como medo, aversão ou ódio contra homossexuais (Gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais)”. A homofobia é considerada a manifestação mais evidente da discriminação aos grupos LGBT’s, incluindo em seu significado preconceito, discriminação, agressão física e verbal, originados pelo medo e/ ou ódio. (RIOS, 2007; SILVA, BORNIA, 2009; PRADO, MACHADO, 2010; SOUZA, PEREIRA, 2013). De acordo com o “Relatório de Violência homofóbica no Brasil-2012”:

A homofobia possui um caráter multifacetado, que abrange muito mais do que as violências tipificadas pelo código penal. Ela não se reduz à rejeição irracional ou ódio em relação aos homossexuais, pois também é uma manifestação arbitrária que qualifica o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido à sua diferença, esse outro é aliado de sua humanidade, dignidade e personalidade. (BRASIL, 2012, p. 10)

Silva e Bornia (2009) apontam que os atos homofóbicos podem ser compreendidos como ultrajes, galhofas, discriminações e tratamentos humilhantes em ambientes como escola, exército, igreja, entidades públicas, nos meios de comunicação, trabalho etc. Eles podem chegar à tortura, agressões, e finalmente homicídios. Quanto à natureza das agressões, a homofobia pode ser percebida em piadas vulgares, que ridicularizam o indivíduo, mas pode também assumir formas mais brutais, chegando até a vontade de extermínio. Toledo e Sabroza (2013) apontam ainda, rejeições, isolamento, humilhações, extorsões, ameaças, abuso sexual até homicídios. Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (2004) as principais agressões perpetradas contra LGBT’s são: Agressões e torturas, Ameaças e golpes, Discriminação em órgãos e por autoridades governamentais, Discriminação econômica, contra a livre movimentação, privacidade e trabalho, Discriminação familiar, escolar, científica e religiosa, Difamação e discriminação na mídia, Insulto e preconceito anti-homossexual, Lesbofobia: violência antilésbica, Travestifobia.

Para Borrillo (2010) a violência contra homossexual, em sua dimensão simbólica, está inserida na linguagem corrente, na retórica homofóbica, que descreve os gays e as lésbicas como criaturas grotescas e objetos de escárnio. Para Junqueira (2010) trata-se de:

Um conjunto de crenças e a mecanismos urdidos pela heteronormatividade que atentam contra as expressões sexuais e de gênero que não se enquadram nas “normas de gênero” e na sequência sexo-gênero-sexualidade. O fenômeno, ao associar-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas à padrões relacionais e identitários de gênero, vai além da hostilidade e da violência contra pessoas que se identificam ou são identificadas como lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transexuais. (JUNQUEIRA, 2010, p. 124).

De acordo com Prado (2010, p. 7) a limitação do termo homofobia, apenas à aversão, ódio ou medo de homossexuais “implica limitar a compreensão do fenômeno e pensar o seu

enfrentamento somente a partir de medidas voltadas a minimizar os efeitos de sentimentos e atitudes de indivíduos, ou de grupos homofóbicos”. Para o autor, tal limitação retira a responsabilidade das instituições sociais, jurídicas e sociais (PRADO, 2010, p. 8).

Souza e Silva (2011), afirmam que mesmo indivíduos heterossexuais, são passíveis de sofrer homofobia, desde que suas características comportamentais e expressões de gênero não se enquadrem ao modelo hegemônico heterossexista. O “Relatório de Violência homofóbica no Brasil-2012” ratifica esta ideia afirmando que:

Vale também sublinhar que a violência homofóbica é cometida contra os indivíduos cuja orientação e/ou identidade de gênero presumidas não se conformam à heteronormatividade. Ou seja, são também recorrentes episódios contra sujeitos que, apesar de se autoidentificarem como heterossexuais, têm a eles atribuídas características que fazem com que os perpetradores das violências os classifiquem como LGBT. Violências contra a população LGBT estão presentes nas diversas esferas de convívio social e constituição de identidades dos indivíduos. Suas ramificações se fazem notar no universo familiar, nas escolas, nos ambientes de trabalho, nas forças armadas, na justiça, na polícia, em diversas esferas do poder público. Entre os tipos de homofobia, podem-se apontar a homofobia institucional (formas pelas quais instituições discriminam pessoas em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero presumida) e os crimes de ódio de caráter homofóbico, ou seja, violências, tipificadas pelo código penal, cometidas em função da orientação sexual ou identidade de gênero presumidas da vítima (BRASIL, 2013, p. 11).

Para Rios (2010) não minimizando outras formas de preconceito como, como racismo e antissemitismo, a homofobia possui algumas características que a tornam mais complexa de ser superada. O autor destaca que, pesa sobre a homofobia de maneira intensa, a condenação moral, seguida de uma não aceitação social e política. Além disso, ainda é comum a existência de concepções que atribuem aos homossexuais um caráter doentio, apesar de décadas que deixou de ser considerada doença. Para o autor “a persistência da homofobia ocorre, dentre outros fatores, porque a homossexualidade tende a afrontar de modo mais incômodo instituições e dinâmicas basilares na vida em sociedade” (RIOS, 2007, p. 36).

Alguns autores como Rios (2007) e Borrillo (2010) afirmam algumas formas de discursos homofóbicos. Para Borrillo (2010) os discursos homofóbicos, podem ser divididos em: “homofobia antropológica” (BORRILLO, 2010, p. 73), pautado na ideia de consagração de uma sociedade heterossexual monogâmica que concebe a homossexualidade como uma ameaça e risco à desintegração da sociedade e da civilização. Existiria ainda a “homofobia liberal” (BORRILLO, 2010, p. 76), que confere à homossexualidade uma dimensão estritamente privada, não permitindo que o indivíduo homossexual tenha acesso ao espaço público, com proteção jurídica. O espaço público seria de direito e uso exclusivo dos heterossexuais. Numa perspectiva histórica, Borrillo (2010, p. 76) apresenta a “homofobia

stalinista” (BORRILLO, 2010, p. 76), que, considerava a homossexualidade como um sintoma de decadência moral capitalista; a “homofobia nazista” (BORRILLO, 2010, p. 82) que esteve embasada em concepções biológicas e morais e condenou, em nome da expansão da raça ariana, milhares de homossexuais à prisões e à morte nos campos de concentração. Em relação à homofobia no período nazista, Leite-Ferreira e Prado (2004) fazem algumas afirmativas, dignas de nota. Segundo as autoras, durante o regime nazista, os homossexuais foram perseguidos da mesma forma que os judeus. Quando identificados, eram marcados em suas vestimentas com um triângulo rosa, alguns mandados para trabalhos escravos, e outros para pesquisas científicas. Em 1968 foi revogada a lei que permitia tais atrocidades. Naquele momento o governo alemão emitiu um pedido de desculpas aos judeus e aos presos políticos, contudo, se negou a reconhecer os homossexuais como vítimas da intolerância nazista.

De acordo com Rios (2007) a discriminação homofóbica pode ser dividida em duas modalidades, “direta” e “indireta”. Na modalidade “direta”, a discriminação pode ocorrer de forma explícita, como no caso da exposição de cartazes denegrindo a imagem dos homossexuais com conteúdo ofensivo. Além dessa manifestação, pode ocorrer também de forma “indireta” ou “velada”. Na modalidade “indireta”, a discriminação ocorre de forma neutra, mas que ainda sim lesiona os direitos humanos:

De fato, muitas vezes, a discriminação é fruto de medidas, decisões e práticas aparentemente neutras, desprovidas de justificação e de vontade de discriminar, cujos resultados, no entanto, têm impacto diferenciado perante diversos indivíduos e grupos, gerando e fomentando preconceitos e estereótipos inadmissíveis. (RIOS, 2007, p. 42).

A modalidade de discriminação “indireta” pode ser considerada uma consequência direta de uma cultura heteronormativa, a qual o padrão hegemônico da heterossexualidade é reproduzido todo o tempo de forma tida como naturalizada:

O estudo da discriminação indireta demonstra a relação entre homofobia e heterossexismo [...] fica patente a supremacia heterossexista no convívio social [...] a percepção da discriminação indireta põe nu a posição privilegiada ocupada pela heterossexualidade (RIOS, 2007, p. 42).

Souza e Silva (2011) citam como exemplo a “heterossexualidade presumida”, onde um padrão de heterossexualidade é conduzido tão naturalmente nos ambientes, como, por exemplo, na escola, que é como se a homossexualidade não fizesse parte da realidade. Rios (2007) cita também a discriminação institucional, onde organizações burocráticas, e sistemas regulatórios, atuam por meio de pré-concepções amplas e difusas, presentes na cultura, em prejuízo de certos indivíduos e grupos.

3.4 Homofobia no Brasil

De acordo com levantamento realizado pelo programa “Brasil sem homofobia” (2004), as principais violências denunciadas pela população LGBT (até então chamada de GLTB) foram agressões físicas, chantagem e extorsão, xingamentos, ofensas verbais e ameaças relacionadas à homossexualidade, além de impedimento no acesso a estabelecimentos comerciais, expulsão da casa, e mau tratamento por parte de servidores públicos, colegas, amigos, familiares, chacotas, problemas escolares, no trabalho, ou no bairro.

Segundo “Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil – 2011” (2012), o número de assassinatos de pessoas LGBT, aumentou 11,51%, entre 2011 e 2012. Em “relatório sobre assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil – 2013/2014” (GGB, 2014) no ano de 2013 foram documentados 312 assassinatos, ou seja, um assassinato a cada 28 horas. De acordo com este relatório:

O Brasil continua sendo o campeão mundial de crimes homo-transfóbicos: segundo agências internacionais, 40% dos assassinatos de transexuais e travestis no ano passado foram cometidos no Brasil. Pernambuco e São Paulo são os estados onde mais LGBT foram assassinados e Roraima e Mato Grosso onde os estados mais perigosos para esse segmento. Manaus e Cuiabá foram as capitais onde registraram-se mais crimes homofóbicos, sendo o Nordeste a região mais violenta, com 43% de “homocídios”. Os estados menos violentos foram o Acre, sem notificação de mortes de homossexuais nos últimos três anos, seguido do Amapá e do Espírito Santo, respectivamente com 1 e 2 ocorrências. 2014 começa ainda mais sangrento: só em janeiro foram assassinados 42 LGBT, um a cada 18 horas (GGB, 2014, p.1)

De acordo com Carrara e Viana (2004), grande parte do que é vivenciado por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT's) não chega a ser notificado às instâncias encarregadas de coibir e prevenir a realização de novas agressões. O “Relatório de Violência homofóbica no Brasil, 2012” atesta que as constatações observadas por Carrara e Viana (2004), continuam atuais. Segundo este documento governamental:

Este cenário se torna ainda mais preocupante ao se levar em conta a subnotificação de dados relacionados a violências em geral, e a este tipo de violência em particular. Muitas vezes, ocorre a naturalização da violência como único tratamento possível, ou a auto- culpabilização. (BRASIL, 2013, p. 18).

Um aspecto suscitado pelo levantamento realizado pelo “Programa Brasil sem Homofobia” (2004) é que a dificuldade de se estabelecer ações punitivas à crimes com

motivação homofóbica, alargam as concepções preconceituosas e quivocadas, que por sua vez acentuam a impunidade.

De acordo com Muller e Knauth (2008), as travestis se caracterizam como o grupo mais estigmatizado e vulnerável do universo LGBT por sua condição sexual explicitada pela modificação corporal, apresentando-se socialmente como mulher em tempo integral. Segundo Muller e Knauth (2008):

No seu dia-dia, esse segmento da população vive situações nas quais o exercício da cidadania é desrespeitado e negligenciado. Entre aqueles que mantêm relações com pessoas do mesmo sexo, as travestis formam, sem dúvida, o grupo que sofre mais discriminações e agressões [...] A vontade de criar uma identidade feminina, e ser reconhecida como tal, é tão profunda e individual que o preço social a ser pago por ela não encontra compreensão em nossa sociedade, ainda presa em uma cultura moralista. (MULLER; KNAUTH, 2008)

De acordo com o “Relatório sobre Violência homofóbica no Brasil – 2011” (2012) as travestis e transexuais são as maiores vítimas da violência homofóbica, e em suas manifestações mais graves, como homicídios e lesões corporais. De acordo com Souza et al. (2015), as travestis, sobretudo as que atuam como profissionais do sexo, são agredidas de maneira mais violenta que outros homossexuais que não apresentam diferenças corporais.

A discriminação por orientação sexual é criminalizada em alguns países, como Dinamarca, Espanha, Estados Unidos e Argentina. O Brasil, exceto por algumas constituições estaduais de Mato Grosso, Sergipe e Pará, vêm contemplando a discriminação por orientação sexual. Além destes, algumas legislações específicas de alguns estados também tem atuado neste esforço de criminalização da homofobia (Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal). Todavia, a Constituição Federal de 1988, ainda não contempla a discriminação por orientação sexual, entre as formas de discriminação. Além de o Brasil não configurar no grupo de países que criminalizam a homofobia, parte de sua população se mantém contrária a qualquer desenvolvimento nessa área, com destaque a alguns representantes do Poder Legislativo, com formas de governar mais conservadoras. (BRASIL, 2004; TAQUES, PIOTROWSKI, MOREIRA, 2015).

A violência homofóbica, em sua dimensão simbólica, vivenciada no dia-dia por meio de xingamentos, ridicularização, atribuição de apelidos e características reduzidas e negativas, e exclusão (KOEHLER, 2013), tem se estendido também por outros canais, como a internet. De acordo com Cardoso e Ferro (2012) tem chamado atenção o fluxo de conteúdo homofóbico que circula na internet. Interessa-nos, na próxima parte analisar as singularidades deste meio de comunicação e interação social.

4. INTERNET

Desde sua criação como projeto militar e científico, a internet sofreu expressiva expansão e mudanças, superando qualquer outro invento humano (DORNELLES, 2004; RODEGHIERO, 2012). Em termos quantitativos, em 1995 (quando teve início seu uso disseminado), a internet já contava com cerca de 16 milhões de usuários. Seis anos depois este número chegou a casa dos 400 milhões (Castells,2003). A previsão para 2005 era de 1 bilhão, e para 2010, uma número próximo a 2 bilhões. De acordo com o site *Internet Live Stats* (2015), a previsão apontada por Castells foi correta. Em 2005, a internet contou com mais de 1 bilhão de usuários, ultrapassando a marca de 2 bilhões em 2010. No ano, 2014, o número de usuários atingiu quase 3 bilhões (2.925,249,355 bilhões de usuários). Segundo relatório da *International Telecommunication Union* (2015), agência de telecomunicações da Organização das Nações Unidas (ONU), a previsão para o final do ano de 2015 era de 3.2 bilhões. Em 2016, até o momento a internet já atingiu 3.3 bilhão (aprox.) de usuários. (INTERNET LIVE STATS, 2016).

No caso do Brasil, a internet tomou forma na metade a partir de 1995, quando o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia passaram a incentivar a criação de provedores privados de acesso à internet. Antes, o acesso era gerenciado por órgãos de pesquisa e governamentais (DORNELLES, 2004). Para Fragoso (2014), o acesso à internet no Brasil, ainda pode ser considerado um privilégio da metade da população. Além disso o acesso é dificultado em algumas regiões devido as velocidades das conexões ainda serem baixas. Entretanto a presença dos brasileiros ainda é expressiva, seja pela dimensão do país, ou mesmo pelo perfil de atividades online. De acordo com pesquisa feita pelo IBOPE (2006) o perfil de uso brasileiro da internet, se destaca pelo tempo de conexão maior que o tempo de acesso em outros países.

Em termos qualitativos, as mudanças surgidas no curso do desenvolvimento desta tecnologia de informação e comunicação se encontram na forma pela as pessoas se conectam entre si, nas possibilidades de uso e na quantidade informação acessada. O tempo e espaço também se modificaram com o uso da internet. De acordo com Dornelles (2004) há um processo de desterritorialização, uma vez que “não importa se um indivíduo está a quilômetros de distância de outro. Importa é que estão cultivando uma interação, independentemente da proximidade geográfica e dependente do espaço virtual de trocas que se formam” (DORNELLES, 2004, p.243). Para Castells (2007) e Luna (2013), o crescimento

e expansão da internet abriram espaço para um mundo interconectado, possibilitando que a informação alcance o globo e todos domínios da atividade humana. Para Dertouzou (1997):

Os cliques dos mouses dos computadores de toda essa gente, como giros de milhões de maçanetas, abriam infinitas portas para informações, divertimentos, aventura, comércio, conhecimento e todos os tipos de surpresas, em milhões de sites – do outro lado da rua ou do oceano. (DERTOUZOS, 1997, p. 25).

Para Dornelles (2004, p. 245), “Ao contrário da televisão, a internet possibilita a comunicação entre ‘muitos’ e ‘muitos’. Isso está relacionado com o potencial ‘produtor’ que esta nova mídia possibilita”. Barros, Ribeiro e Quadrado (2014) corroboram com esta afirmativa, afirmando que além das formas de produção de informação, o aprimoramento e democratização da tecnologia vêm possibilitando a emergência de novas formas de entretenimento, comunicação, consumo e, sobretudo, novas formas de sociabilidade. De acordo com Dornelles (2014, p. 242), “é cada vez mais comum e compreensível que seja possível bater papo, conhecer pessoas, fazer amigos e até mesmo namorar via computador [...]”.

Estas peculiaridades, mencionadas, caracterizam a chamada *Web 2.0*. De acordo com Primo (2007, p. 2), trata-se da “segunda geração de serviços *online* e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações”. Para o autor:

A *Web 2.0* tem repercussões sociais importantes, que potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações, de construção social de conhecimento apoiada pela informática. (PRIMO, 2007, p.2).

Para Pereira Neto et al. (2013), a chamada “Internet Web 2.0” trouxe consigo uma característica que a diferencia de outras mídias, uma vez que permite não apenas o consumo, mas a criação e difusão de informações por qualquer cidadão com domínio da técnica (PEREIRA NETO, et al. 2013). De acordo com o autor, atualmente, a internet permite que o cidadão com domínio da técnica e elevado grau de letramento publique o que quiser. Contudo, para Silva e Castro (2007), a internet se tornou um território livre para publicação de conteúdo de qualquer natureza, pondo em questão a segurança, e demandando cautela e discernimento na leitura do que é disponibilizado. Segundo Lemos (2007) ao se transformar em um ambiente passível de produção e compartilhamento de informações, as novas tecnologias digitais passaram a exercer uma “função pós-massiva”. Para o autor, passamos de uma estrutura de mídia de “função massiva” (Impresso, rádio e TV), para uma mídia de

função “pós-massiva” (*blogs, Wikis, podcasts, redes P2P, softwares sociais e telefones celulares com múltiplas funções*). As mídias massivas tem caráter unidirecional, onde as informações são editadas por conglomerados. Já a mídia “pós-massiva” tem como característica o diálogo e a conversação oriunda de diferentes pontos (LEMOS, 2007).

De acordo com Levy (2010) a *Web 2.0* trouxe em sua essência, de forma mais qualitativa, diferentes usos e tipos de aplicações que ele designou “computação social”. Segundo este autor: “A computação social constrói e compartilha de maneira colaborativa as memórias numéricas coletivas e escala mundial” (LEVY, 2010, p. 10). Para Silva (2011, p. 1) a *Web 2.0* deu à internet o traço forte da sociabilidade, uma vez que insere no cotidiano dos usuários a possibilidade de “comunicar-se com seus contatos de redes, relacionadas aos agrupamentos sociais como família, trabalho e escola, além de expressar preferências políticas e padrões de consumo”. Para Recuero (2012, p. 10) as ferramentas computacionais “deixaram de ser apenas isso, evoluindo para ‘espaços conversacionais’ importantes, já que em sua utilização, reelaboram a conversa e esta passa a ter outras feições”. De acordo com Recuero (2011), a comunicação/ conversação mediada por computador, pode ser considerada como uma das mais fundamentais mudanças para sociedade, advinda da internet. As redes sociais (Facebook, twitter) são a expressão mais viva dessa forma de comunicação na internet.

4.1 Redes Sociais na internet

Homens e mulheres são por natureza, seres sociais, e sentem a necessidade de se relacionar com outras pessoas. Neste sentido, a formação de redes de relações é inerente à atividade humana. Numa perspectiva socio-tecnológica, destaca-se as “redes sociais na internet”, sendo esta ultima o objeto de estudo deste trabalho. (AMARAL, 2004; RECUERO, 2011).

Recuero (2012 p. 16) define redes sociais como “estruturas dos agrupamentos humanos, constituídas pelas interações, que controem os grupos sociais”. De acordo com a autora, trata-se de uma metáfora que permite observar os padrões de conexão entre os diversos atores de um determinado grupo social. Amaral (2004) afirma que elas são caracterizadas pela intencionalidade nos relacionamentos, assim como por terem objetivos comuns. Emergem de processos culturais e políticos, e possuem fluxos e ciclos permeados de informação, conhecimento e valores simbólicos.

O conceito “Redes Sociais” vem sendo estudado ao longo do tempo, mesmo antes da popularização da internet, recebendo olhar multidisciplinar, sobretudo por campos como a

Sociologia, Antropologia, Comunicação, Administração, Tecnologia da Informação, etc. (AMARAL, 2012). De acordo com Recuero (2011) o início das pesquisas sobre redes sociais, remonta ao final de 1800 com Émile Durkheim, que explicou o surgimento de fenômenos sociais, a partir do momento em que indivíduos interagem e constituem uma realidade. Neste mesmo período Ferdinand Tönnies discutiu os agrupamentos sociais, a partir de indivíduos que se juntam e compartilham crenças e valores, formando redes. No início do século XX, George Simmel trabalhou as redes sociais em seus ensaios de 1908-1971, a partir dos círculos sociais, seu tamanho e tipos de interação. Por volta de 1930, estudiosos como JL Moreno, W. Lloyd Warner e Elton Mayo se dedicaram a analisar as redes sociais, a partir da análise e interação interpessoal de pequenos grupos envolvidos em salas de aula e trabalho. Nas décadas seguintes, diferentes pesquisadores, como Harrison White, Barry Wellman, Mark Granovetter, entre outros, continuaram trabalhando com redes sociais, popularizando seu conceito e análise. Na década de 90, John Guare, por meio de sua peça teatral sobre a “Teoria dos Seis Graus de Separação”, defende a ideia de que qualquer pessoa no mundo está separada de outra por apenas seis graus de distância. Esta teoria, mais tarde geraria a base para compreensão dos sites de redes sociais existentes nos dias de hoje. (SILVA, 2009; AMARAL, 2012).

Para Amaral (2012), o desenvolvimento da tecnologia fez proliferar novas ferramentas que possibilitaram aos indivíduos a expressão de opiniões e ideias, formando grupos de interesses articuláveis remotamente: os sites de redes sociais. Estes sites reúnem ferramentas de comunicação que organizam indivíduos em forma de rede, de maneira a criarem e manterem laços sociais. Para a autora, “São a incorporação viva dos conceitos de redes sociais para o ambiente virtual” (AMARAL, 2012, p. 25). De acordo com Recuero (2009), não se deve confundir as redes sociais, com os sites que as hospedam:

Enquanto a rede social é uma metáfora utilizada para o estudo do grupo que se apropria de um determinado sistema, o sistema, em si, não é uma rede social, embora possa compreender várias delas. Os sites que suportam redes sociais são conhecidos como “sites de redes sociais”. (RECUERO, 2009, p. 3)

Segundo Recuero (2012, 2013), os sites de redes sociais surgiram por volta do início dos anos 2000. Trouxeram um expressivo impacto nas redes sociais, possibilitando que estas se construam e se mantenham em espaços *on-line*. De acordo com Boyd e Ellison (2007) os sites de redes sociais oferecem as seguintes possibilidades:

(1) construir um perfil público ou Semipúblico dentro de um ambiente delimitado, (2) articular uma lista de outros usuários com os quais compartilham uma conexão e (3) visualizar e interagir com suas próprias listas

de conexões, bem como com as listas de outros usuários dentro do sistema (BOYD; ELLISON, 2007, p. 2)

Os primeiros sites de redes sociais, *Friendster* e *Orkut*², foram criadas em 2002. Atualmente, a oferta de sites de redes sociais é maior sendo os mais destacados, o *Facebook*³ e *Twitter*⁴ (RECUERO, 2011).

Os sites de redes sociais se configuram como uma realidade no cotidiano dos indivíduos que possuem acesso à internet. Em 2012, o *Facebook* possuía 800 milhões de usuários cadastrados no site. O *Twitter*, por sua vez possuía cerca de 200 milhões de usuários em 2011 (RECUERO, 2012). Em números atuais, o Facebook possui aproximadamente 1.607,120, 00 (um bilhão, seiscentos e sete milhões e cento e vinte mil), e o Twitter 565.000.00 (Quinhentos e sessenta e cinco mil) usuários ativos.

Segundo Amaral (2012) uma rede social na internet é composta por dois elementos principais: ‘atores’ e ‘conexões’. Os atores (ou *nós* da rede) são as pessoas e organizações que atuam no contexto em que a rede está inserida. As ‘conexões’, por sua vez são os laços sociais que conectam os atores, de maneira estável, por meio de uma ou mais relações. Para Recuero (2011, p. 25) no âmbito das redes sociais na internet, os *nós* são representações de um indivíduo no ciberespaço: "tratam-se das pessoas envolvidas na rede que se analisa. Como partes do sistema, os atores atuam de forma a moldar as estruturas sociais, através da interação e da constituição dos laços sociais". Entretanto, segundo a autora, os ‘atores’ (*nós*) possuem características que os diferenciam nestas redes. Em função do distanciamento oriundo da comunicação mediada pelo computador, os ‘atores’ não são imediatamente discerníveis, mas sim, construções identitárias no ciberespaço, ou representações sociais. Podem existir na forma de um perfil no *Facebook*, no *Twitter*, ou outro site de rede social, ou mesmo um reunir diversos atores representados coletivamente por um destes perfis:

Inicialmente não são atores sociais, mas representações dos atores sociais. São espaços de interação, lugares de fala construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade. (RECUERO, 2011, p. 25)

² O *Friendster* foi lançado em 2002 e popularizado em 2013. O *Orkut* foi oficialmente lançado em 2004, teve bastante repercussão no Brasil, até o seu encerramento em 2014 (RECUERO, 2013)

³ "O Facebook funciona através de perfis e comunidades. Em cada perfil é possível acrescentar módulos de aplicativos (jogos, ferramentas, etc.)" (RECUERO, 2011, 184)

⁴ "O twitter é um site popularmente denominado de microblogging, porque permite que sejam escritos pequenos textos de até 140 caracteres a partir da pergunta ‘o que você está fazendo?’. É estruturado com seguidores e pessoas a seguir, onde cada twitter pode escolher quem deseja seguir e ser seguido". (RECUERO, 2011, p. 186).

As ‘conexões’, por sua vez, são as interações que acontecem entre estes atores, que constituem os laços sociais, foco nos estudos sobre redes sociais. Neste sentido, uma interação é o reflexo da comunicação estabelecida entre dois ou mais ‘atores’, como um reflexo social. Idealmente, a interação compreende as intenções e atuações de cada um dos ‘atores’ em uma rede social. Além disso, implica em reciprocidade de satisfação entre os mesmos.

Ferreira (2014) explica que os sites de redes sociais na internet são uma alternativa que os indivíduos encontraram como forma de enfrentamento da solidão e busca por pertencimento:

De certa maneira, nas redes sociais buscamos também o contato com outros indivíduos que partilham de nossos sentimentos, interesses e objetivos, a fim de superarmos a solidão na vida cotidiana. Por isso já não nos causa espanto o fato de que, por meio das tecnologias disponíveis na sociedade da informação, homens e mulheres de diferentes grupos etários, etnia, orientação sexual e classes sociais investem parte considerável do seu tempo (em casa, no trabalho e/ou na escola) para se certificarem de que não estão sós na imensidão social (FERREIRA, 2004, p. 49)

Segundo Recuero (2012), as comunidades surgidas com as redes sociais na internet, deixaram de ser, apenas ferramentas, passando a se tornar espaços conversacionais, que reelaboram e dão outras feições aos usos que fazemos.

4.1.1 Conversação e sociabilidade em Redes sociais na internet

Lemos (1997) explica a cibercultura como fenômeno originado da convergência entre o social e o tecnológico. Neste sentido as tecnologias digitais oriundas desta união se efetivam como ferramentas de convívio e formações comunitárias, formando o que o autor define como ‘ciber-socialidade’.

Com o desenvolvimento da tecnologia, e a emergência dos sites de redes sociais, as maneiras como os indivíduos se socializam com os outros foram alteradas. Para Schinestsck (2015, p. 2) “atualmente esta busca por pertencimento se intensifica com as tecnologias que mediam as relações e fazem com que o indivíduo viva uma constante busca, agora sem necessidade da presença física”. Recuero (2011) explica que:

Através do advento da comunicação mediada pelo computador e sua influencia na sociedade e na vida cotidiana, as pessoas estariam buscando novas formas de conectar-se, estabelecer relações e formar comunidades já que, por conta da violência e do ritmo de vida, não conseguem encontrar espaços de interação social (RECUERO, 2011, p. 136)

Segundo Recuero (2009) os sites de redes sociais têm como uma de suas principais atribuições, a construção de uma modalidade de conversação específica, que é a "conversação (ou comunicação) Mediada pelo Computador". Entretanto esta conversação possui características que as diferenciam da comunicação *off-line*, expondo uma pluralidade de aspectos sociais e culturais que devem ser observados, entre os quais o anonimato, e o distanciamento físico entre os atores.

Outra peculiaridade ressaltada por Recuero (2009) é a 'persistência', que altera a noção de tempo na conversação, uma vez que a conversa pode ser acessada em tempos diferentes. Neste sentido, a autora, com base em Reid (1991) explica que as ferramentas sociais podem ser síncronas com expectativa de resposta imediata, ou assíncronas, cuja expectativa não é imediata.

Recuero (2009, p. 120) destaca também o 'espalhamento': "Conversações mediadas pelo computador tendem a espalhar-se por diversas ferramentas e sistemas, em um processo de migração conversacional também relacionado com a persistência das conversações assíncronas". Nesta mesma linha, a autora explica que além de outros sistemas, a conversação mediada por computador, podem se amplificar a outros grupos sociais, por meio de conexões entre os atores, e adquirindo novos contornos e contextos e sentidos construídos entre os interagentes (RECUERO, 2009, 2012).

A sociedade se apropria da tecnologia dando significados humanos e sociais, definindo assim seus usos (LEVY, 2000). Neste sentido, diversos aspectos inerentes às socialidade e conversação em redes sociais na internet, possui características da comunicação oral realizadas em contextos *off-line* (SCHINESTOCK, 2015). Recuero (2009, p. 122) ratifica esta ideia: "as redes sociais expressas nestes sites não são desconectadas das redes *off-line*".

4.2 Violência no contexto da internet

Segundo Levy (1999), na órbita das redes digitais é possível observar a emergência de novas formas de isolamento e de sobrecarga, dependências, dominação e controle, exploração, e "bobagem coletiva" (como rumores, conformismo em rede e acúmulos de dados desprovidos de informação). Luna (2013) corrobora com esta ideia, e afirma que apesar das muitas benesses oriundas do desenvolvimento tecnológico, há uma série de práticas negativas que emergem junto à internet, como: comportamentos dependentes, formas de assédio, abusos de cunho sexual, exposição a imagens degradantes e/ou de natureza violenta e mesmo atos violentos. (LUNA, 2013).

Como exemplo, Fragoso (2014) aponta algumas práticas consideradas agressivas, inadequadas e disruptivas nas interações online: *Spam*, *Trollagem*, *Griefing*.

O *spam* teria a intenção de causar repetições desnecessárias e ruídos a interação, de forma a inviabilizar a comunicação. Pode variar entre o *Spam* cômico, com conteúdos inofensivos, até o *spam* agressivo, com conteúdo hostil e ofensivo, ou mesmo o *spam* ambíguo, que pode ser interpretado de ambas as formas (STIVALE, 1997; FRAGOSO, 2014).

A *trollagem* (expressão derivada do termo *troll*, seres do folclore escandinavo que habitavam embaixo de pontes sobrando pedágios) consiste em atos provocativos. Possui a intenção de incitar discordâncias, confrontos, inferiorização ou ridicularização. De acordo com Recuero (2013, p. 63), “o *troll*, desse modo, é aquele que, nas suas interações, ameaça a face do outro, ridicularizando, ofendendo, perturbando ou desestabilizando as construções”. Trata-se de uma prática comum em fóruns, listas de discussão, ou jogos online. Amaral (2011, p. 1) a descreve como “ato de sistematicamente desestabilizar uma discussão provocando as pessoas envolvidas no grupo”. Normalmente, há intenção de divertirem-se desestabilizando o equilíbrio das interações, entretanto, alguns *trolls* são motivados por raiva, ódio e preconceitos. Desta se voltam contra grupos estigmatizados como homossexuais ou negros, considerando-os como diferentes e ameaçadores (AMARAL, 2011).

O *Griefing*, mais comum em jogos online, tem a intenção de causar irritação, se utilizando de práticas de intimidação, imposição de poder, trapaça e ganância. Suas ações variam entre *spammear* canais de conversação, xingamentos e insultos, saqueamento, trapaças, perturbação de eventos, perseguição, extorsão, formação de gangues, e mesmo assassinatos.

De acordo com Fragoso (2014), muitas das ações acima utilizam o poder do humor para disfarçar os estereótipos e aliviar a violência que praticam. Contudo, ele considera que não sejam menos ofensivas ou perturbadoras. Neste sentido, Recuero (2013, p. 66) alerta que, “de um modo especial, a forma do humor tende a mascarar o discurso de forma crucial, tornando-o mais facilmente legitimado e propagado pelos atores”.

Moreira, Bastos e Romão (2012) afirmam que a capacidade de produzir informação, sem qualquer controle ou fiscalização permite que sejam publicadas informações de cunho preconceituoso. Para os autores:

No ciberespaço, naturaliza-se o efeito de que é permitido inscrever quaisquer dizeres, inclusive os que são contra a lei e pregam a violência, o que engendra uma formação imaginária de permissão e autorização absolutas como se a teia digital tudo pudesse aceitar [...] As facilidades de postagens permitem que qualquer pessoa que tenha acesso à rede possa inserir conteúdos sobre temas diversos, configura-se como um exemplo potencial de disseminação de ódio. (MOREIRA, BASTOS, ROMÃO, 2012, p. 162).

De acordo com Luna (2013, p. 61), “a web gerou novos estilos de comunicação e formas de violência virtual online, e tem sido usada para incitar ou promover violência offline entre os jovens”. Para o autor, as expressões mais comuns dessa violência se dão por meio de fotografias e vídeos violentos, não censurados; ameaças e intimidações pessoais, expressões de homofobia, racismo e outras discriminações; crimes de ódio, intolerância religiosa; e exaltação de genocídios e massacres (LUNA, 2013). Colli (2008) afirma:

A internet pode servir para a preparação e consecução de outros crimes, como por exemplo, a organização de rixas, a busca de informações sobre potenciais vítimas de sequestros e a instigação, induzimento e o auxílio ao suicídio. (COLLI, 2008, p. 48).

De acordo com Recuero (2013, p. 63), “[...] o anonimato, que inibe a ‘punição’ pela quebra das normas de polidez, parece ser uma das principais razões para a desinibição do comportamento agressivo”. Para Moreira, Bastos e Romão (2012, p. 65) “os movimentos de ódio têm vislumbrado a rede como um espaço de disseminação de suas ideias, e ataques [...] incentivadas pela sensação de anonimato [...]”.

Santana (2012, p.74) destaca que, “a internet é um meio fácil e barato [...] se por um meio estabelece novos parâmetros para a difusão da informação, também propicia a rápida expansão de ideias de caráter extremistas”. Lucchesi e Maynard (2012) afirmam que em tempos de internet, a perseguição passou a ocorrer também em ambientes *web*, como blogs, páginas de associações, etc. Oliveira (2011, p. 150) afirma que a internet “tem se tornado uma ferramenta essencial para a propaganda extremista, uma vez que alcança o mundo inteiro e facilita a expansão destes ideais”. De acordo com Steffen e Wainberg (2008):

O incitamento a ódio através da internet não é diferente do incitamento através de um jornal, de um panfleto, um livro ou mesmo dentro de uma torcida organizada. A internet fornece aos movimentos de ódio uma maneira fácil e de custo baixo de levar a – potencialmente- milhões de pessoas suas visões e pensamentos. Além disso, as próprias características interativas e a multiplicidade de linguagem que o meio suporta – áudio, vídeo, texto, fotografias, etc. – são, em si, elementos de persuasão, de conquista do usuário, e podem ser articuladas como forma de exposição e construção do discurso odioso (STEFEN, WAIMBERG, 2008, p. 26).

De acordo com Maynard (2013, p. 75), a violência presente na internet é de difícil tratamento mesmo para o direito, uma vez que este “não acompanha a velocidade do ciberespaço. Na rede, as transformações são velozes, impedindo uma monitoração frequente do poder legislativo”. Somado a isso, Colli, (2008) aponta que a superação de limites de territorialidade e nacionalidade, inerente à expansão das redes de computadores agravam o problema:

O ciberespaço permite, aos inseridos em seu ambiente, o livre tráfego internacional e o acesso a dados remotos, estando usuários e máquinas, geralmente, em locais diferentes. [...] Um sujeito ativo de um delito pode estar no país A, enquanto o provedor por meio do qual ele se conecta está no país B, os dados aos quais ele acessa ou o computador que ele danifica estão no país C, e esses objetos materiais são de propriedade de um cidadão do país D. (COLLI, 2008, p. 57)

Algumas iniciativas têm sido tomadas para procurar dirimir este problema legal. Um delas é a *Safernet*. Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, com atuação nacional, fundada por um grupo formado por cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em direito. Ela visa oferecer respostas aos crimes e violações contra os direitos humanos na Internet, tais como aliciamento, produção e difusão em larga escala de imagens de abuso sexual de crianças e adolescentes, racismo, neonazismo, intolerância religiosa, homofobia, apologia e incitação a crimes contra a vida e maus tratos contra animais. (SAFERNET, 2015).

De acordo com o *Safernet* (2015) quanto à ocorrência de práticas homofóbicas na internet, no ano de 2014 –última contagem disponível - foram recebidas e processadas 189.211 denúncias anônimas, envolvendo 7.092 páginas. Só no Brasil, 1492 páginas na web foram denunciadas. Segundo dados do *Safernet* (2015), a maior incidência deste tipo de abuso foi realizada em sites de redes sociais como *Facebook e twitter*.

De acordo com Santos (2015) os sites de redes sociais se tornaram terreno fértil para estes discursos:

[...] No ambiente das redes sociais [na internet] pode se verificar que a intenção dos participantes em muitos momentos, é disseminar ódio e expor publicamente os indivíduos utilizando-se de vários estigmas sociais, estigmas esses que já demonstram violência, categorizando e estereotipando grupos. (SANTOS, 2015, p. 251)

Ciribelli e Paiva (2011) e Ferreira e Silva Sobrinho (2012) afirmam que os benefícios de se relacionar na *web* são inúmeros. Entretanto, as redes sociais na internet estão repletas de indivíduos mal intencionados, dispostos a cometer diversos atos violentos, intimidações pessoais, assédio, ameaças à integridade física e moral, difamação, etc.

Ainda que a possibilidade do encontro entre pessoas pelas TIC seja real, o fato é que ela pode vir acompanhada dos perigos e dos riscos de contato com ciberagressores que, em sites de relacionamento e comunidades virtuais, simulam qualquer traço de personalidade e constroem imagens irreais de si mesmos, simulacros e avatares, apenas com o objetivo de seduzir e de enganar. (FERREIRA; SILVA SOBRINHO, 2011, p. 50)

Recuero (2013) afirma que na conversação mediada por computador, assim como na conversação *off-line*, também há riscos de ameaça à face. A autora explica que, em um site de

rede social, a ordem é estabelecida por meio de uma polidez no momento da interação. Entretanto, esta polidez não é dada, e quanto mais assíncrona for a conversação, característica comum neste canal, mais complicada é sua negociação. A partir disso, o principal objetivo da conversação em um site de rede social é legitimação e aceitação, e cooperação dos demais atores, no que diz respeito ao que é enunciado e compartilhado. Quando o contrário acontece, por meio de quebra da polidez, abre-se um precedente para um ato de ameaça, que em sites de rede sociais acontecem por meio de violência (simbólica): “Quando não há cooperação, seja pelo desconhecimento das normas, seja descaso pelas mesmas [...] há conflitos e violência nos discursos.” (RECUERO, 2013, p. 61). A autora reitera que, em função do anonimato, permanência, e abrangência, característicos das conversações mediadas pelo computador, estes atos de ameaça tendem a ser realizados mais fortemente.

Essas práticas são potencializadas pela hiperconexão. [...] A ameaça à face, portanto, nessas ferramentas, torna-se potencialmente mais danosa, uma vez que é mais pública, por conta da hiperconexão, mais replicável, mais permanente (como as características dos públicos em rede) e igualmente mais abrangentes, em termos de rede. Uma ofensa assim, é potencializada pela própria rede e pela capacidade da rede de reproduzir o caso e amplificar seus efeitos para os envolvidos. (RECUERO, 2013, p. 64).

Segundo Recuero (2015) os usuários de um site de rede social são identificados por meio de um *login* e uma senha atrelada a um perfil cadastrado. Contudo, a fim de não serem identificados, alguns usuários optam por criar perfis falsos, e utilizá-los em interações as quais não desejam ser identificados: “essa construção do perfil nem sempre é autêntica, o indivíduo pode criar um perfil falso e ficar protegido pelo anonimato, [...] e exercer comportamentos diferentes dos empregados da vida real” (RECUERO, 2015, p. 298).

Soares (2013), afirma que, ao se falar em violência nas redes sociais na internet, não estamos falando a respeito de uma violência física, marcada pela presença de um corpo físico. A violência que se quer discutir neste caso é uma violência marcada pela linguagem, principal característica da violência simbólica (RECUERO, 2015). Nesta linha, para se entender a violência perpetrada nos sites de redes sociais, é necessário entender o site ou comunidade virtual estudada, como um sistema simbólico.

Para este estudo exploratório optamos por utilizar o site de rede social *Facebook*, tendo em vista sua popularidade, observada no número de usuários que possui. Além do número de usuários, a escolha também se fundamentou nas possibilidades de interação que este site apresenta, tais como compartilhamento de textos, imagens, e vídeos, além de links oriundos de outras páginas da internet.

A metodologia utilizada para este estudo exploratório foi a etnografia virtual, que será apresentada no próximo capítulo.

5. METODOLOGIA

De acordo com Minayo (2010), algumas mudanças aceleradoras, oriundas do desenvolvimento da ciência e tecnologia, têm trazido inovações nos mercados de capital, trabalho, bens e serviço. Da mesma forma, estas mudanças também tem demandado readequações no fazer científico, desde processos metodológicos, quanto nas condições de trabalho do pesquisador. Como exemplo destas readequações, Minayo (2010) aponta do “trabalho em rede” e a “*Big Science*”.

O “trabalho em rede” é considerado por ela a expressão do ajustamento do setor científico às mudanças atuais. O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação é considerado fundamental neste sentido, uma vez que viabilizam uma organização de trabalho mais ágil e fluida, no tempo e no espaço. Segundo ela “cria-se assim uma modalidade nova de “universidade”, no sentido literal do termo que funciona num misto de pluralidade de pessoas, de locais, e de realidades presenciais e virtuais” (MINAYO, 2010, p. 14).

Para a mesma autora, “*Big Science*”, refere-se a uma série de mudanças em larga escala do fazer científico. Ela o caracteriza como um ambiente de construção do conhecimento de maneira coordenada, cooperativa, no qual os espaços físicos onde são produzidos são relativizados. No seu entender: “a forma de comunicação privilegiada é a virtual, congregando pessoas e grupos em tempo real” (MINAYO, 2010, p. 14).

Nos dois casos a internet desempenha um papel fundamental. Witte (2012) afirma que a revolução da informática trouxe mudanças econômicas e sociais tão expressivas quanto aquelas provocadas pela Revolução Industrial. Costigan (1999) destaca dois aspectos. O primeiro está relacionado com o papel da Internet na recuperação da informação, a partir de bancos de dados. O segundo aspecto, que interessa ao presente trabalho, diz respeito à comunicação interativa na internet, no qual se inserem as novas formas de sociabilidade humana e desta forma, da necessidade de readequação de procedimentos metodológicos. Angrossino (2009, p. 9) corrobora com esta ideia afirmando: ““Se os métodos existentes não se ajustam a uma determinada questão ou a um campo concreto, eles serão adaptados ou novos métodos e novas abordagens serão desenvolvidos”.

Fragoso, Recuero e Amaral (2013) apontam alguns métodos passíveis de uso no âmbito da internet, tais como estudos de redes sociais, análises de hiperlinks, abordagens

etnográficas, entre as quais se destaca a etnografia virtual, sendo esta última uma das mais apropriadas para estudos empíricos.

Desta forma, a etnografia, por meio da etnografia virtual é o método mais adequado para o presente trabalho, uma vez que este estudo discutirá as interações presentes em uma comunidade virtual, em um site de rede social, o *Facebook*. No entanto, antes de discutirmos a dimensão virtual da etnografia, consideramos indispensável apresentarmos alguns fundamentos do método etnográfico.

5.1 Pesquisa qualitativa e etnografia

A etnografia é um estudo essencialmente qualitativo. Vislumbramos a abordagem qualitativa, como a mais viável para o desenvolvimento deste trabalho. Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa possui expressiva importância em estudos que tem como foco de interesse estudar os fenômenos que envolvem seres humanos, no que diz respeito às suas relações e comportamentos sociais.

Para Angrossino (2009) o objetivo da pesquisa qualitativa é abordar um mundo, diferente de contextos especializados de pesquisa, como laboratórios. Desta forma, ela visa compreender, descrever e por vezes a explicar fenômenos sociais. Para este autor:

Analisando experiências de indivíduos ou grupos. As experiências podem estar relacionadas à histórias biográficas ou a práticas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relatos e histórias do dia a dia. [...] Examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo. Isso pode ser baseado na observação e no registro de práticas de interação e comunicação, bem como na análise desse material. [...] Investigando documentos (textos, imagens, filmes ou música) ou traços semelhantes de experiências ou interações. [...] Os pesquisadores qualitativos estão interessados em ter acesso à experiências, interações e documentos em seu contexto natural, e de uma forma que dê espaço às suas particularidades e aos materiais que são estudados. (ANGROSSINO, 2009, p. 8)

De acordo com Silva et al. (2010, p. 4) a etnografia se enquadra na abordagem qualitativa, uma vez que “busca compreender os significados atribuídos pelos próprios sujeitos ao seu contexto, a sua cultura”.

Etimologicamente, a expressão *etnografia* se origina do grego *ethnos* (pessoas) e *graphein* (escrita) (MAINARDES, 2005). Angrossino (2009, p. 30) a define como “arte e a ciência de descrever um grupo humano, suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças”.

Historicamente, a pesquisa etnográfica está tradicionalmente associada ao campo da antropologia, entretanto, têm sido utilizadas por outras áreas de conhecimento como

educação, psicologia social, e mesmo administração de empresas, uma vez que a cultura é o foco central deste método (GODOY, 1995; MAINARDES, 2009). Para Angrossino (2009) etnografia é:

[...] uma maneira de estudar pessoas em grupos organizados, duradouros, que podem ser chamados de comunidades ou sociedades. O modo de vida peculiar que caracteriza um grupo é entendido como a sua cultura. Estudar a cultura envolve um exame dos comportamentos, costumes e crenças aprendidos e compartilhados. [...] Apesar de ter sido desenvolvida como uma maneira de estudar sociedades de pequena escala, tradicionais e iletradas e de reconstruir suas tradições culturais, a etnografia é praticada hoje em todos os tipos de condições sociais. Em qualquer situação, os etnógrafos se ocupam basicamente das vidas cotidianas rotineiras das pessoas que eles estudam. (ANGROSSINO, 2009, p. 16-31)

A pesquisa etnográfica visa à descrição e o entendimento integrativo de fenômenos socioculturais presentes em grupos e comunidades. Permite ao pesquisador que se aproxime, descreva, registre, compreenda e interprete grupos humanos que convivem em organizações sociais (PIÊNIZ, 2009; SOUZA, 2015). De acordo com Godoy (1995) abrange desde a descrição dos eventos ocorridos na vida de um grupo, destacando as estruturas sociais e comportamentos dos indivíduos, até a interpretação destes eventos para a cultura.

O método etnográfico está baseado na pesquisa de campo. Ele requer um compromisso em longo prazo do investigador com sua pesquisa (ANGROSSINO, 2009). Para Godoy (1995) o trabalho de campo é de suma importância para a pesquisa etnográfica. Por seu intermédio é possível o contato prolongado com a cultura ou grupo estudado. Sem ele o pesquisador não tem condições de descrever a organização, o desenvolvimento, os significados e os comportamentos culturais do grupo estudado.

Além disso, o objetivo da etnografia é descrever o grupo de forma mais ampla possível, observando aspectos como história, religião, política, economia, ambiente.

Desta forma, o método etnográfico se utiliza de uma série de elementos essenciais, que podem ser resumidos da seguinte forma: (1) Seleção e definição de um problema ou tópico de interesse; (2) Adoção de um modelo conceitual ou teoria útil para compreensão do problema estudado; (3) Definição do campo de pesquisa, da amostra, e do tempo de pesquisa de campo; (4) Acesso ao campo de pesquisa e relação com os sujeitos; (5) Definição do papel do pesquisador, que pode ser de forma ativa a qual há interação, ou não intrusiva, onde o pesquisador permanece oculto dos observados; (6) Coleta, organização e análise de dados; (7) e por fim redação de relatórios da pesquisa (GODOY, 1995; MAINARDES, 2009).

Como apontado anteriormente, a evolução das tecnologias de comunicação e informação demandaram uma readequação de procedimentos metodológicos. A etnografia também se insere nesta realidade. Angrossino (2009) explica que os conceitos e técnicas descritos acima, característicos da etnografia, foram construídos há mais de um século e fundamentados em pesquisas com “sociedades tradicionais, homogêneas e de pequena escala” (ANGROSSINO, 2009, p. 123). Apesar de ainda serem de extrema importância, o contexto de utilização deste método sofreu alterações, em função do desenvolvimento tecnológico. Para o autor, este desenvolvimento conferiu sofisticação tecnológica ao trabalho etnográfico, que agora dispõe de equipamentos como *laptops*, *softwares* para análise dos dados qualitativos. Desta maneira, alterou também a forma de capturar e reordenar a realidade de maneiras variáveis, em relação à experiência vivida em campo. Angrossino (2009) explica esta mudança da seguinte forma:

A mudança tecnológica nunca é mero acréscimo, ou seja, nunca é simplesmente uma ajuda para fazer o que sempre foi feito. Mais do que isso, ela é ecológica no sentido de que a mudança em um aspecto do comportamento tem ramificações por todo sistema do qual este comportamento é uma parte. Assim, quanto mais sofisticada for a nossa tecnologia, mais modificamos a nossa maneira de trabalhar. (ANGROSSINO, 2009, p. 118)

Para Angrossino (2009) outra alteração trazida pelas tecnologias da informação e comunicação está relacionada com a globalização. As influências tradicionais como geografia, clima, topografia, entre outras, se tornaram mais instáveis, uma vez que algumas comunidades não estão mais necessariamente fixas em algum lugar. O anterior grau de isolamento em que viviam, foi anulado e substituído por relacionamentos interdependentes que se estendem mundo afora:

A globalização foi facilitada pelo crescimento da tecnologia da informação. As notícias de todos os cantos do mundo estão instantaneamente disponíveis. Se antes podíamos supor que os comportamentos e idéias que observávamos ou questionávamos em uma determinada comunidade eram nativos daquela comunidade, agora precisamos perguntar literalmente de que parte do mundo eles podem ter vindo. (ANGROSSINO, 2009, p. 119).

Angrossino (2009, p. 120) também questiona a idéia de que um estudo etnográfico carece obrigatoriamente de um lugar físico concreto. No seu entender, as comunidades virtuais, se caracterizam “não pela proximidade geográfica nem por uma longa herança em comum, mas pela comunicação mediada por computador e pelas interações online”. Para o autor é possível realizar uma etnografia *online*, tendo o ciberespaço como lócus de pesquisa.

5.2 Etnografia Virtual

Para Hine (2000, 2005), responsável pela popularização da etnografia virtual (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2013), as tecnologias de comunicação e informação provocaram um redimensionamento entre espaço e tempo. Para a Hine (2000, 2005), os estudos etnográficos sobre a internet se dão no/de e por meio do *online*, mas que não se desvincula do *off-line*. Neste sentido foram divididos em dois grupos.

O primeiro grupo entende a internet enquanto um artefato cultural, cuja abordagem é realizada em ambientes *off-line*. O sentido da internet depende dos que a criam, desenvolvem e a utilizam, como cientistas, técnicos e demais profissionais. Desta forma priorizam cenários que lhe são exteriores. O segundo grupo a entende como cenário cultural, no qual a internet possibilita a criação de um mundo virtual. Sendo assim, seu foco está nas experiências e processos que ocorrem nela enquanto meio de comunicação, sendo o espaço online o cenário no qual a cultura é criada e recriada com outra dinâmica. (HINE, 2000, p. 14-38).

De acordo com Forero (2007), a etnografia virtual é uma adaptação a partir da etnografia tradicional. Ela pode ser considerada atualmente, como a proposta metodológica mais utilizada para a investigação de ambientes. Para Mercado (2011) a etnografia virtual, não difere da etnografia tradicional, uma vez que também utiliza um enfoque holístico, a fim de desvendar os fenômenos (pessoais, ações e cenários), em seus contextos naturais e cenários complexos. Sua ênfase está na compreensão do mundo simbólico em que vivem as pessoas. Para o autor:

A etnografia virtual problematiza o uso dos espaços virtuais: o status da internet como forma de comunicação, como objeto dentro da vida das pessoas, e como lugar de estabelecimento de comunidades, através dos usos, interpretados e reinterpretados, que dela se fazem. (MERCADO, 2011, p. 3)

De acordo com Hine (2000, p. 247), o objetivo da etnografia virtual é “fazer justiça à riqueza e complexidade da internet e também defender a experimentação dentro do gênero como uma resposta a novas situações”. Para Fragoso, Recuero e Amaral (2013, p. 167), trata-se de uma metodologia que permite, “a partir de conversações, práticas e negociações simbólicas, decompor e desvendar padrões de comportamento social e cultural”.

A etnografia virtual acontece através da imersão e engajamento intermitente do pesquisador com o meio virtual pesquisado, e para isso, ele deve registrar todos os detalhes da observação em seu “Caderno de Campo” (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2013). Forero (2007) aponta três procedimentos para a observação, a saber: (1) Estabelecer um

protocolo para observação, que leve em conta elementos como horário para observação (de forma saber em quais horários e que tipos de pessoas se conectam); (2) Documentar as entradas em um diário de campo com a estrutura definida para a observação; (3) Registrar, se necessário, não apenas da observação, mas também imagens, áudios, entre outros documentos compartilhados.

Para Fragoso, Recuero e Amaral (2013), o crescimento do número de ambientes digitais e de usuários de tecnologias de comunicação transformou a internet em um ambiente observável. Este fator trouxe mudanças à etnografia. Entretanto, elas geraram certa resistência por parte de alguns autores (PIÊNIZ, 2009): Seria possível pensar em uma pesquisa etnográfica em que não houvesse o deslocamento, o estranhamento e a ida a campo? Os críticos à uma etnografia virtual se perguntam:

Qual deslocamento que há em acessar um site ou um chat? Que tipo de estranhamento pode ser analisado em uma relação “fria” entre homem e máquinas? Com a abolição do face a face como elemento central nas relações entre pesquisador e informantes, quais são os reflexos na observação e na narrativa etnográfica? (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2013, p. 172).

Fragoso, Recuero e Amaral (2013) respondem a este questionamento, afirmando que todas as formas de interação são válidas. Além disso ressaltam que embora não haja um deslocamento físico, há um deslocamento subjetivo por parte do pesquisador. Para Hine (2000), atualmente as possibilidades de interação mediadas pelo computador nos permitem repensar o papel da presença física como fundamental para a etnografia. Com ou sem deslocamento físico, a relação entre o etnógrafo e os sujeitos de pesquisa, são mantidos no texto etnográfico. A autoridade do etnógrafo não depende apenas do deslocamento físico, mas sim da experiência. Angrossino (2009) é enfático na defesa à etnografia virtual. Para o autor:

Pode-se, com certeza, fazer etnografia online. É possível “observar” o que se passa em uma sala de bate-papo na internet quase da mesma maneira que se poderia observar os acontecimentos em um “lugar” tradicional. Pode-se conduzir entrevistas pela internet. E a nossa capacidade de usar materiais de arquivo foi claramente aumentada por métodos de armazenamento e recuperação digital. (ANGROSSINO, 2009, p. 121).

Entretanto, o autor alerta para algumas precauções importantes a serem tomadas na adoção da etnografia virtual:

A comunicação eletrônica se baseia quase que exclusivamente na palavra escrita ou em imagens escolhidas a dedo. O etnógrafo acostumado a “ler” o comportamento através de nuances de gestos, expressão facial e tom de voz está, portanto, em certa desvantagem; É muito fácil para as pessoas on-line esconder suas identidades – algumas vezes, tudo que interessa na participação de um grupo on-line é assumir uma identidade inteiramente nova; Se você estiver fazendo o tipo de pesquisa que depende da “exatidão” dos “fatos”, então será necessário desenvolver um senso crítico, para avaliar

cuidadosamente as fontes virtuais e evitar fazer afirmações que não poderão ser confirmadas por outros métodos. (ANGROSSINO, 2009, p. 121).

Além destas precauções apontadas por Angrossino (2009), alguns autores alertam para os desafios éticos que a etnografia virtual impõe. Para Fragoso, Recuero e Amaral (2013, p. 21) “a prática de pesquisa na internet, através da internet, ou a respeito da internet, reposiciona uma série de dilemas éticos”.

De acordo com Elm (2009) uma das principais dificuldades éticas na condução das pesquisas na internet, está relacionada com as noções de público e privado, sobretudo na definição sobre o que é público, e logo passível de divulgação de resultados na pesquisa. Para a autora, os ambientes online podem ser classificados em quatro níveis de privacidade, a saber: “Público (aberto e disponível a todos); Semipúblico (requer cadastro ou participação); Semiprivado (requer convite ou aceitação); e privado (Requer autorização direta)” (ELM 2009, p. 75).

Para Fragoso, Recuero e Amaral (2013, p. 192) “É característico da etnografia virtual refletir acerca do papel do pesquisador, tanto sobre seus níveis de engajamento e interação com os grupos sociais como em termos éticos”. Segundo estes autores, para cada um destes níveis existem duas possibilidades de observação: O *Lurking* (ORGADI, 2008) e o *Insider* (HODKINSON,2005). No *Lurking* a observação é silenciosa: a comunidade não é informada que está sendo observada pelo pesquisador. No *Insider* (HODKINSON,2005) a observação é participante e o pesquisador se apresenta e se integra a comunidade analisada.

Para Hine (2005) a decisão por uma observação silenciosa ou participante deve ser tomada e refletida. No seu entender, estas escolhas devem ter justificativas e direcionamentos éticos que serão úteis ao longo de todo processo de pesquisa. Para Fragoso, Recuero e Amaral (2013), ambas as possibilidades (Participante e não participante) implicam em limitações e benefícios para o resultado da pesquisa. Angrossino (2009, p. 121) afirma que os desafios impostos ao etnógrafo virtual não são exatamente iguais àqueles que confrontam o pesquisador em comunidades tradicionais.

Pesquisadores e sujeitos de pesquisa, contudo, muitas vezes encontram questões e dilemas éticos. De acordo com Angrossino (2009, p. 121), “não há ainda quaisquer regras éticas abrangentes aplicáveis à pesquisa online”. O autor lista alguns princípios que estão aparentemente estabelecendo um consenso:

1. A pesquisa baseada na análise de conteúdo de um website público não precisa apresentar um problema ético e é provavelmente aceitável citar mensagens enviadas para páginas de mensagens públicas, desde que as citações não sejam atribuídas a pessoas identificáveis; 2. Os membros de uma comunidade online devem ser informados se um etnógrafo também estiver

online “obsevando” suas atividades para fins de pesquisa; 3. Os membros de uma comunidade virtual sob observação devem ter a garantia de que o pesquisador não usará nomes reais, endereços de e-mail, ou qualquer outra marca de identificação em qualquer publicação baseada na pesquisa; 4. Se o grupo online tiver definido suas regras de entrada e participação no grupo, essas normas devem ser respeitadas pelo pesquisador, da mesma forma como seriam respeitados os valores e expectativas de qualquer outra comunidade na qual ele ou ela pretendessem fazer observação participante. (ANGROSSINO, 2009, p. 122)

Neste sentido, a *Association of Internet Researchers*⁵ (AOIR) criou em 2002 o documento “*Ethical decision-Making and Internet research: recommendations from the AOIR ethics working committee*” (AOIR, 2002). O documento tem por objetivo apresentar uma série de considerações destinadas a apoiar e informar os responsáveis pela tomada de decisões sobre ética da pesquisa na internet. Em 2012 foi lançado uma nova edição do documento, atualizada de forma a incluir as mudanças e evoluções ocorridas no campo de estudos da internet. (AOIR, 2012, p. 2).

De acordo com a AOIR (2012, p. 3), a pesquisa *on-line* ocorre em uma gama de novos espaços (*e-mail*, *chats*, páginas na *web*, várias formas de “mensagens instantâneas”, trocas de áudio/vídeo, etc.). Embora não se proponha a cobrir todas as questões de ordem ética, apresenta algumas questões que consideram relevantes, a saber: (1) Como o contexto de pesquisa é definido e conceituado?; (2) Qual é, e como funciona, o contexto que está sendo acessado (local, participantes, dados)? (3) Quem são os atores envolvidos no estudo? (4) Qual é o principal objeto de estudo? (5) Como os dados são gerenciados, armazenados e representados? (6) De que forma os sujeitos e os dados são estudados? (7) De que forma os resultados da pesquisa serão apresentados? (8) Quais são os possíveis danos ou riscos associados ao estudo? (9) E quais são os potenciais benefícios associados ao estudo? (10) Como serão tratadas as questões relacionadas a menores de idade e outros participantes de natureza vulnerável? (11) Haverá consentimento por parte dos membros? De que forma ele será solicitado a fim de salvaguardar os direitos do pesquisador e dos sujeitos? (AOIR, 2012, p. 8-12).

Para este estudo, optamos por utilizar o método de observação silenciosa, *Lurking* (HINE, 2005; ORGADI, 2009). Acreditamos que assim poderíamos compreender melhor a violência inserida nos discursos homofóbicos, Este método de observação nos pareceu

⁵ Associação acadêmica de âmbito internacional, dedicada ao avanço do campo interdisciplinar de estudos da internet. Disponível em: <http://aoir.org/reports/ethics2.pdf>

pertinente por se tratar de um conteúdo sensível que pode fragilizar tanto os informantes como o próprio pesquisador (FRAGOSO RECUERO E AMARAL, 2013). Deste modo, optamos por não divulgar o nome de qualquer membro da comunidade. Além disso, acreditamos que a participação no grupo, poderia influenciar nos resultados desta pesquisa, uma vez que nossa posição crítica a homofobia seria facilmente percebida pelos integrantes desta comunidade virtual desde a primeira interação.

Para obter os dados, utilizamos o aplicativo *Netvizz*, ferramenta disponível no próprio Facebook, criada em 2009, que permite coleta e extração de dados, padronizados, a partir de seções do Facebook, como rede de amigos, grupos e páginas (RIEDER, 2009). Com o apoio deste aplicativo, foi possível identificar certos dados de maneira quantitativa e depois analisá-los do ponto de vista qualitativo. A utilização deste aplicativo se mostrou de suma importância para compilação dos dados relativos as interações ocorridas, por trazer informações como número de curtidas, compartilhamentos e comentários, ordenados por data. Conforme explica Rieder (2013), o estudo de sites de redes sociais, como o *Facebook*, impõe inúmeros desafios, principalmente no que diz respeito a coleta de dados que em virtude da quantidade, tornaria mais complexa a avaliação destes, ampliando a possibilidade de erros. A tabela completa com os dados extraídos pode ser vista no apêndice deste trabalho.

5.3 Definição da amostra

Para escolha do objeto desta pesquisa, buscamos, por meio da ferramenta de busca do Facebook, os termos Gays, LGBT, Homossexualidade, Homossexualismo e Homofobia. Como resultado de busca, o Facebook, recupera categorias como Pessoas, páginas, Locais, Grupos, Aplicativos e eventos. Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, priorizamos páginas ou grupos abertos onde houvesse um maior número de interações, em relação a número de usuários e atualidade das postagens. Recuperamos aproximadamente 34 resultados correspondendo a todas as categorias descritas.

Optamos por utilizar a página aberta, “Homossexualismo”⁶, que nos chamou atenção pelo número de participantes (2.342 membros), a atualidade e periodicidade das postagens, e também pela utilização do sufixo “Ismo” no nome da comunidade, que tem sentido de doença

⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/Gayzismo/>>. Acesso em: 08 Mar. 2016.

(ABGLT, 2010). Em uma observação prévia, notamos a circulação de material (Imagens, vídeos, links) ofensivo ao público LGBT.

Nas informações da página, existem duas descrições (curta e longa) sobre seus objetivos, além de um link para um blog que nos pareceu uma extensão dos conteúdos que são compartilhados⁷. Na descrição curta, existe a seguinte informação: “Analisando as alegações dos activistas homossexualistas”. E na descrição longa, os criadores fazem a seguinte citação:

"O preço da liberdade de expressão é que às vezes temos que lidar com opiniões censuráveis e ofensivas. Do mesmo modo que as pessoas tem o direito de criticar a religião, as pessoas de fé têm que ter o direito de criticar a homossexualidade" (*Peter Tatchell, activista homossexual inglês*).

Em função das postagens demonstrarem característica de oposição à homossexualidade, o uso da citação de Peter Tatchell⁸, nos pareceu uma atitude de provocação ou mesmo pejorativa, tendo em vista se tratar de uma frase utilizada por um ativista da causa oposta aos objetivos percebidos na comunidade. Embora não esteja descrito na comunidade, nos parece se tratar de uma comunidade portuguesa, pela forma de escrita, além de algumas postagens se referirem à Portugal. Entretanto, cabe salientar a presença de postagens que se referem ao Brasil.

A comunidade fornece um link para um blog, também denominado “Homossexualismo” com acréscimo do subtítulo, “*Examinando as alegações (e as acções) dos activistas homossexuais (Gaystapo)*”, em uma referência à polícia do estado nazista. Em uma apresentação por meio de “Perguntas mais frequentes”, fazem algumas afirmações que nos chamaram atenção:

[...] Os autores deste blogue querem obrigar os homossexuais a abandonar o homossexualismo? Não. Só gostamos de ridicularizar os homossexuais que querem impedir outros de o fazer. Quando eles chegam ao ponto de tirar a carteira de psiquiatra e/ou psicólogo a profissionais que comprovadamente conseguiram ajudar pessoas que pediram apoio nesse sentido; gostamos de os denunciar como ditadores de comportamentos que são. [...] **Os autores do blogue não têm vergonha de promover a discriminação dos homossexuais?** Não. Se os activistas gays que fazem de um desejo sexual fonte de direitos, podem assim discriminar o homossexual como humano de qualidade superior; nós também temos o direito de discriminar um comportamento como distinto de uma característica

⁷ O Blog está disponível no link: <<http://ohomossexualismo.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 8 Mar. 2016.

⁸ Peter Tatchell é um ativista de direitos humanos britânico, conhecido por seus trabalhos com os movimentos sociais LGBT. Disponível em: <<http://www.petertatchell.net/about.htm>>. Acesso em: 8 Mar. 2016.

ontológica.(HOMOSSEXUALISMO,2016).

Com base nesta apresentação, assim como foto principal da página no Facebook, deduzimos que os criadores da página, assim como do blog, utilizam um discurso, segundo o qual, os ativistas homossexuais promovem o cerceamento daqueles que desejam deixar de ser homossexuais. Na foto, um sujeito aparece calado por uma mordaca, representando as cores do arco-íris (símbolo do movimento LGBT).



Capa da página do Facebook, “Homossexualismo”

Para este estudo exploratório, preferimos não analisar os conteúdos postados no Blog, uma vez que não corresponde ao recorte desta pesquisa. Além disso, não é possível determinar se os membros da comunidade no Facebook frequentam o blog, e se interagem da mesma maneira.

Posto isso, realizamos a observação do período entre 11 de dezembro de 2015 a 11 de fevereiro de 2016. O período foi determinado por coincidir com período de férias, recesso escolar, além de festas (Natal, Ano novo, e carnaval).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A observação resultou na análise de 40 postagens ao longo de 63 dias. Identificamos que majoritariamente, as interações na comunidade acontecem por meio de curtidas, seguidas de compartilhamentos, e comentários. Dias (2013) e Recuero (2014) entendem estas interações da seguinte maneira:

- *Curtir*: Está vinculado ao contexto no qual o conteúdo é exposto, ou seja, a lógica na qual se insere a publicação. Estabelece uma relação de afinidade e identificação com o conteúdo publicado. Além disso, visa dar visibilidade, apoio, confirmar o recebimento da informação, ratificar que o conteúdo é interessante, mesmo que com um investimento mínimo. Almeja promover o conteúdo na própria rede de amigos, legitimando-o, uma vez que os "amigos" terão acesso ao conteúdo que foi curtido. Em geral, caracteriza uma relação de concordância.
- *Compartilhar*: Também estabelece uma relação de afinidade com o conteúdo e com o contexto no qual foi publicado, entretanto, está relacionado à manutenção de um contato mais próximo, além de se refletir uma imagem que se deseja construir aos outros. Também almeja ampliar o alcance da publicação, divulgando-a como algo relevante. Caracteriza uma relação de concordância ou não concordância, embora usualmente possua valor positivo.
- *Comentário*: Se caracteriza como uma prática mais conversacional, onde a participação é feita de forma mais efetiva. Diferente do "curtir" e "compartilhar", demanda mais esforço e exposição. Necessita de um grau maior de vontade de interação. Assim como o "compartilhamento" também afirma uma concordância ou não-concordância com o conteúdo publicado.

Em relação aos conteúdos postados, percebemos que o discurso homofóbico, se caracterizou pelas seguintes categorias:

- *Conduta homossexual*: Revelam discordância às condutas consideradas próprias de homossexuais tais como, promiscuidade, intolerâncias e pedofilia.
- *Origem*: Sugere que a origem da homossexualidade está relacionada à questões como abuso sexual, traumas de infância, ou mesmo influência da mídia.
- *Família*: Condena o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por esses casais.

- *Definição de homofobia:* Negam que estejam postando ou se posicionando de maneira homofóbica, apesar de divulgarem eventos em que a homossexualidade é condenada ou não recebem apoio público.
- *Cura gay:* Apresentam relatos de ex- homossexuais.

Apresentamos na tabela abaixo o resumo das interações observadas durante o período de observação. Não identificamos padrões de interação mais elevados, em função do dia e horário.

Tabela 1: Interações por dia e horário

DATA E HORA DA POSTAGEM	CURTIDAS	COMPARTILHAMENTOS	COMENTÁRIOS	CATEGORIA
11/12/2015 00:00	1	1	4	Família
14/12/2015 09:39	0	0	0	Origem
14/12/2015 17:53	7	0	0	Definição de homofobia
15/12/2015 09:55	2	0	2	Definição de homofobia
18/12/2015 22:49	8	2	1	Conduta Homossexual
21/12/2015 10:11	7	0	0	Família
22/12/2015 20:42	15	5	0	Família
31/12/2015 19:55	4	1	15	Conduta Homossexual
31/12/2015 23:15	2	0	1	Definição de homofobia
03/01/2016 14:57	1	1	1	Conduta homossexual
12/01/2016 19:28	3	0	3	Origem
14/01/2016 14:36	5	2	1	Conduta homossexual
14/01/2016 15:13	9	2	1	Definição de homofobia
15/01/2016 20:32	6	0	1	Conduta homossexual
15/01/2016 22:57	8	5	0	Conduta homossexual
16/01/2016 17:56	8	2	2	Conduta homossexual
16/01/2016 18:28	3	1	1	Origem
17/01/2016 21:37	4	1	0	Família
17/01/2016 21:38	8	1	0	Conduta homossexual
18/01/2016 03:12	4	0	2	Definição de homofobia
19/01/2016 13:41	3	4	1	Conduta homossexual
19/01/2016 20:47	9	0	0	Conduta homossexual
19/01/2016 20:47	10	12	1	Família
25/01/2016 09:34	3	0	0	Conduta homossexual

26/01/2016 14:14	14	1	1	Família
27/01/2016 09:21	7	4	0	Conduta homossexual
27/01/2016 11:26	4	0	0	Cura gay
30/01/2016 19:43	12	4	1	Família
31/01/2016 10:33	8	2	0	Família
31/01/2016 13:39	8	0	1	Conduta homossexual
01/02/2016 08:00	2	0	0	Cura gay
02/02/2016 20:48	6	2	2	Origem
03/02/2016 12:22	8	5	2	Origem
03/02/2016 23:36	13	5	0	Família
01/02/2016 08:00	2	1	0	Conduta homossexual
05/02/2016 23:56	12	0	1	Conduta homossexual
07/02/2016 03:00	28	55	7	Origem
07/02/2016 10:29	13	3	0	Conduta homossexual
07/02/2016 10:31	4	3	3	Conduta homossexual
09/02/2016 16:09	7	3	4	Definição de homofobia
TOTAL	278	128	59	

Identificamos que os usuários interagiram com maior frequência em conteúdos que versavam sobre conduta homossexual, seguido respectivamente de origem, família, definição de homofobia e cura gay. Os resultados se encontram na tabela abaixo:

Tabela 2: Interações por conteúdo

CATEGORIA	Nº DE POSTAGENS	CURTIDAS	COMPARTILHAMENTOS	COMENTÁRIOS	TOTAL
Conduta Homossexual	17	109	29	27	165
Origem	6	48	63	15	126
Família	9	84	31	7	122
Definição de homofobia	6	31	5	10	46
Cura Gay	2	6	0	0	6
Total	40	278	128	59	

Com base na tabela 2, observamos que os principais objetivos dos membros da comunidade estão relacionados principalmente na desmoralização do homossexual, em termos de sua conduta e origem, além da defesa de valores relacionados à família. Percebemos a expressiva intenção dos usuários na ampliação do alcance dos conteúdos

postados, por meio de curtidas e compartilhamentos, maiores do que os comentários, onde é requerido um maior e esforço de interação, e exposição. (DIAS, 2013, RECUERO, 2014).

Dado o esforço de legitimação, por meio de curtidas e compartilhamento dos conteúdos postados, percebemos uma ação característica da violência simbólica, que encontra nesta página um meio para ser amplificada (RECUERO, 2013).

Desta maneira, analisaremos a seguir cada uma das categorias mencionadas acima. Nosso objetivo é compreender como cada uma se relaciona com a violência simbólica. Por se tratar de um estudo exploratório, não pretendemos neste trabalho realizar uma análise aprofundada sobre as questões que envolvem cada categoria, mas sim, uma aproximação com as características do discurso homofóbico. Desta forma ilustraremos, com as postagens que mais nos chamaram atenção em cada categoria.

Apesar de termos não termos categorizado religião, cabe salientar que este aspecto foi percebido com frequência com frequência em todo o período de observação, seja pelo conteúdo das postagens, ou links compartilhados na página.

6.1. Conduta homossexual

A partir da análise das postagens, foi possível identificar que os membros da comunidade associam a conduta do homossexual à intolerância religiosa, promiscuidade, violência doméstica e pedofilia. Além destas, a vinculação da homossexualidade com o HIV/AIDS também foi percebida, em uma das postagens.

Tabela 3 Conduta homossexual

SUBCATEGORIA	Nº DE POSTAGENS	CURTIDAS	COMENTÁRIOS	COMPARTILHAMENTOS	TOTAL
Intolerância religiosa	7	52	4	11	68
Promiscuidade	6	38	5	9	52
Violência doméstica	2	12	17	3	32
Pedofilia	3	11	1	7	19

De acordo com o que observamos a percepção do homossexual, na perspectiva de sua conduta, é atribuída a práticas de intolerância religiosa, na maior parte das postagens, e onde ocorreram a maior parte das interações.

FIGURA 1

Na imagem, observamos a figura de um terrorista trajando um uniforme com as cores do arco-íris, principal símbolo do movimento LGBT, ameaçando uma figura religiosa. Esta imagem ratifica nossa percepção acerca dos objetivos da comunidade, em colocar o homossexual no papel de cerceador da fala ou de direitos, neste caso, de representantes religiosos. A própria legenda da figura coloca esta questão, uma vez que tenta igualar os discursos de intolerância.

Além desta imagem, houve uma repercussão na comunidade a respeito de alguns fatos ocorridos na 19ª Parada Gay de São Paulo, em 2015, onde uma transexual encenou Jesus Cristo crucificado sobre um trio elétrico (CORREIO, 2016):



Fonte - (Correio, 2016)

Um fato ocorrido em outra manifestação (Marcha das Vadias), onde um dos manifestantes introduziu um crucifixo no ânus, também foi relacionado à 19^a Parada Gay (BLOG DO KUPÊ, 2015):

FIGURA 2



De acordo com Oliveira (2015) os fatos ocorridos ganharam tamanha repercussão que originou um Projeto de Lei PL 1. 804/2015, apresentado à Câmara pelo Deputado Federal Rogério Rosso (PSD/DF). O projeto se propõe a “aumentar a pena para o delito de ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo [...] bem como intenta inseri-lo no rol dos crimes hediondos”. Sua intenção era modificar o artigo 208 do Código Penal Brasileiro⁹. O deputado assim justificou seu Projeto de Lei:

A intenção desse projeto de lei é proteger a crença e objetos de culto religiosos dos cidadãos brasileiros, pois o que vem ocorrendo nos últimos anos em manifestações, é o que podemos chamar de ‘Cristofobia’, com a prática de atos obscenos e degradantes que externam preconceitos religiosos. (ESTADAO, 2015)

A questão entre intolerância religiosa e homossexualidade requer atenção. Conforme explica Lemos (2010), em função da opressão sofrida por grupos LGBT’s e militantes femininas, pela igreja, é discutível a manifestação destes grupos ao cristianismo e seus

⁹ Código Penal Brasileiro. Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso: Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa. Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

símbolos. Além disso, no âmbito político, onde é notável a presença da religião por meio das bancadas evangélicas, o discurso homofóbico parece ser mais expressivo do que o suposto “discurso Cristofóbico”, presente nestas manifestações (NATIVIDADE, 2013):

Na cena pública, parlamentares como Magno Malta e Marcelo Crivella, integrantes, respectivamente da Igreja Batista e da Igreja Universal defenderam a liberdade de “falar perjorativamente” contra o “Homossexualismo”. A aprovação da lei [PLC – 122/2006 que visa criminalizar a discriminação motivada unicamente na orientação sexual ou na identidade de gênero da pessoa discriminada] impediria ‘cidadãos’ supostamente ‘normais’ de ‘discriminar’ expressões públicas do afeto entre pessoas do mesmo sexo. Falas exageradas afirmavam que gays iriam se beijar nas igrejas ou até mesmo “praticar atos sexuais” na rua, na “presença de crianças, sem que nada pudesse ser feito” (NATIVIDADE, 2013, p. 40)

A percepção do homossexual como um sujeito cujo comportamento sexual é promíscuo, também é comum, de acordo com um texto publicado na página:

“[...] Nenhuma mulher, nem mesmo a mulher de rua (a menos que seja mentalmente doente), irá seguir um homem desconhecido para uma casa de banho (sem porta) e terá relações sexuais com ele perto dum banheiro público sujo. No entanto, os homens "gays" fazem isto todos os dias. [...]” (HOMOSSEXUALISMO, 2016).

Ceccarelli (2008) explica que historicamente, criaram-se critérios de normalidade, tidos como ideais culturais. A partir disso o simbólico cria de um lado uma sexualidade normal (Heterossexual) e de outro as sexualidades desviantes (homossexualidade). Neste segundo caso as orientações sexuais desviantes da norma, seriam caracterizadas por posições libidinosas. Entretanto, o comportamento “promíscuo” independe da sexualidade do sujeito, além de não definir personalidade (CECCARELLI, 2008). Neste sentido, o “Manual de comunicação LGBT” (2010), explica:

Embora haja curiosidade do público em geral com a atividade sexual dos LGBT, é direito de todo cidadão preservar seu comportamento sexual. E a atividade sexual nada tem a ver com a orientação sexual ou identidade de gênero das pessoas e não pode ser relacionada a distúrbios comportamentais, como promiscuidade e pedofilia, por exemplo. (ABGLT, 2010, p. 22)

E junto com esta relação, identificamos que o comportamento sexual dos homossexuais está ainda relacionado nesta comunidade virtual ao HIV/AIDS. No mesmo texto postado, citado acima, evidencia isso:

“[...] Os excessos sexuais do mundo homossexual masculino são indisputáveis, só que, ao contrário de muitos que promovem uma nova imagem higienizada, livre de doenças, do homem homossexual moderno, esta

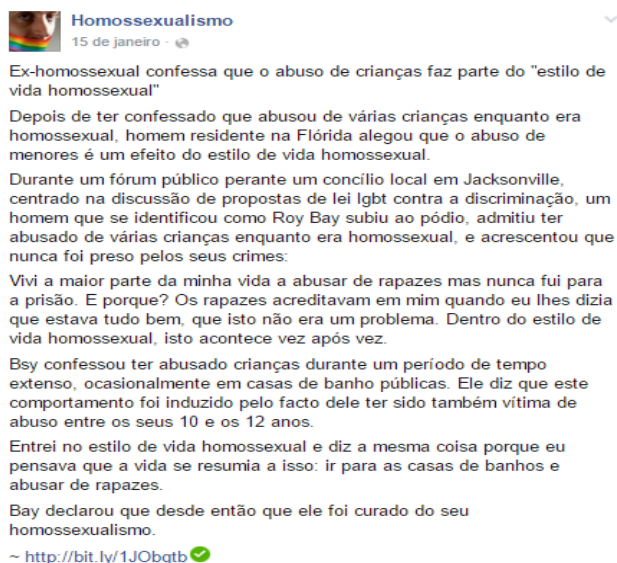
perversidade é inevitável - até mesmo entre os assim-chamados "casados" e "monogâmicos". Isto prende-se principalmente com o simples facto de que uma sociedade totalmente masculina entrará em colapso porque a testosterona dos homens nunca é moderada com o estrogénio das mulheres. [...]Depois do movimento de emancipação homossexual dos anos 70, este desastre tomou a forma da SIDA [AIDS]; hoje, embora a ciência tenha aperfeiçoado novas formas de manter os homens homossexuais vivos, o colapso continua com um sempre crescente número de infecções sexualmente transmitidas resistentes a anti-bióticos que só parecem surgir dentro das entranhas dos homens homossexuais.[...]" (HOMOSSEXUALISMO, 2016)

De acordo com Dias et al. (2009), durante muito tempo, a homofobia tentou relacionar promiscuidade à homossexualidade, buscando respaldo nas taxas alarmantes de homossexuais infectados com o HIV. Terto Jr. (2002) explica que, nos anos 80, o advento da AIDS potencializou os preconceitos contra homossexuais, transformando a homossexualidade masculina, como sinônimo da doença, que inicialmente ficou conhecida pela opinião pública como “Câncer gay”. Passados 30 anos, mesmo depois que essa tese foi contestada cientificamente, os homossexuais ainda sofrem com o estigma e preconceitos decorrentes desta associação (TERTO JÚNIOR, 2002). De acordo com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (2010), os homossexuais e Bissexuais são 11 vezes mais vulneráveis ao risco de infecção pelo HIV, entretanto, afirmam que a solução para tal problema se desenvolve por meio de políticas públicas e não por estigmas. De acordo com Dias (2009):

Na luta por uma aceitação nas diversas esferas sociais, os casais têm tentado que o desejo por alguém do mesmo sexo não tem, como tentou-se provar outrora, ligação alguma com libidinagem mas é uma relação que está pautada em valores bastante semelhantes às relações heterossexuais. (DIAS, et al., 2009, p. 5).

Algumas postagens relacionaram a conduta homossexual à Pedofilia, como visto abaixo:

FIGURA 3



Ceccarelli (2008) explica, que esta associação é comum, do ponto de vista cultural, no que diz respeito à sexualidades desviantes da finalidade, determinada como correta. Segundo o autor:

Quando a sexualidade desvia da finalidade primeira- união de dois órgãos sexuais diferentes da preservação da espécie-, estamos diante de uma perversão: Pedofilia, necrofilia, homossexualidade [...] (CECCARELLI, 2008, p. 87).

Para Colleto e Amaral (2010) esta associação negativa é histórica, e remonta à época onde a homossexualidade era vista como uma patologia:

As associações da homossexualidade com a pedofilia e mesmo com problemas como alcoolismo e a depressão foram intensas em anos anteriores, e hoje esta defesa está restrita a alguns poucos grupos ligados a instituições conservadoras (COLLETO, AMARAL, 2010, p. 11)

A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, responde à esta associação, afirmando que:

[...] Cientificamente não há maior predisposição para o abuso sexual infantil conforme determinada sexualidade, sendo a pedofilia resultante de condição psíquica e não ligada à orientação sexual. É importante enfatizar que a pedofilia não tem nenhuma relação direta com a homossexualidade e é crucial dissociar essa prática da orientação sexual dos indivíduos. (ABGLT, 2010, p. 23)

Outras associações negativas são realizadas por meio das postagens, com o objetivo de vincular a imagem do homossexual à conceitos negativos como violência doméstica e aliciamento de crianças:

FIGURA 4



Na figura 4, a postagem privilegia o fardamento em relação a uma criança, “aparentemente travestida.” Junto à imagem, é compartilhado um link para uma matéria, na qual é noticiado, o compartilhamento de uma fotografia de um bebê munido de cassetete e algemas em uma rede social da polícia militar (G1, 2016).

Fonte: (G1, 2016)



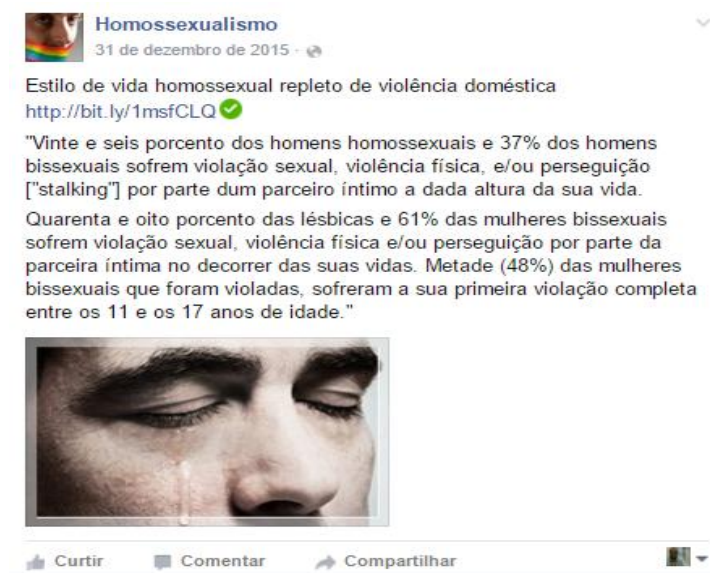
A postagem teve um comentário discordante que afirmava:

Usuário 1: “Nenhum dos dois comportamentos é adequado para crianças”. (HOMOSSEXUALISMO, 2016)

Na figura 5, a postagem trouxe um texto sobre uma pesquisa realizada pelo “National Intimate Partner and Sexual Violence Survey”, realizado pelo “Center for

Disease Control”, que descreve dados sobre violência doméstica entre homossexuais. Com base no contexto o qual a postagem foi feita, nos pareceu uma tentativa de afirmar a violência doméstica, como uma ação típica dos homossexuais.

FIGURA 5



Em relação a esta postagem alguns comentários foram discordantes, o que inclusive gerou um debate entre os membros da comunidade:

Usuário 1: quanta mentira denuncio tudo para o facebook

Homossexualismo: Onde está a "mentira"?

Usuário 1: A cada uma hora e meia, uma mulher morre vítima de violência masculina no Brasil, diz Ipea: "Parceiro ou ex-parceiro comete maioria dos crimes, metade das mortes é com arma de fogo"

Usuário 2: Os LGBTT agridem e matam bastante seus parceiros, o percentual não se pode precisar pois a maioria são silenciados pela covardia ou pela mídia mesmo... E entenda que uma coisa não se compara a outra, uma vez que a relação heterossexual é natural, já a junção homoerótica é não natural (espiritualmente maligna).

Usuário 1: homossexualidade é natural, a ciência considera natural, existe em diversas espécie, recomendo que você pesquise melhor antes de falar essas asneiras baseado em livro de mitologia bíblico.

Usuário 3: Porque quem sofre mais abusos sao as mulheres heterossexuais.

Usuário 2: : Achei a resposta da pergunta que te fiz acima... grato.

Usuário 3: Você é um lixo

("HOMOSSEXUALISMO", 2016)

6.2 Origem

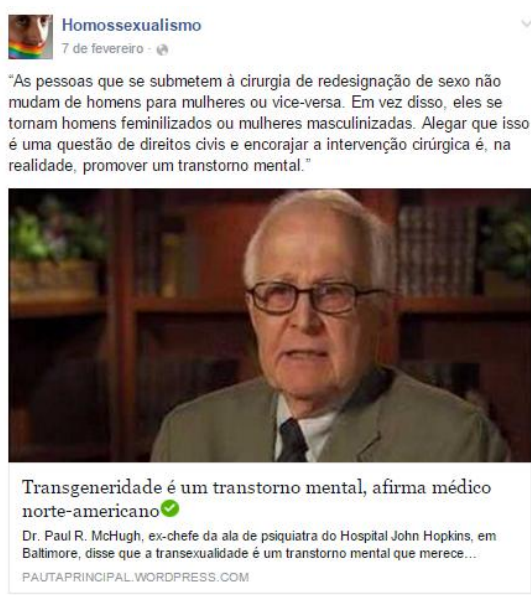
Outra estratégia discursiva identificada nas postagens foram algumas percepções e teorias compartilhadas sobre as razões do sujeito se tornar homossexual. As postagens expressaram as seguintes categorias:

Tabela 4: Origem

SUBCATEGORIA	Nº DE POSTAGENS	CURTIDAS	COMENTÁRIOS	COMPARTILHAMENTOS	TOTAL
Transtorno mental	1	28	7	55	90
Influência da mídia	4	17	4	8	29
Traumas de infância	1	3	3	0	6

Não houve número expressivo de postagens que explicassem a homossexualidade como um transtorno mental. Entretanto, uma única postagem obteve reação expressiva dos seguidores desta comunidade: 28 curtidas, 7 comentários e 55 compartilhamentos.

FIGURA 6



Trata-se de uma matéria, sobre o Dr. Paul R. McHugg, ex chefe da ala Psiquiátrica do Hospital John Hopkins, que define a transexualidade como um transtorno psiquiátrico. De acordo com a matéria, postada no blog “Pauta Principal: conservadorismo e liberdade”

(2015)¹⁰, o Dr. Paul Mc Hugg afirma que “transexualidade é um transtorno mental que merece tratamento, e que a mudança de sexo é biologicamente impossível.”

A postagem também recebeu alguns comentários, em sua maioria, concordando com a tese apresentada, e um discordante:

Usuário 1: Imagina se ele fala isso aqui no Brasil? Diga-se de passagem tudo que sofrem outros, que respeitam, mas, não concordam, por qualquer outro motivo de qualquer outra convicção.

Usuário 2: Esse cara tem problemas sérios e com tais conhecimentos no fim de tudo não tem nenhum.

Usuário 3: Correto. Amputam, mutilam, castram membros, órgãos saudáveis, funcionais. Registre-se que membros amputados ficam com seus neurônios locais...

Usuário 4: E o SUS faz essas cirurgias!! Dinheiro publico!!

Usuário 5: ô louco

(“HOMOSSEXUALISMO”, 2016)

Pelo contexto da postagem, nos pareceu uma tentativa de relacionar a homossexualidade com a transgeneridade, conceitos que são diferentes (ABGLT, 2010):

[Transexual] é pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) a sua identidade de gênero constituída. ABGLT (2010, p. 17)

Não pretendemos no âmbito deste estudo discutir a respeito de questões relativas à identidade de gênero, dado a complexidade do assunto. Entretanto, nos chama a atenção o contexto o qual a postagem está inserida, e, sobretudo, a intenção dos membros da comunidade em disseminá-la em suas redes.

O depoimento do médico de tão prestigiosa instituição de saúde norte americana se contrapõe a recentes alterações da classificação do Homossexualismo. Coletto e Amaral (2010) relacionaram alguns marcos da trajetória de despatologização da homossexualidade:

1973 - Estados Unidos retirou “homossexualismo” da lista dos distúrbios mentais da *American Psychology Association*, passando a ser usado o termo Homossexualidade.

1985 - Conselho Federal de Medicina aprovou a retirada, no Brasil, da homossexualidade do código 302.0, referente aos desvios e transtornos sexuais, da Classificação Internacional de Doenças.

1990 - Assembleia Mundial da Saúde aprovou a retirada do código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde. A

¹⁰ Disponível em: <<https://pautaprincipal.wordpress.com/2015/11/19/transgeneridade-e-um-transtorno-mental-afirma-medico-norte-americano/>>. Acesso em: 8 Mar. 2016.

nova classificação entrou em vigor entre os países-membro das Nações Unidas a partir de 1º de janeiro de 1993.

1999 - Conselho Federal de Psicologia formulou a Resolução 001/99, considerando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”, que “há, na sociedade, uma inquietação em torno das práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente” (qual seja, a heterossexualidade), e, especialmente, que “a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações”. (COLETO, AMARAL, 2010, p.8).

Desta forma, atribuir à homossexualidade a categoria de doença nos parece uma forma de reforçar a homofobia, por meio de uma violência simbólica, expressando teor negativo à condição homossexual.

Algumas postagens demonstraram a compreensão da homossexualidade como fruto de influência da mídia.

FIGURA 7



A postagem acima remete a um link, para um a matéria, na qual um Pastor identifica mensagens subliminares “homossexualizantes” em um programa infantil, “Rainbow”, que foi exibido entre as décadas de 70 e 90. De acordo com a matéria, o Pastor acredita que estas mensagens estavam no nome do programa - Arco-íris.

Em outra postagem, é compartilhado um texto de autoria de uma pessoa que se define ex-homossexual. Ele destacou a influência da mídia, na figura de cantoras, ícones entre o público homossexual:

[...] Existe um fenômeno colectivo de possessão demoníaca a ocorrer - especialmente dentro da comunidade homossexual - através da influência dos média, da música, da televisão, e, de maneira mais pervasiva, da internet. A forma através da qual a possessão ocorre é através da introdução e domínio

da "voz interior", ou, de forma mais exacta, a mal-informada, ingênua e corrompida "voz interior". [...] Para selar o acordo, as músicas, os vídeos e os concertos destas figuras geralmente têm imagens pseudo-espirituais; os exemplos maiores são "Like a Prayer" de Madonna; "Wild Horses" de Katy Perry; e "Born this Way" de Lady Gaga. Na maior parte da cultura homossexual, canções tais como estas tornaram-se em assim-chamados "hinos gay", enfeitiçando gerações futuras através do seu aparentemente inocente apelo para o entendimento e para a felicidade. Mas tal como todas as decepções demoníacas, o glamour cobre de forma leve a verdade do que tu estás realmente a adquirir: no caso do homossexualismo masculino, é o desespero, a doença, e por fim, a morte ("HOMOSSEXUALISMO", 2016)

A postagem recebeu um comentário:

***Usuário 1:** Madona é apenas uma empresária cultural, o estilo cênico, teatral, de espetacularização, sem escrúpulos, que paga qualquer preço para chamar atenção e ter bilheteria, camuflando suas apresentações e sua ganância. Não gosto desse estilo. (HOMOSSEXUALISMO, 2016).*

Outra postagem remete a um texto publicado no Blog da página Homossexualismo, que atribui a origem da homossexualidade à traumas de infância. De acordo com o autor do texto, o mesmo depoente que se apresenta como ex-homossexual na postagem anterior, a homossexualidade é fruto de exposição à pornografia, e na conseqüente busca por uma figura paterna, que traumatiza o indivíduo tornando-o homossexual:

"Os rapazes que entram no mundo homossexual, inconscientemente entram nesse mundo como pessoas claramente perdidas e mal amadas - buscando a afeição, a aprovação e a segurança dum pai que nunca chegaram a conhecer. Antes disso, muitos já re-exploraram involuntariamente o trauma, vez após vez, ao buscarem infundavelmente e ao assistirem várias cenas pornográficas envolvendo o macho mais velho sexualmente encorajador. Quando estes rapazes entram no meio social "gay", quer seja através das redes sociais ou pela via tradicional dos bares "gay" e dos clubes de dança "gay", eles irão descobrir rapidamente um largo número de homens cronologicamente velhos o suficiente para serem seus pais, prontos e dispostos a orientá-los. (HOMOSSEXUALISMO, 2016)

A postagem recebeu dois comentários, das quais uma houve concordância, e outra discordância:

***Usuário 1:** Pura verdade!!!*

***Usuário 2:** Quanta falácia.*

Zambrano (2006, p. 135) explica que, a psicanálise reconhece a importância de um terceiro elemento, que exerça a "função paterna" na relação familiar, para "separação psíquica entre mãe e filho". Contudo este autor afirma que a ausência deste terceiro elemento, ou mesmo se este for do mesmo sexo, não contribui para que o indivíduo se torne homossexual.

Para Ceccarelli (2008), a homossexualidade não possui um ponto de origem, existindo assim desde a aurora da humanidade e em todas as culturas. A forma como é tratada, depende da época e do local. Apesar das normativas nacionais e internacionais, ainda há quem a identifique como um transtorno ou patologia. Até o momento não existe qualquer evidência, mesmo na psicanálise, que possa explicar a origem da homossexualidade. O que existe é um “discurso hegemônico dominante” que determina a forma correta de sexualidade, inibindo qualquer outra expressão de sexualidade que escape à norma socialmente construída. (CECCARELLI, 2008, p. 88).

6.3 Família

As postagens sobre família versaram principalmente sobre dois temas: Casamento entre pessoas do mesmo sexo e família tradicional, e Maternidade. Contudo, maior parte das postagens correspondente à esta categoria, discutiram majoritariamente sobre a questão do casamento entre pessoas do mesmo e adoção por casais homoafetivos.

Tabela 5: Família

SUBCATEGORIAS	Nº de Postagens	CURTIDAS	COMENTÁRIOS	COMPARTILHAMENTOS	TOTAL
Casamento e adoção	7	79	3	29	111
Maternidade	1	1	4	1	6

Sobre casamento do entre pessoas do mesmo sexo, foram compartilhadas postagens sobre esta discussão em países como Portugal, Eslovênia e Itália.

FIGURA 8



FIGURA 9



FIGURA 10



As postagens trouxeram notícias sobre movimentos contrários ao casamento e adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo.

Sobre o contexto de Portugal, a matéria, publicada no site “Portugal Glorioso”¹¹, relata o posicionamento que o Deputado do Parlamento Português, Antonio Marinho Pinto, se posiciona contra a coadoção¹², por casais do mesmo sexo. O texto de chamada no link, assim como a proposta descrita no Blog da comunidade, descrito acima, também faz referência aos homossexuais como “Nazistas”:

Parece que é **nazi** [Grifo nosso] dizer que o movimento LGBT actua como um lobby que influencia os centros de decisão política devido à preponderância que têm no Governo, no Parlamento, na Comunicação Social, nas empresas e nos partidos políticos. (PORTUGAL GLORIOSO, 2016)

Sobre a Itália, a postagem traz uma matéria publicada no site ACI digital¹³ (2016) e relata uma manifestação ocorrida no dia 30 de janeiro de 2016, no *Circo Massimo* em Roma. A manifestação era contrária ao projeto de Lei *Cirinna*, apresentado pela Senadora Monica Cirinna, que tem objetivo de aproximar o reconhecimento oferecido às uniões entre pessoas

¹¹ Disponível em: <<http://portugalglorioso.blogspot.com.br/2013/07/coadopcao-marinho-pinto-arrasa-lobby-gay.html>>. Acesso em: 8 Mar. 2016.

¹² “Quando duas pessoas do mesmo sexo sejam casadas ou vivam em união de facto, exercendo um deles responsabilidades parentais em relação a um menor, por via da filiação ou adoção, pode o cônjuge ou o unido de facto coadotar o referido menor” (Diário de notícias, 2016).

¹³ Serviço de notícias do grupo ACI (Agência católica de informações). Disponível em: <http://www.acidigital.com/noticias/dois-milhoes-de-pessoas-em-defesa-da-familia-e-contra-o-matrimonio-gay-em-roma-83278/#.Vq_RqiyIj4E.facebook>. Acesso em: 8 Mar. 2016.

do mesmo sexo e às uniões entre homem e mulher. Além disso, de acordo com a matéria, “a lei pretende a legalização das chamadas “barrigas de aluguel” ou maternidade sub-rogada, e a ideologia de gênero nas escolas” (ACI DIGITAL, 2016).

No caso da Eslovênia, a matéria, publicada no site da *Reuters*¹⁴(2015), relata o referendo realizado, que decidiria a aprovação da lei que daria aos casais do mesmo sexo, o direito ao casamento e à adoção. De acordo com a matéria, a lei foi recusada, por 63,4% dos votantes (REUTERS, 2015).

Percebemos pelas postagens que há uma “preocupação” em proteger crianças, e a conservação de um modelo de família tradicional.

Zambrana (2006, p. 127) explica que o conceito de “família homoparental”, ou seja, composta por casais do mesmo sexo, é pauta de muitas discussões, pois acentua a orientação sexual homoerótica aos cuidados dos filhos. Entretanto, os estudos sobre homoparentalidade buscam desfazer esta tese, demonstrando que homens e mulheres homossexuais, estão propensos a ser bons pais e mães, tanto quanto homens e mulheres heterossexuais. De acordo com a autora: “os estudos demonstram que é a capacidade de cuidar e a qualidade do relacionamento com os filhos o determinante de boa parentalidade, e não a orientação sexual” (ZAMBRANA, 2006, p. 128).

No Brasil, a discussão sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção ainda gera muitas questões, e opiniões contrárias, apesar de também já terem sido conquistados alguns direitos. De acordo com a Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o casamento entre pessoas do mesmo sexo é permitido. Esta Resolução determina que os cartórios nacionais realizem casamentos civis de casais do mesmo sexo. Entretanto, a resolução não possui força de lei, o que permite contestação por juízes, dificultando assim o processo. (STF, 2016). A adoção por sua vez ainda não é legalizada, embora alguns ganhos já tenham sido conquistados. Um casal de mulheres no Rio Grande do Sul ganhou direito à adoção, com base na decisão da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a qual negou recurso do Ministério Público do Rio Grande do Sul, contra a decisão (SENADO, 2016).

Todavia, há um movimento por parte de governantes, sobretudo de bancadas religiosas, de oposição tanto ao casamento entre pessoas do mesmo sexo quanto à adoção. O

¹⁴ Agência de notícias Britânica. Disponível em: <<http://mobile.reuters.com/article/idUSKBN0U30BS20151220>>. Acesso em: 8 Mar. 2016.

Projeto de lei 6583/ 2013 que dispõe sobre o Estatuto da Família, define em seu texto-base, a família da seguinte forma:

Art. 2º Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. (PL6583/2013).

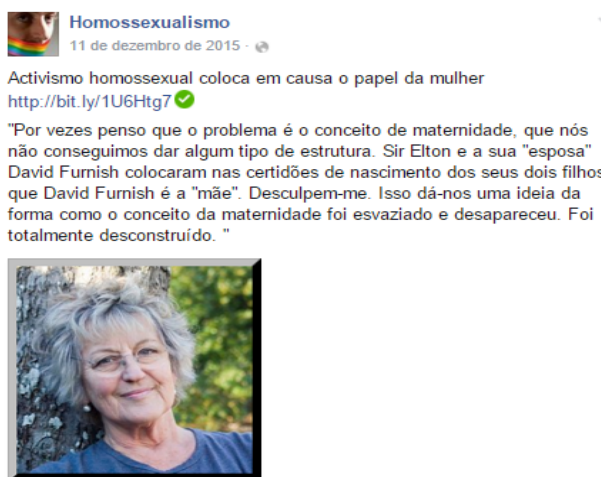
De acordo com Zambrana (2006) a influência religiosa ainda é o principal obstáculo para o reconhecimento de novos modelos de família, sobretudo se composta por pessoas do mesmo sexo. Entretanto, o modelo de família defendido pela religião, é uma construção histórica ocidental, e pautada numa biologia reprodutiva:

No Ocidente, o modelo familiar mais comum corresponde ao da “família nuclear”: um pai, uma mãe e filhos. Ele está apoiado em uma realidade biológica irreduzível até esse momento: é necessário um homem e uma mulher para produzir uma criança. Como consequência, a família nuclear procriativa parece se impor como uma verdade incontestável, justamente por estar socialmente de acordo com o fato biológico. (ZAMBRANA, 2006, p. 125).

Gouveia e Camino (2009) explicam que a religião está na base da rejeição da homossexualidade em muitos setores sociais. Estas doutrinas religiosas visam conservar um padrão familiar tradicional, composto por um homem uma mulher e uma criança. Neste sentido, a união civil entre homossexuais e a concessão ao direito de adoção representa uma ameaça a estes padrões.

Outra postagem não discutiu o casamento, entretanto reafirmaram o modelo tradicional e biológico de família:

FIGURA 11



Na postagem acima, foi compartilhado um texto, onde o papel da mãe é problematizado. Trata-se de um *post* que se refere ao cantor Elton John e seu parceiro David Furnish. Eles tiveram um filho, fruto de uma fertilização e registraram o nascimento da criança supostamente citando o como nome da mãe, o parceiro do Cantor, David Furnish. A postagem recebeu o seguinte comentário:

Usuário 1: “AS mesmas pessoas metacapitalistas globais tirânicos, sanguinários, obcecados pelo vil metal, que INVENTARAM a REVOLUÇÃO SEXUAL DE 60,70, objetivando mais lucro e mais mercado consumidor, continuam agindo para que sua AGENDA GAYZISTA, PATRIARCAL E CONTRA AS MULHERES SEJA CUMPRIDA!! agenda charlatã a transformar o biológico e natural em artificial, SINTÉTICO, tanto em relação as LUCRATIVAS clínicas abortistas e de fertilização, tanto em relação as cirurgias e tratamento de hormonização dos machos, e fêmeas, transsexuais (transtorno de disforia de gênero) que para PARECEREM MULHERES gastam em torno de mais de R\$100mil reais, efervescentes de ENXOFRE, atuam também agora e bem mais diabólicos, querendo ferrar a população mundial, eliminando a liberdade, aniquilando com a democracia, com a paz social e a dignidade humana, degenerando a infância e a escola, com a família, inclusive no Brasil. CANALHAS! CANALHAS”. (HOMOSSEXUALISMO [Página do Facebook, 2016]).

O comentário acima nos chamou atenção pelo teor de agressividade contido, expressa pelas ofensas, sobretudo escritas em caixa alta, o que expressa sentido de grito (SDS, 2016).

6.4 Definição de homofobia

Algumas postagens trazem consigo uma carga mais violenta de discurso homofóbico, por meio de posicionamentos favoráveis a algumas ações de violência contra homossexuais. Entretanto, identificamos que em algumas postagens há uma negação por parte dos membros em serem categorizados desta forma.

Tabela 6: Conduta Homofóbica

SUBCATEGORIA	Nº DE POSTAGENS	CURTIDAS	COMENTÁRIOS	COMPARTILHAMENTOS	TOTAL
Posicionamentos favoráveis	3	18	7	5	30
Percepção da homofobia	3	13	3	0	16

Duas postagens são expressivas no que diz respeito à percepção que os membros da comunidade possuem acerca da homofobia.

FIGURA 12



FIGURA 13



Em relação à postagem, da figura 12, nos parece que os membros da comunidade veem como ofensiva a denominação “homofóbico”, uma vez que atribuem o termo à “patologia de psicopatas criminosos” que assassinavam homossexuais. Entretanto, com base nas postagens analisadas anteriormente, é possível observar discursos homofóbicos nas postagens, uma vez que as postagens versam sobre negação de direitos como casamento e família, atribuição de conceitos negativos à conduta dos homossexuais, e questionamentos acerca de sua origem.

A postagem da figura 13, sobre assassinatos de homossexuais pelo Grupo Fundamentalista Estado Islâmico, denota melhor esta percepção, principalmente nos comentários:

Usuário 1: Lá sim tem homofobia, não aqui no Brasil onde até um gay que participa de reality show, ganha prêmio milionário¹⁵.(HOMOSSEXUALISMO, 2016)

Um estudo desenvolvido por Koehler (2013) aponta que, não existe de fato clareza sobre o conceito de homofobia. Alguns respondentes da pesquisa realizada pela autora definiram homofobia como distúrbio psiquiátrico, medo de algum objeto ou lugar, e mesmo

15 Referência ao atual Deputado Federal, Jean Wyllys, que antes de ser eleito, participou do Reality Show Big Brother Brasil, na TV Globo. Disponível em: < <http://www.terra.com.br/terramagazine/infograficos/jean-wyllys/>>. Acesso em: 8 Mar. 2016.

confundido com a homossexualidade. A autora alerta que existe uma desinformação no Brasil sobre interpretação e entendimento dos fenômenos homofóbicos e sobre a própria homossexualidade, o que representa um quadro grave, diante de alarmantes dados sobre violência homofóbica no país. Gouveia e Camino (2009) relativizam essa questão, ao afirmar que o preconceito não seria causado pela falta de informação, mas a falta de informação seria uma consequência do preconceito, uma vez que um grupo rejeita informações que contrariem suas convicções.

Algumas postagens, no entanto, se colocam claramente favoráveis à ações homofóbicas.

FIGURA 14



FIGURA 15



Nas imagens acima existe clareza na intenção de ampliação de notícias à respeito de ações que desdenham, criminalizam e excluem homossexuais de agendas de desenvolvimento.

Na postagem referente à figura 14, o apresentador Felipe Neto, famoso por seus vídeos no site *Youtube*, é criticado por novo posicionamento nos vídeos. O vídeo postado mostra dois momentos da carreira do apresentador, um no qual desdenha de homossexuais, e no outro, critica a homofobia. Os comentários seguem o mesmo tom de crítica da postagem:

Usuário 1: Eu sou ateu e só de ver esse cara falar me da nojo (HOMOSSEXUALSMO, 2016)

Na postagem da figura 15, os membros se mostram favoráveis a ações do governo russo de criminalizar atos homossexuais em lugares públicos. Nos comentários também há concordância com a ação:

Usuário1: Um exemplo (HOMOSSEXUALISMO, 2016)

6.5 Cura da homossexualidade

Como já mencionado, atrelar o conceito de homossexualidade à doença, além de não possuir fundamentação científica e ter sido abolida das normas internacionais, denota uma violência simbólica (CITELI, NUNES, 2010). Entretanto, duas postagens trouxeram relatos de homossexuais que relatam ter encontrado uma maneira de conter sua orientação. A repercussão delas foi pequena: apenas 6 curtidas.

Tabela 7: Cura gay

SUBCATEGORIA	Nº DE POSTAGENS	CURTIDAS	COMENTÁRIOS	COMPARTILHAMENTOS	TOTAL
Cura Gay	2	6	0	0	6

As postagens remetem cada uma a um texto, com relatos de duas homossexuais que encontraram cura por meio da religião.

FIGURA 16



FIGURA 17



Nas postagens acima, os relatos discorrem sobre duas lésbicas que se envolveram com mulheres durante parte de suas vidas. Embora se trate de duas mulheres diferentes, as histórias são similares. Ambas descrevem ter encontrado, por meio da religião, uma maneira de conter seus desejos por pessoas do mesmo sexo. Nos textos elas não relatam uma cura necessariamente, mas um esforço em conter a atração sexual.

Acreditamos que as postagens acima, reforcem discursos que defendem à possibilidade de cura da homossexualidade. De acordo com Ceccareli (2008, p. 83) “o sofrimento devido ao fato de ser homossexual advém muito mais de questões sociais e medos – ‘o que os outros vão dizer’, e ‘se meus pais ou amigos souberem’, da culpa, da discriminação – do que da sexualidade em si”.

A própria imposição de que o homossexual contenha sua atração sexual já nos parece uma forma de violência simbólica, que causaria sofrimento. Como característica desta violência, cabe retomar a fala de Bourdieu (2002) em que afirma que o “dominado” naturaliza o ponto de vista “dominante” não restando a esse, outra forma de pensar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo não pretendeu esgotar todas as possibilidades de discussão para os temas apresentados. Nosso objetivo com este estudo exploratório foi realizar um mapeamento acerca das estratégias discursivas utilizadas por membros de uma página pública, disponível no site *Facebook*. Entretanto, dado o recorte temporal aplicado, a amostra reflete apenas parte dos discursos homofóbicos. Apontamos, desta maneira, a importância de pesquisas futuras, para que se comprove a existências de outras práticas discursivas homofóbicas.

De acordo com os resultados encontrados, observamos a presença de violência simbólica sendo praticada de diferentes formas.

A atribuição de aspectos negativos e degradantes aos homossexuais, como pedofilia, promiscuidade e doença acabam por perpetuas concepções preconceituosas que os discriminam desde décadas anteriores. Além disso, com base na literatura utilizada, percebemos que não há fundamentação científica que confirme esta atribuição. Não pretendemos, no âmbito deste estudo, afirmar que não haja casos de pedofilia com homossexuais envolvidos, ou mesmo que o comportamento sexual dos homossexuais esteja de acordo com o considerado "correto" culturalmente. Contudo, dado o contexto percebido nas postagens, esta atribuição atenta contra a imagem dos homossexuais, de maneira generalizada.

Da mesma maneira, atribuir ao homossexual à imagem de censor, relacionando-o à imagem do Nazismo, ou de terroristas, como visto na foto de capa da página, e na figura 1, é inconcebível dentro deste contexto, uma vez que, como visto anteriormente, os homossexuais constam entre as principais vítimas da intolerância religiosa (junto com mulheres e negros) assim como de regimes totalitários. Conforme afirma Bourdieu (2002), uma das estratégias da violência simbólica é inculcar nos “dominados”, por meio de um trabalho pedagógico, um ponto de vista “dominante”. Desta maneira, nos questionamos se atribuir ao homossexual a imagem de censor, ou intolerante religioso, não seria também uma estratégia de inculcação. Também nos questionamos, se esta não seria uma estratégia defensiva, tendo em vista os direitos conquistados pela comunidade LGBT, nos últimos anos.

Apesar do grau menor de hostilidade percebido nas subcategorias relacionadas à origem da homossexualidade, percebemos a homofobia, assim como a violência simbólica, por meio da deslegitimação da existência do homossexual, atribuindo-a à transtorno psiquiátrico, influencia midiática e traumas na infância. Como vimos na literatura consultada, a homossexualidade existe desde o princípio da humanidade, havendo relatos de

comportamentos homossexuais, em culturas grega e romana. A forma como é vista e legitimada que foi alterada de acordo com as culturas.

Conforme exposto neste estudo, a cultura vigente no mundo atual é permeada pela heteronormatividade, que despreza e alcunha de anormal, comportamentos que não seguem este ideal. Neste sentido, Laraia (1986) afirma que a cultura funciona como uma “lente” pela qual o homem enxerga o mundo, e a herança cultural que desenvolvemos, nos condiciona a depreciar comportamentos fora dos padrões.

O autor cita como exemplo disto os próprios homossexuais, que ainda são objetos de termos depreciativos. Não obstante, o autor alerta que estas atitudes variam em outras culturas: “Entre algumas tribos das planícies norte-americanas, o homossexual era visto como um ser dotado de propriedades mágicas, capaz de servir de mediador entre o mundo social e o sobrenatural e, portanto respeitado” (LARAIA, 1986, p. 68). Neste sentido, também cabe questionar se a homofobia percebida na página “Homossexualismo” é suficientemente representativa da cultura atual, uma vez que os discursos analisados são proferidos por meio de um canal específico, a internet. Não obstante, compreendemos esta questão como uma possível limitação do presente estudo, e também como uma questão passível de futuras pesquisas.

A respeito da categoria "família", percebemos a persistência de um modelo de família tradicional, que deslegitima as demais formações familiares. Entretanto, cabe salientar que esta discussão não é nova, tendo sido modificada apenas os sujeitos envolvidos. O direito de divórcio, por exemplo, também já foi alvo de discussões, sob a ótica dos valores familiares (GOUVEIA, CAMINO, 2009). Igualmente, percebemos a atuação de setores governamentais atuando neste sentido, contendo o funcionamento de políticas que visam dar legitimidade aos novos modelos familiares, dentre os quais, as famílias homoparentais. A violência simbólica neste caso nos parece estrutural, enraizada dentro das estruturas políticas, não apenas no Brasil, mas como visto, em países da Europa. Outrossim, tais ações são legitimadas, e compartilhadas pelos membros da página “Homossexualismo”.

A categoria “Definição de homofobia”, que também poderíamos nomear de conduta homofóbica, nos chamou atenção, de maneira especial, sobretudo na subcategoria “Percepção da homofobia”. A violência simbólica, como afirma Bourdieu (2002) é suave, insensível, invisível às suas vítimas, e por vezes também à quem a exerce. Assim como a homossexualidade, e o modelo de família homoparental, ações homofóbicas também são deslegitimadas (ou mesmo desacreditadas). O exemplo que mais ilustra isso, é o comentário de um dos membros da página à respeito da postagem referente á figura 13, onde é relatado o

extermínio de homossexuais pelo Grupo fundamentalista Estado islâmico: “*Lá sim tem homofobia, não aqui no Brasil[...]*”.

Embora o objeto deste estudo, tenha sido violência homofóbica no discursos dos membros da página "homossexualismo", cabe apontar alguns que se contrapõe ao comentário acima. De acordo com o Grupo Gay Da Bahia (GGB) no ano de 2013 foram assassinados 312 indivíduos da comunidade LGBT. De acordo com o “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil -2012” foram cometidos 9.982 violações contra a comunidade LGBT. Posto isso, o comentário do membro da página “homossexualismo”, demonstra a falta de conhecimento sobre estes dados no Brasil. Ainda assim, esta informação foi compartilhada em um site de rede social, e nos questionamos também o alcance, e impactos desta ação.

Apesar de ter obtido poucos números de interação, a categoria gay, nos parece um exemplo, além da deslegitimação da homossexualidade como orientação sexual, também uma ilustração dos aspectos que envolvem a não aceitação, por pessoas homossexuais. Desta forma nos perguntamos se a não aceitação da orientação sexual não seria uma violência simbólica auto-infligida.

Neste estudo, demos ênfase na análise das postagens feitas na página “Homossexualismo”, sobretudo no mapeamento dos conteúdos postados, representando-os por meio de categorias e subcategorias. Contudo, observamos que a maioria das postagens se deu por meio de compartilhamento de links (18 links). Notamos que os links, exceto os que eram oriundos do “Blog Homossexualismo”, remetiam a sites internacionais, Americanos e Europeus. Desta maneira nos perguntamos se a página “Homossexualismo”, assim como o próprio “Blog Homossexualismo”, não seria parte de uma articulação internacional de um movimento contra homossexualidade.

A título de conclusão, gostaríamos de salientar que o presente estudo, como dito anteriormente, não pretende se colocar como único ponto de vista, ou possibilidade para debater o fenômeno da violência, em seu aspecto simbólico, no virtual, e mesmo às questões relativas à homofobia, e suas possíveis causas. Conforme afirmou Minayo (2006), a violência é um fenômeno mutante, que é legitimada ou não de acordo com normas sociais, culturais, que as aprovam ou desaprovam. Desta maneira, chamamos atenção para a internet, como mais um canal para perpetração de violências, que como vimos acima, nem sempre são percebidas.

Trazemos mais perguntas do que respostas, mesmo em relação às categoria analisadas. Contudo salientamos que nosso principal objetivo é trazer uma aproximação ao tema, de forma a chamar atenção para um fenômeno possivelmente emergente, que merece uma agenda de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABGLT. **Manual de Comunicação LGBT**. Rio de Janeiro: ABGLT, 2010.
- AMARAL, A. Redes sociais, linguagem e disputas simbólicas. **Comciência**, n. 131, 2011.
- AMARAL, A.; COIMBRA, M. Expressões de ódio nos sites de Redes sociais: o universo dos haters no caso #eunãomereçoserestuprada. **Contemporânea: comunicação e cultura**, v. 13, n. 1, maio-ago. 2015.
- AMARAL, A.; MOSCHETTA, P.H. **Visibilidade e reputação nos sites de redes sociais: a influência dos dados quantitativos na construção da popularidade a partir da percepção dos usuários**. VIII Simpósio Nacional da ABciber, 2014.
- AMARAL, H.G. A formação de capital social através de redes sociais na internet. 85f. [Dissertação (Mestrado). Faculdade de Administração, contabilidade e Economia, PUCRS, 2012.
- AMARAL, V. Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida. CEDES, [2000?].
- ANGROSSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARBOSA, R.T.; MELO, C.T.; HENRIQUE, H.F. Homofobia em A queda para o alto: discriminação X afirmação de identidade por menores infratores. **XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades**, [2015].
- BARROS, S.C.; RIBEIRO, P.R.C.; QUADRADO, R.P. Sexting: entendendo sua condição de emergência. **Exedra**, 2014.
- BASH, E. Discurso religioso e afrontamento da dignidade humana. **PhD Proposal**, v. 1, p. 468–478, 2015.
- BECKER, H.S. **Outsiders: estudo de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENTO, C. Alteridades corporais, **Aletria**, v. 16, p. 110–118, jul.-dez., 2007.
- BICALHO, R.A.B.; DINIZ, A.P.R. Violência simbólica e homossexualidade: um estudo em capitais brasileiras. **XXXIII Encontro ANPAD**, São Paulo, 19-23 setembro de 2009.
- BLOG DO KUPPÊ . **FOTOS da Marcha das Vadias são publicadas como da Parada Gays fossem e causam confusão**. 2015. Disponível em: <<http://blogdokuppe.com.br/2015/06/10/fotos-da-marcha-das-vadias-sao-publicadas-como-da-parada-gays-fosem-e-causam-confusao/>>. Acesso em: 15 Mar. 2016.
- BORELLI, V. Projeto “cura gay” vai às ruas: Uma análise semiológica das manifestações populares midiáticas em Santa Maria – RS Francieli Jordão Fantoni 1. p. 1–16, 2013.
- BORRILLO, D. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

BOTELHO, M. C. Liberdade religiosa, homossexualismo e discurso do ódio. **Revista Argumenta**, n. 16, p. 283–301, 2012.

BOURDIEU, P. **A dominação Masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de Ensino. Petropolis, RJ: Vozes, 2008.

BOYD, D.; ELLISON, N.B. Social networks sites: definition, history, and scholarship. **Journal of computer-mediated communication**. n. 13, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório sobre violência no Brasil**: ano de 2012. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BUTTELLI, F.G.K. A eternização do arbitrário cultural masculino: apontamentos sobre a obra dominação masculina de Pierre Bourdieu. **Protestantismo em revista**, v. 14, Set.-dez. 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 6583/2013**: Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Apresentado em 16 Out. 2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CAPRONI NETO, H.L.; SARAIVA, L.A.S.; BICALHO, R.A. Violência simbólica nas trajetórias profissionais de homens gays de Juiz de Fora. **Psicologia Política**, v. 13, n. 26, p. 93-110, Jan.-Abr. 2013.

CARRIERI, A.P.; AGUIAR, A.R.C.; DINIZ, A.P.R. Reflexões sobre o indivíduo desejante e o sofrimento no trabalho: o assédio moral, a violência simbólica e o movimento homossexual. **Cadernos EPABE.BR**, v. 11, n. 1, mar. 2013.

CARRARA, S. VIANNA, A.R.B. A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro. [20--?], [s.n.]. (Mimeo).

CARRIERI, A.P.; SOUZA, EIM.; AGUIAR, A.R.C. Trabalho, violência e sexualidade: estudos de lésbicas, travestis e transexuais. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 78-95, Jan.-fev. 2014.

CARVALHO, A.P.S. As mulheres no campo científico: uma discussão acerca da dominação masculina. **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero**. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Ana_Paula_Soares_Carvalho_22.pdf>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CECCARELLI, P. R. A invenção da homossexualidade. **Bagoas**, v. 3, p. 71–93, 2008.

CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CIRIBELLI, J.P.; PAIVA, V.H.P. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. **Mediação**, v. 13, n. 12, jan.-jun, 2011.

COELHO, T. A escuta analítica no espaço público. p. 246–260, [s.d.].

COLLETO, L. H.; AMARAL, M. F. Manual de Comunicação LGBT: exercício metodológico para pesquisar a homossexualidade na mídia brasileira 1. p. 1–13, 2010.

COLLI, Violência cibernética, investigação preliminar e prevenção da participação no suicídio na internet. **Proceedings of The third International conference of forensic computer science**, 2008.

CÔRREA, M. O sexo da dominação. *Novos estudos*, n. 54, jul. 1999.

CORREIO. “Crucificação” de transexual em parada gay de SP recebe críticas. Correio. Disponível em: < <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/crucificacao-em-parada-gay-recebe-criticas-transexual-recebeu-ameacas/?cHash=8bd156382de47999347d255557bf631e>>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

DAHLBERG, L.L.; KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência e Saúde coletiva**, n. 11(Sup), p. 1163-1178, 2007.

DAMASIO, M.J.; HENRIQUES, S. A relevância do capital social para a experiência de uso da internet: contributos para a análise da relação entre comunidades e redes sociais. **Caleidoscopio**, 2013.

DIAS, C.R. O homossexualismo inserido no contexto social e jurídico. **Anais do I Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Ambiente**, Paraná, 2009.

DORNELLES, J. Antropologia e Internet: quando o “campo” é a cidade e o computador é a “rede”. **Horizontes Antropológicos**, v. 10, n. 21, p. 241–271, 2004.

DUNKER, C.I.L; KYRILLOS NETO, Fuad. Curar a Homossexualidade? A psicopatologia prática do DSM no Brasil. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 10, n. 2, p. 425–446, 2010.

ELM, M.S. How do various notions of privacy influence decisions in qualitative internet research? In: MARKHAN, A.N.; BAYM, N. **Internet inquiry**: conversations about method. Los Angeles: Sage, 2009. P. 69-87.

ENTENDA o PLC 122: site oficial. 2016. Disponível em: < <http://www.plc122.com.br/entenda-plc122/#axzz42FHx2FzR>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

FERRAZ, F.C. Violência e Medo. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano 14, n. 147, p. 12-20, 2000.

FERREIRA, R.S. A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 2, p. 35-45, maio-ago. 2009.

_____. Perigos e riscos da superexposição na sociedade da informação: reflexões sobre a ciberviolência. **Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 1,2 n. 3, p. 42-58, set.-dez 2014.

FERREIRA, R.S.; SOBRINHO, T.S.S. Bibliotecas públicas e ciberviolência em tempos de uma sociedade em rede: novos papéis diante de um novo fenômeno. **Palavra Chave**, v. 2, n. 1, p. 21-34, 2012.

FORERO, E. A. S. Ciberantropología de comunidades virtuales. **Revista Argentina de Sociología**, ano 5, n. 9, p. 64-89, 2007.

FRAGOSO, S. HUEHUEHUE eu sou BR: Spam, Trollagem e Griefing nos jogos online. **Intercom**, Fóz do Iguaçu, PR – 2-5 set. 2014.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulinas, 2013.

FREIRE FILHO, J. A comunicação passional dos fãs: expressões de amor e ódio nas redes sociais. **Intercom**, Fóz do Iguaçu, PR – 2-5 set. 2014.

G1. **Bebê com alga e cassete em post da PM gera polêmica em rede social**. 12 Fev. 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/02/bebe-com-alga-e-cassete-em-post-da-pm-gera-polemica-em-rede-social.html>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais, **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, R. A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória. **Athenea digital**, n. 14, p. 237-243, 2008.

GOUVEIA, R.; CAMINO, L. Análise Psicossocial das Visões de Ativistas LGBTs sobre Família e Conjugalidade. **Psicología Política**, v. 9, n. 17, p. 47–65, 2009.

HENRIQUES, S. A experiência cotidiana dos indivíduos em redes sociais na internet. **Revista Temática**, ano 8, n. 12, dez. 2012.

HINE, C. **Virtual Ethnography**. London: Sage, 2000.

HINE, C. (Org.). **Virtual methods: issues in social research on the internet**. New York, Berg Publishers, 2005.

HOMOSSEXUALISMO [Página do facebook]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Gayzismo/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

INTERNET LIVE STATS. 2015. Disponível em: <www.internetlivestats.com>. Acesso em: 15 mar. 2016.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATIONS UNION. **Mobile-broadband penetration approaching 32 percent three Internet Users by end of this year**. 2014. Disponível em: <www.itu.int>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

JIMENEZ, L.; ADORNO, R. C. F. O sexo sem lei, o poder sem rei: sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti. **Cadernos Pagu**, n. 33, p. 343–367, 2009.

JUNQUEIRA, R.D. A homofobia não é um problema. Aqui não há gays nem lésbicas: estratégias discursivas e estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas. **Revista de psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, 2010.

_____. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Espaço do currículo**, v. 22, n. 2, p. 208-230, set-mar. 2010.

KOEHLER, F. Homofobia , cultura e violências : a desinformação social. **Interacções**, v. 151, n. 26, p. 129–151, 2013.

LABADESSA, E. O uso das redes sociais na internet na sociedade brasileira. **Revista Metropolitana de sustentabilidade**, v. 2, n. 2, 2012.

LARAIA, R.B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEITE-FERREIRA, M.F.; PRADO, M.C.A. Violência familiar e homossexualidade: as vítimas do silêncio. In: PRADO, M.C.C.A. **O mosaico da violência na perversão cotidiana**. São Paulo: Vetor, 2004.

LEMOS, A; LEVY, P. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LEMOS, D. Da LGBT à "cristofobia": entre o reconhecimento prometido e o simbolismo prisioneiro. In: OLIVEIRA, L. **Para além do código de hamurabi**: estudos sociojurídicos. Recife: Alidi, 2015.

LEVY, P. A mutação inacabada da esfera pública. In: LEMOS, A.; LEVY, P. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOREA, R.A. Brasil sem homofobia: a garantia das liberdades laicas frente ao discurso religioso homofóbico. In: POCAHY, F.(Coord.). **Rompendo o silêncio**: homofobia e heterossexualidade na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007.

LUCCHESI, A.; MAYNARD, D.C.S. @intolerância: redes sociais e extremismo no ciberespaço. In: MAYNARD, D.C.S. **História, neofascismo e intolerância**: reflexões sobre o tempo presente. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

LUNA, C. Uma web perturbada pela violência. In: Abreu, C.N.; EISENSTEIN, E.; ESTEFENON, S.G.B. (Org.). **Vivendo esse mundo digital**: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2013.

MAGAÇÃES, J.L.Q. Violência. **Jures**, v. 4, n. 7, Jul.-dez., 2012.

MAINARES, J. Pesquisa etnográfica: elementos essenciais. In: BOURGUIGNON, J.A. (Org.). **Pesquisa social**: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa, PA: Todapalavra edições, 2009.

MARTUCCELLI, D. Reflexões sobre a violência na condição moderna. **Tempo Social**, v. 11, n. 1, p. 157-175, maio de 1999.

MATOS, H. TIC's, internet e capital social. **Líbero**, ano X, n. 20, dez. 2007.

MAYNARD, D.C.S. Ciberespaço e extremismos políticos no século XXI. **Cadernos do tempo presente**, n. 14, p. 71-80, 2013.

MERCADO, L.P.L. **Coleta de dados na pesquisa qualitativa online utilizando a etnografia virtual**. Universidade Federal de Alagoas, 2011.

MINAYO, M.C.S. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. (Org.). **Violência sob o olhar da Saúde**: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

_____. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S.G.; CONSTANTINO, P.C. **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. **Os modos de dominação**: Pierre Bourdieu. Trad. MINAYO, M.C.S. Rio de Janeiro: Claves, 1989. (Mimeo).

_____. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, v. 4, n. 3, p. 513-531, fev. 1998.

MOREIRA, V.L.; BASTOS, G.G.; ROMÃO, L.M.S. Discurso homofóbico em blogs: tessituras da violência e(m) rede. **Calidoscópio**, v. 10, n.2, p. 161-170, 2012,

MUCHEMBLED, R. **Uma história da violência**: do final da idade média aos nossos dias. Lisboa, PT: Edições 70, 2014.

MULLER, M. I.; KNAUTH, D. R. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é “babado”? **Cadernos EBAFE2**, v. 6, n. 2, p. 1-14, 2008.

MULLER, M.I.; KNAUTH, D.R. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento Às travestis é babado!. **Cadernos EBAPE, BR**, v. 6, n. 2, Jun, 2008.

NATIVIDADE, M.T. Homofobia religiosa e direitos LGBT: notas de pesquisa. **Latitude**, v. 7, n. 1, p. 33-51, 2013.

NUNES, M. J. F. R.; CITELI, M.A. **Violência simbólica** : a outra face das religiões. [S.n.]: [S.l.], 2010.

O CONCEITO de gênero por Pierre Bourdieu: a dominação masculina. **Ensaio de gênero**. Disponível em: < <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/05/21/o-conceito-de-genero-por-pierre-bourdieu-a-dominacao-masculina/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

OLTRAMARI, L.C. Política e sexualidade: notas sobre o combate ao preconceito contra os homossexuais. **Psicologia e sociedade**, v. 22, n. 3, p. 608-611, 2010.

ORGAD, S. How can researchers make sense of the issues involved in collecting and interpreting online and offline data? Book sexction. **Internet Inquiry**: conversations about method, p. 33-53, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. OMS, 2002.

PEREIRA NETO, A. et al. Avaliação de sites de saúde em questão: a AIDS nos sites brasileiros de Organizações não governamentais (ONG) de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). **RECIIS**, v. 7, n. 1, mar. 2013.

PIÊNIZ, M. Novas considerações metodológicas e espaciais: etnografia do concreto à etnografia do virtual. **Revista elementa. Comunicação e cultura**, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2009.

PIOVESAN, A; TEMPORINI, E.R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v.29, n.4, p.318-325. 1995.

POCAHY, F.(Coord.). **Rompendo o silêncio**: homofobia e heterossexualidade na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007.

PRADO, M.A.M; MACHADO, F.V. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PRADO, M.C.C.A. O mosaico da Violência: a perversão na vida cotidiana. In: _____. **O Mosaico da Violência**. São Paulo: Vetor, 2004.

PUTTINI, R. F. Violência simbólica no campo da saúde: relato de um caso de cura espiritual em um espaço terapêutico híbrido. **Saúde, Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 762-775, 2009.

RECUERO, R. A conversação em Rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

_____. Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais na internet. In: PRIMO, A. (Org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulinas, 2013.

_____. Comunidades virtuais: uma abordagem teórica. In: DORNELLES, B. (Org.). *Mídia, impress e as novas tecnologias*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

_____. Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. **Revista Famecos**, n. 38, abril, 2009.

_____. **Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo**: Elementos para discussão. [S.l.], [S.n.], 2009.

_____. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

RECUERO, R.; SOARES, P. Violência simbólica e redes sociais no facebook : o caso da fanpage “Diva Depressão”. **Galaxia**, n. 26, p. 239–254, 2013.

RIEDER, B. Studying Facebook via data Extraction: The Netvizz application, **WebSci**, n. 13.

RIOS, R.R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: POCAHY, F.(Coord.). **Rompendo o silêncio**: homofobia e heterossexualidade na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007.

RODRIGUES DE PAULA, P.S. **A representação da homossexualidade nos periódicos babado e folha de são Paulo**. Sobre gênero e preconceitos: Estudos em análise crítica do discurso. 2014.

ROHM, R.H.D.; POMPEU, S.L.E. Homofobia, discriminação e produção de subjetividades: um estudo com pessoas homossexuais em empresas do Rio de Janeiro. **Periódicus**, n. 3, v. 1, maio-out., 2005.

ROSA, A.R.; BRITO, M.J. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. **O&S**, v. 16, n. 51, p. 629-646, out.-dez. 2009.

ROSA, G.A.M.; SANTOS, B.R. Facebook: negociação de identidades e o medo da violência. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 66, n. 1, p. 18-32, 2014.

SAFERNET, 2016. Disponível em:<news.safernet.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SALLES, F.; SACRAMENTO, I. O espetáculo da violência: uma análise sobre a exibição de vídeos de linchamentos na internet. **Intercom**, Fóz do Iguaçu, PR – 2-5 set. 2014.

SANTANA, M.C.C. Neofascismo e cibersultura no site argentino ciudad libre opinion (1999-2009). In: MAYNARD, D.C.S. **História, Neofascismo e intolerância**: reflexões sobre o tempo presente. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

SANTOS, J.V.T. **Microfísica da violência, uma questão social mundial**. [2002].

SARTI, C.A. A dor, o indivíduo e a cultura. **Saúde e sociedade**, v. 10, n. 1, p. 3-13, 2001.

SAYÃO, D.T. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 121-149, Jan.-Jun. 2003.

SCHILLING, F.; MYASHIRO, S.G. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 243-254, maio-ago. 2008.

SCHINESTOCK, L. Apenas homens 3.0: a violência simbólica e a manipulação digital do espetáculo no Facebook. **Intercom**, Fóz do Iguaçu, PR – 2-5 set. 2014.

SCORSOLINI-COMIN, F; SOUZA, L.V.; SANTOS, M.A.D. Discursos sobre a aprovação da união estável de homossexuais em um grupo de discussão virtual. **Psicologia para a América Latina**, v.25, p. 115–131, 2013.

SDS. **Netiqueta**: regras de etiqueta na web. 2016. Disponível em: <<http://www.sds.pe.gov.br/online/netiqueta.htm>>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

SENA, F.A.C. Violência simbólica em instituições de escolares: sua repercussão na formação do Habitus de Homossexuais masculinos. 80 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

SENADO FEDERAL. A adoção feita por homossexuais: batalhas e vitórias legais. **Em discussão**. 2016. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/relatos-reais-sobre-adocao/-adocao-feita-por-homossexuais-batalhas-e-vitorias-legais.aspx>>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

SILVA, A.M.R.; REIS, A.O.A. Saúde e adolescentes: possibilidades de violência simbólica. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, v. 19, n. 3, 2009.

SILVA, M.A. **Este corpo não te pertence**: algumas reflexões sobre saúde e doença na modernidade o caso do “Homossexualismo”. Ilha de Santa Catarina, Jul. 2006.

SILVA, M.L.A.; LIMA, G.S.; CORREIA, M.G.S. O homossexualismo : a descoberta do ser. **Cadernos de graduação**, v.1, n. 16, p. 27–36,mar. 2013.

SILVA, R.; BORNIA, J.P. Homofobia: a discriminação por orientação sexual e a legislação penal brasileira. **Censumar**, v. 14, n. 1, Jan-jun. 2009.

SOARES, L. C. Homoerotismo e homossexualismo, a historicidade de um conceito. **Artciencia.com**, ano 3, n. 7, nov-mar., 2008.

SOARES, P.F. O discurso da violência sistêmico-simbólica e sua replicação nos memes de humor da fanpage diva da depressão. 144f. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica de Pelotas, Nov. 2013.

SOIHET, R. **Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas**. [S.l.], [S.n.], [1997].

SOUZA, J.M.; SILVA, J.P. Homofobia: discutindo a discriminação no meio escolar. **Revista Forum identidades**, ano 5, v. 9, Jan.-Jun., 2011.

SOUZA, M.H.T. ET al. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 4, p. 767-776, abr. 2015.

SOUZA, M.R.S. Psicologia social e etnografia: histórico e possibilidades de contato, **Psicologia, ciências e Profissão**, v. 35, n. 2, p. 389-405, 2015.

SOUZA, V.C.R.; PEREIRA, P.C. Homofobia: manifestações implícitas e explícitas de preconceito e discriminação. **Revista Fafibe**, ano 6, n. 6, p. 40-49, Nov. 2013.

STEFFEN, C. **Ódio.org.br**: rastreamento e caracterização de movimentos de ódio na internet. III Mostra de pesquisa da Pós-graduação PUCRS, 2008.

STF. **Resolução sobre casamento civil entre pessoas do mesmo sexo é aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça**. 2016. Disponível em: <<http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalDestaque&idConteudo=238515>>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

TAQUES, J.D.V.B.; PIOTROWSKI, F.D.; MOREIRA, D. Criminalização da homofobia: discussões acerca do projeto de lei da Camara 122/2006. [2010]

TERTO JR., V. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 17, p. 147-158, 2002.

TOLEDO, L.M.; SABROZA, P.C. Violência: orientações para profissionais da atenção básica de Saúde. **Cadernos de monitoramento epidemiológico e ambiental**, n. 3, maio, 2013.

VASCONCELLOS, M.D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, ano 23, n. 78, Abr. 2002.

WACQUANT, L.J.D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e política**, Curitiba, n. 19, p. 95-1101, nov. 2002.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo social**, v. 9, n. 1, p. 5-41, maio, 1997.

WILTON, C.L.S. A fabricação virtual de si mesmo. **Horizontes antropológicos**, ano 16, n. 33, p. 277-280, Jan-Jun. 2010.

WITTE, J. A ciência social digitalizada: avanços, oportunidades e desafios. **Sociologias**, ano 14, n. 31, p. 52-92, 2012.

ZAMBRANO, E. Parentalidades “impensáveis”: pais / mães Homossexuais, Travestis e Transexuais, **Horizontes antropológicos**, ano 12, n. 26, p. 123-147, jul.-dez., 2006., 2006.

ZIZEK, S. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

APÊNDICE

POST.	TIPO DE POSTAGEM	MENSAGEM DA POSTAGEM	DATA E HORA DA POSTAGEM	LINK DA POSTAGEM	CURTIDAS	COMENTÁRIOS	COMPARTILHAMENTOS	CONTEÚDO (S)	Subcategoria
1	Imagem	Activismo homossexual coloca em causa o papel da mulher	11/12/2015 19:56	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1035235163205880:0	1	4	1	Família	Maternidade
2	link	Mensagens subliminares em programas infantis?/ Children's TV show Rainbow ' contained hidden messages to homosexualise children'	14/12/2015 09:39	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1036435059752557	0	0	0	Origem	Influência da mídia
3	Imagem	"Você sabia? : O termo homofóbico foi criado em 1972 para descrever a PATOLOGIA de PSICOPATAS CRIMINOSOS que assassinavam homossexuais? / Chamar alguém de homofóbico é crime de difamação, previsto no CPB, art. 139. Acrescido do uso fraudulento da justiça como Instrumento de perseguição política.	14/12/2015 17:53	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1036625733066823	7	0	0	Conduta Homofóbica	Percepção da homofobia
4	video	"Contrato com a Rede Globo cura homofobia de ateu! Veja o antes e depois de Felipe Neto"	15/12/2015 09:55	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1036982046364525	2	2	0	Definição de homofobia	Posicionamento favorável
5	link	Médico expulso por falar dos riscos inerentes ao estilo de vida homossexual.	18/12/2015 22:49	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1038938299502233	8	1	2	Conduta Homossexual	Promiscuidade
6	link	"Eslovênia protege as crianças: Slovenians holds referendum on same-sex marriages, adoption"	21/12/2015 10:11	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1040193272710069	7	0	0	Família	Casamento e adoção
7	link	Vitória: "Slovenians vote 'no' to gay marriage in referendum"	22/12/2015 20:42	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1041004069295656	15	0	5	Família	Casamento e adoção
8	Imagem	Estilo de vida homossexual repleto de violência doméstica	31/12/2015 19:55	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1046504808745582:0	4	15	1	Conduta Homossexual	Violência doméstica
9	link	"Meu Deus, este país já era"	31/12/2015 23:15	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1046597695402960	2	1	0	Definição de homofobia	Percepção da homofobia
10	Imagem	A história de Moira Greyland e a pedofilia dentro da comunidade homossexual	03/01/2016 14:57	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1047990561930340:0	1	1	1	Conduta homossexual	Pedofilia
11	Imagem	A terapia da pornografia: tentativa masculina de auto-cura através da fantasia	12/01/2016 19:28	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1053166411412755:0	3	3	0	Origem	Traumas de infância
12	link	Escola só para estudantes homoeróticos.	14/01/2016 14:36	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1054019397994123	5	1	2	Conduta homossexual	Promiscuidade
13	link	Rússia em vias de criminalizar ainda mais o homossexualismo?	14/01/2016 15:13	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1054034301325966	9	1	2	Definição de homofobia	Posicionamento favorável
14	status	"Inicialmente, a realidade das distinções entre os sexos tornou-se totalmente óbvia quando me envolvi pela primeira vez com uma mulher prostituta, e, para choque e (...)desalento meu, ela revelou-se um bocado puritana.	15/01/2016 20:32	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1054698671259529	6	1	0	Conduta homossexual	Promiscuidade
15	Imagem	Ex-homossexual confessa que o abuso de crianças faz parte do "estilo de vida homossexual"	15/01/2016 22:57	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1054754774587252:0	8	0	5	Conduta homossexual	Pedofilia
16	status	"Vinte e seis por cento dos homens homossexuais e 37% dos homens bissexuais sofrem violação sexual, violência física, e/ou perseguição ["stalking"] por parte dum parceiro íntimo a dada altura da sua vida. Quarenta e oito por cento das lésbicas e 61% das mulheres bissexuais sofrem violação sexual, violência física e/ou perseguição por parte da parceira íntima no decorrer das suas vidas. Metade (48%) das mulheres bissexuais que foram violadas, sofreram a sua primeira violação completa entre os 11 e os 17 anos de idade."	16/01/2016 17:56	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1055186931210703	8	2	2	Conduta homossexual	Violência doméstica
17	status	"Como um rapaz solitário e perturbado a viver na década 70, posso confirmar que este processo pode até ocorrer através das aparentemente inócuas páginas da revista "Playboy".	16/01/2016 18:28	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1055212491208147	3	1	1	Origem	Influência da mídia
18	video	Clodovil se recusa a ir à Parada Gay e apóia a família tradicional	17/01/2016 21:37	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1055889734473756	4	0	1	Conduta homossexual	Promiscuidade
19	video	Lésbica se indigna, humilha organizadores da 'Parada Gay' e pede desculpas ao povo brasileiro	17/01/2016 21:38	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1055890007807062	8	0	1	Conduta homossexual	Intolerância religiosa
20	link	Estado islâmico volta a atirar gays do alto de prédios no Iraque	18/01/2016 03:12	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1056020101127386	4	2	0	Definição de homofobia	Percepção da homofobia

21	Imagem	Soropositivos pregam técnicas de transmissão do HIV de propósito	19/01/2016 13:41	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1056766054386124:0	3	1	4	Conduta homossexual	Promiscuidade
22	Imagem	"-você aprendeu na escola sobre respeitar os índios? - Sim?! - Virou índio?! - Não?! - Então por que diabos acha que ensinar seu filho a respeitar Gays o fará um homossexual?! - Porque eu nunca vi um índio colocando um crucifixo no ânus numa parada indígena, pedindo respeito para começar."	19/01/2016 20:47	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1056947747701288	9	0	0	Conduta homossexual	Intolerância religiosa
23	link	Marinho Pinto arrasa lobby gay: Parece que é Nazi dizer que o movimento LGBT actua como um lobby que influencia os centros de decisão política devido à preponderância que têm no governo, no Parlamento, na comunicação social, nas empresas e nos partidos políticos".	19/01/2016 20:47	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1056947834367946	10	1	12	Família	Casamento e adoção
24	Imagem	Como dizem os meus amigos brasileiros, "ué?"	25/01/2016 09:34	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1060144194048310	3	0	0	Conduta homossexual	Intolerância religiosa
25	link	"Casais" homossexuais não existe. O que existe são duplas homoeróticas.	26/01/2016 14:14	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1060788527317210	14	1	1	Família	Casamento e adoção
26	link	Activista homoerótico quer usar a lei para censurar a Bíblia.	27/01/2016 09:21	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1061321277263935	7	0	4	Conduta homossexual	Intolerância religiosa
27	Imagem	7 coisas que eu gostaria que soubessem sobre o meu homossexualismo: "Hoje, na casa dos 40, passei de estar no armário, para lésbica assumida, para celibatária, para casada heterossexualmente."	27/01/2016 11:26	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1061365183926211:0	4	0	0	Religião/ cura da homossexualidade	Cura gay
28	link	2 milhões de Italianos nas ruas para defender o casamento natural.	30/01/2016 19:43	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1063246833738046	12	1	4	Família	Casamento e adoção
29	link	Forza Itália. Mais de um milhão nas ruas para defender a família.	31/01/2016 10:33	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1063547320374664	8	0	2	Família	Casamento e adoção
30	Imagem	"Pai, protegi os homossexuais que estão sendo mortos no Oriente Médio, e Perdoai aqueles que perseguem teu povo no ocidente"	31/01/2016 13:39	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1063637163699013	8	1	0	Conduta homossexual	Intolerância religiosa
31	link	Confissões duma Lésbica/ Confessions of a recovering lesbian	01/02/2016	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1064087483653981	2	0	0	Religião/ cura da homossexualidade	Cura gay
32	Imagem	Organizadores do Miss BumBum na Bahia tem mulher bonita, não precisa ser transsexual.	02/02/2016 20:48	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1064976816898381:0	6	2	2	Origem	Promiscuidade
33	Imagem	A origem diabólica do homossexualismo e a "voz interior do inferno" (...)	03/02/2016 12:22	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1065318063530923:0	8	2	5	Origem	Influência da mídia
34	link	Dois milhões de pessoas em defesa da família e contra o "matrimônio" gay em Roma	03/02/2016 23:36	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1065584746837588	13	0	5	Família	Casamento e adoção
35	link	Globo ameniza imaem de Ex BBB: "Pedofilia não é crime" (Entrevista de Laércio no "Mais Você" repercute negativamente).	42405,60087	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1066471400082256	2	0	1	Conduta homossexual	Pedofilia
36	Imagem	Prefiro ver meus filhos vestidos assim, do que ver eles vestidos assim	05/02/2016 23:56	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1066699643392765	12	1	0	Conduta homossexual	Promiscuidade
37	link	"As pessoas que se submetem à cirurgia de redesignação de sexo não mudam de homens para mulheres ou vice-versa. Em vez disso, eles se tornam homens feminilizados ou mulheres masculinizadas. Alegar que isso é uma questão de direitos civis e encorajar a intervenção cirúrgica é, na realidade, promover um transtorno mental."	07/02/2016 03:00	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1067294326666630	28	7	55	Origem	Transtorno mental
38	Imagem	O ódio é o mesmo	07/02/2016 10:29	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1067441116651951:0	13	0	3	Conduta homossexual	Intolerância religiosa
39	Imagem	Orgulhosa de ir para o inferno?	07/02/2016 10:31	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1067441463318583:0	4	3	3	Conduta homossexual	Intolerância religiosa
40	link	Nigerianos atacam as Nações Unidas por avançarem com a agenda homoerótica	09/02/2016 16:09	https://www.facebook.com/Gayzismo/posts/1068628743199855	7	4	3	Definição de homofobia	Posicionamento favorável

